



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL

DISCURSOS, HOMOFOBIA E POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

MARÇO/2014

CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA

DISCURSOS, HOMOFOBIA E POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Doutorado Integrado (DINTER) da Universidade Federal da Paraíba e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, por Cleide Ester de Oliveira, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria de Fatima Pereira Alberto, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

MARÇO/2014

DISCURSOS, HOMOFOBIA E POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA

Banca Avaliadora



Profª Drª Maria de Fátima Pereira Alberto (UFPB – orientadora)



Profª Drª Maria da Penha de Lima Coutinho (UFPB)



Profª Drª Thelma Maria Grisi Veloso (UEPB)



Prof Dr. Eduardo Antonio de Pontes Costa (UFPB)



Prof Dr. José Vaz Magalhães Néto (UFPB)

João Pessoa, 27 de março de 2014.



Universidade Federal da Paraíba
CCHLA – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social
Campus Universitário, S/N
CEP 58.059-900 João Pessoa/PB – BRASIL

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e quatorze, na sala 511 do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social para o exame de defesa de tese da doutoranda **CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA**. Foram componentes da banca examinadora os professores: **Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto** (Orientadora/UFPB, CPF 325.180.214-34), **Dra. Maria da Penha Lima Coutinho** (Membro Interno/UFPB, CPF 218.422.214-34), **Dr. Eduardo Antonio de Pontes Costa** (Membro Interno/UFPB, CPF 517.816.204-82), **Dr. José Vaz Magalhães Néto** (Membro Interno/UFPB, CPF 450.825.884-00) e **Dra. Thelma Maria Grisi Veloso** (Membro Externo/UFPB, CPF 343.638.584-00). Na cerimônia compareceram, além do examinando, alunos da pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, a presidente da banca, Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o examinando **CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que apresentasse sua tese, intitulada: “**Discursos, homofobia e políticas de direitos humanos**”. Passando então ao aludido tema, a candidata foi a seguir argüida pelos examinadores na forma regimentar. Ato contínuo passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito “Aprovado”, o qual foi proclamado pela presidência logo que esta foi franqueada ao recinto da solenidade pública. Face à aprovação, declarou a presidente achar-se a examinada **CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA** legalmente habilitada a receber o grau de Doutora em Psicologia Social, cabendo à Universidade Federal da Paraíba, providenciar, como de direito, a expedição do diploma ao qual o mesmo faz jus. Nada mais havendo a tratar, eu Ana Raquel Rosas Torres, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos, assino juntamente com todos os membros da banca. João Pessoa, 27 de março de 2014.

M. F. Alberto
M. da Penha Lima Coutinho
E. A. de Pontes Costa
J. V. Magalhães Néto
Thelma Maria Grisi Veloso

Ana Raquel Rosas Torres
Profª, Drª. Ana Alcyde W. Saldanha Pichelli
Vice-Coordenadora - PPGPS/UFPB
SIAPE 1497729

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, meus heróis e esteios da minha vida (in memoriam).

Aos meus filhos, amor maior, pela experiência que me proporcionaram com o exercício da maternidade, que muito me enriquece.

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Maria de Fatima Pereira Alberto, minha orientadora, pelo aprendizado e por ter me acolhido como sua orientanda, pela sua competência e dedicação como profissional, nem tenho palavras para lhe agradecer.

Aos coordenadores do Programa DINTER UFPB/IFMT, em especial à Profª Drª Maria da Penha de Lima Coutinho, pela sua dedicação e apoio ao grupo.

Aos professores do programa, que tanto nos enriqueceram com seus conhecimentos.

Aos colegas e companheiros do doutorado, principalmente aos que estiveram mais próximos durante o ano de 2013: Nadir, Luísa, Francisco e Armindo.

Aos colegas do NUPEDIA, pela acolhida amistosa e pela convivência um tanto prazerosa.

Aos meus filhos e demais familiares, pelo apoio incondicional.

À CAPES, pelo apoio financeiro em forma de bolsas durante o período de estágio docência na UFPB.

Aos amigos de longa data, pelas palavras de motivação, e aos novos amigos que tive a oportunidade de conhecer em João Pessoa, pelo carinho e acolhida.

À Dirce, amiga e companheira, pela presença e carinho com todo o grupo do DINTER em João Pessoa.

Resumo

Esta tese tem como objetivo geral analisar a discursividade produzida por parte de líderes políticos e religiosos em função das reivindicações do movimento LGBT e das políticas públicas de direitos humanos. Tomamos como embasamento teórico a arqueogenealogia formulada por Michel Foucault para compreender as categorias teóricas: discurso, poder/saber/verdade, sexualidade/homossexualidade e normatização. Adotou-se a abordagem qualitativa tendo como *corpus* para a análise os vídeos postados no site YouTube contendo pronunciamento, debate, preleção e pregação de seis líderes políticos e religiosos contrários às políticas de direitos humanos voltadas ao grupo LGBT. A definição do número de participantes seguiu o critério de saturação proposto por Minayo (2010). Para analisar os discursos, utilizamos a Análise do Discurso (AD) (Gregolin, 2004), cuja proposta de análise foi delineada a partir das teorizações de Foucault e tem como base as seguintes categorias: Quem fala? De onde fala? Que efeitos de sentido geram? Que discursos aparecem (enunciados, contradições, repetições, regularidades e dispersões)? A partir de que grande acontecimento os discursos emergem? A partir dos discursos analisados, são identificados sentimentos de aversão, rejeição e, conseqüentemente, exclusão do grupo LGBT. Emergem discursos que relacionam o grupo LGBT a pessoas desprovidas de caráter, promíscuas, pedófilas e ameaçadoras da ordem social. Na visão desses líderes, as políticas de direitos humanos não devem incluir esse grupo. Os sujeitos são atravessados por discursos de cunho moral, religioso e pseudocientífico que sustentam a heteronormatividade. Sendo assim, a homofobia está legitimada institucionalmente se considerarmos o lugar de onde esses líderes falam.

Palavras-chave: homofobia, direitos humanos, homossexualidade, heteronormatividade, discursos, exclusão

Abstract

This thesis has as a general aim to analyze the discourse produced by political and religious leaders according to what LGBT movement claims and public policies on human rights. We take as the theoretical background archeology and genealogy formulated by Michel Foucault to understand the theoretical categories: discourse, power / knowledge / truth, sexuality / homosexuality and standardization. We adopted qualitative approach to analyze the corpus that was videos posted on YouTube containing pronouncement, debate, lecture and preaching of six political and religious leaders opposed to the policies of human rights aimed at the LGBT group. The definition of participants number followed the data saturation criterion proposed by Minayo (2010). To analyze the discourses we used the DA (Gregolin, 2004), whose analysis proposal was outlined by Foucault and is based on the following categories: Who speaks? Where does it speak from? What effect of meaning does it produce? Which discourses appear (statements, contradictions, repetitions, regularities and dispersions)? What great event do the discourses emerge from? The data indicate that the discursive practices of religious and political leaders materialize in aversion, rejection and exclusion discourse. They also emerge discourses that relate to LGBT with deprived people of character, promiscuous, pedophiles and threatening the social order. In view of these leaders, human rights policies should not include LGBT group. The subjects are crossed by discourses of imprint moral, religious and pseudo-scientific that support the heteronormativity. Homophobia is institutionally legitimized if we consider the place where these subjects speak.

Keywords: homophobia, human rights, homosexuality, heteronormativity, discourses, exclusion

Resumen

Esta tesis tiene como objetivo general analizar el discurso producido por líderes políticos y religiosos en función de las reivindicaciones del movimiento LGBT y de las políticas públicas de derechos humanos. Tomamos como fundamentación teórica la arqueogenealogía formulada por Michel Foucault para comprender las categorías teóricas: discurso, poder/saber/verdad, sexualidad/homosexualidad y normalización. Se adoptó el enfoque cualitativo y como corpus para análisis fueron utilizados los videos publicados en el sitio YouTube que contienen el debate, conferencia y la predicación de seis líderes políticos y religiosos que se oponen a las políticas públicas de derechos humanos dirigidas al grupo LGBT. La definición del número de participantes siguió el criterio de saturación de datos propuesto por Minayo (2010). Para analizar los discursos, utilizamos la Análisis del Discurso AD (Gregolin, 2004), cuya propuesta fue esbozada por Foucault y se basa en las siguientes categorías: ¿Quién habla? ¿De dónde habla? ¿Qué efectos de sentido generan? ¿Qué discursos aparecen (enunciados, contradicciones, repeticiones, regularidades y dispersiones)? ¿A partir de que gran acontecimiento emergen los discursos? Los datos indican que las prácticas discursivas de líderes religiosos y políticos se materializan en discursos de aversión, rechazo y, por tanto, de exclusión del grupo LGBT. También emergen los discursos que relacionan a los miembros del grupo LGBT a las personas sin carácter, promiscuos, pedófilos y amenazadoras del orden social. En la visión de estos líderes, las políticas de derechos humanos no deben incluir ese grupo. Los sujetos están atravesados por discursos morales, religiosos y pseudocientíficos que sostienen la heteronormatividad. Así, la homofobia está institucionalmente legitimada si tenemos en cuenta el lugar de donde hablan estos líderes.

Palabras clave: homofobia, derechos humanos, homosexualidad, heteronormatividad, discursos, exclusión

Lista de siglas e abreviaturas

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

AD - Análise do Discurso

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ALERJ - Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

APA - American Psychiatric Association

CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CF- Constituição Federal

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FEA - USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

FPE - Frente Parlamentar Evangélica

GGB - Grupo Gay da Bahia

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais

LOA- Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério de Educação e Cultura

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MPF - Ministério Público Federal

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PEC- Proposta de Emenda Constitucional

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PLC- Projeto de Lei da Câmara

PP - Partido Progressista

PPA- Plano Plurianual

RAADDHH - Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do

MERCOSUL

SECAD - Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade

STF - Supremo Tribunal Federal

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Introdução.....	15
CAPÍTULO I – Estado da arte: Buscando concepções e conceitos.....	29
1.1 Homofobia, sexismo e heterossexismo.....	30
1.2 Homofobia e violência no contexto da escola.....	35
1.3 Diversidade sexual e políticas de direitos humanos.....	39
CAPÍTULO II – Fundamentação teórica: O edifício da teoria.....	49
2.1 Discurso.....	49
2.2 Saber/poder e verdade.....	56
2.3 Sexualidade/homossexualidade.....	61
2.4 A normatização.....	66
CAPÍTULO III – Método: Trilhando o caminho.....	70
3.1 Delineamento do método.....	70
3.2 O corpus.....	70
3.3 Critérios para a escolha dos vídeos do youTube.....	70
3.4 Participantes.....	72
3.5 Procedimentos.....	73
3.5.1 Procedimento ético.....	73
3.5.2 Procedimentos de coleta dos dados.....	73
3.5.2.1 Primeira parte da busca.....	74
3.5.2.1.1 Etapa I	74
3.5.2.1.2 Etapa II.....	75
3.5.2.1.3 Etapa III.....	76
3.5.2.1.4 Etapa IV.....	77
3.5.2.1.5 Etapa V.....	78

3.6 Análise de dados.....	78
CAPÍTULO IV – Descrição e análise dos dados: Discursos em cena.....	85
4.1 As práticas discursivas e as relações de poder que estão implicadas na produção de verdades sobre a homossexualidade.....	85
4.1.1 Senador Tito Flávio.....	86
4.1.1.1 Contextualização.....	86
4.1.2 Deputado Julius César.....	89
4.1.2.1 Contextualização.....	89
4.1.3 Deputado e pastor Justiniano.....	92
4.1.3.1 Contextualização.....	92
4.1.4 Pastor Augustus Lívio.....	97
4.1.4.1 Contextualização.....	97
4.1.5 Deputada Lívia Teodora.....	105
4.1.5.1 Contextualização.....	105
4.1.6 Marcus Constantino.....	109
4.1.6.1 Contextualização.....	109
4.2 Discursos contrários às políticas públicas de enfrentamento da homofobia.....	118
4.3 As bases em que se fundamentam as práticas discursivas homofóbicas de líderes políticos e religiosos.....	129
4.4 Os efeitos de sentido produzidos pelos discursos de líderes religiosos e políticos contrários às políticas públicas de direitos humanos voltadas para o grupo LGBT.....	137
Considerações finais.....	151
Referências.....	155
ANEXO - Parecer Consubstanciado do CEP - Hospital Universitário Lauro Wanderley/UFPB.....	164

(...)

Tener que vivir en la disimulación, con el temor permanente de ser descubierto y estigmatizado, por los padres, los parientes, los amigos y todo un entorno social prejuiciado que se encarniza contra el gay como si fuera un apestado. ¿Cuántos jóvenes atormentados por esta censura social de que son víctimas los homosexuales han sido empujados al suicidio o a padecer de traumas que arruinaron sus vidas? Sólo en el círculo de mis conocidos yo tengo constancia de muchos casos de esta injusticia garrafal que, a diferencia de otras, como la explotación económica o el atropello político, no suele ser denunciada en la prensa ni aparecer en los programas sociales de quienes se consideran reformadores y progresistas (Llosa, 2012).

Introdução

O texto em epígrafe é um fragmento de um artigo de opinião publicado no Jornal El País (Chile), em abril de 2012, por Mario Vargas Llosa, escritor peruano e Prêmio Nobel de Literatura em 2010, na ocasião do assassinato de Daniel Zamudio, um jovem ativista homossexual de 24 anos que trabalhava como vendedor de uma loja de roupas, na noite de três de março de 2012, por quatro “neonazistas” chilenos. Durante seis horas, os neonazistas bebiam e brincavam, davam socos, chutes, atiravam pedras e marcavam seu corpo com a suástica no peito e nas costas com o gargalo da garrafa quebrada. Daniel Zamudio foi levado ao hospital ao amanhecer e agonizou durante 25 dias, até o seu falecimento em consequência dos traumatismos causados pelo espancamento. Esse crime homofóbico causou comoção não só no Chile, mas em toda a América do Sul e a condenação à discriminação e ao ódio em relação às minorias sexuais, tão arraigados em toda América Latina, se ampliou (Llosa, 2012).

O fato acima descrito ilustra que a homofobia é um fenômeno que está cada vez mais arraigado na nossa sociedade, embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada há mais de 50 anos, condene todas as formas de discriminação (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). Além disso, a Constituição Federal (CF) de 1988, no inciso IV do artigo 3º, postula como objetivo fundamental da República: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Isso, entretanto, ainda não é suficiente para evitar comportamentos discriminatórios.

Uma sociedade complexa, plural e heterogênea exige de nós, educadores, uma profunda reflexão. Educar para a cidadania inclui o respeito à diferença e ao direito de todos. Esse parece ser o grande desafio da atualidade. A palavra homofobia, de acordo com Borillo (2010), parece ter sido usada pela primeira vez por volta dos anos 1970 por K. T. Smith, em

um artigo em que se analisava a personalidade homofóbica. Segundo Borillo, a definição feita por George Weinberg classifica a homofobia como rejeição e desprezo que os heterossexuais sentem em relação aos homossexuais, bem como o desprezo que alguns homossexuais sentem por si mesmos por não aceitarem a sua orientação sexual. O autor explica que o termo só apareceu em um dicionário de língua francesa em 1998. Dez anos antes o termo era completamente desconhecido, mesmo em léxicos especializados. Os sentidos que se pode apreender são amplos: é uma conduta hostil contra os homossexuais, sendo homens ou mulheres, e também o medo de que essa identidade seja valorizada e reconhecida. Ela surge por um sentimento de angústia, pelo medo de que a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual desapareçam. Ainda de acordo com o autor, a homofobia participa do senso comum de forma invisível, cotidiana e compartilhada, portanto, questioná-la torna-se indispensável no que se refere às atitudes e aos comportamentos, bem como às suas construções ideológicas (Borillo, 2010).

Um estudo realizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2004, sobre o tema "Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas", que faz parte da coleção "Educação para Todos", aponta que são necessárias ações mais concretas no combate à violência, ao preconceito e à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. O referido estudo enfatiza a importância da educação como instrumento necessário para enfrentar situações de preconceito e discriminação e garantir oportunidades efetivas de participação de todos, nos diferentes espaços sociais. Além disso, o estudo concentra um grupo significativo de especialistas brasileiros sobre o tema e foi produzido pelo MEC para discutir, especificamente, educação e homofobia. Com ele, o MEC avançou no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia. O objetivo do mencionado trabalho foi oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas na área da educação e

do reconhecimento da diversidade na construção de um modelo de sociedade democrática (Junqueira, 2009a). Este autor explica que:

Ao longo de sua história, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças, responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso”) todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”. (Junqueira, 2009a, p.14).

Borillo (2010) considera que o papel da escola na luta contra a intolerância é fundamental e o reconhecimento da igualdade, em relação ao grupo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais (LGBT) é tema que diz respeito a todos os cidadãos.

A evasão escolar é resultado da solidão e do desprezo a que o estudante pertencente ao grupo LGBT é submetido, já que esse é um dos efeitos mais marcantes da homofobia. De acordo com Lionço e Diniz (2009), a exclusão de travestis e transexuais do espaço escolar e da família compromete a sua formação profissional e, sem acesso ao mercado de trabalho, a alternativa que buscam para sobreviver é a prostituição, reforçando, assim, o estereótipo que os estigmatiza.

De acordo com Nardi e Quartiero (2012), a escola sempre deixou de lado os assuntos referentes à sexualidade. Foi a partir dos anos 1990 que projetos pedagógicos voltados para a prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e da gravidez na adolescência trouxeram, ainda que timidamente, o tema da sexualidade para a sala de aula. No ano de 1995, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), foram elaboradas algumas orientações com o propósito de enfrentar as situações que configuram a

prática da discriminação no ambiente escolar. Esse documento, em seus objetivos gerais, preconiza que a escola deve se organizar para que os alunos, ao fim da educação básica, sejam capazes de respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano, e de compreender a busca do prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana. Apesar disso, na realidade, por falta de políticas educacionais voltadas para a temática em questão, os PCN tornaram-se uma ação isolada que não foi suficiente para promover, de forma sistemática, o combate à homofobia na escola (Mello, Maroja, & Brito, 2010).

A partir do ano 2000, em função da organização e mobilização de grupos representantes do movimento LGBT reivindicando seus direitos de cidadania, foi identificada, por parte dos gestores públicos, a necessidade de elaborar um programa de combate à homofobia mais consistente. Para dar início a esse programa, a UNESCO, em parceria com o MEC, realizou uma pesquisa sobre o “Perfil dos Professores Brasileiros”, realizada entre abril e maio de 2002, com cinco mil professores da rede pública e privada. Os dados indicaram que 59,7% deles não admitem que uma pessoa tenha relações homossexuais e 21,2% deles não gostariam de ter vizinhos homossexuais (Abramovay, Castro, & Silva, 2004).

Outra pesquisa foi realizada no Ensino Fundamental e Médio em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal. Nessa pesquisa, foi constatado que o percentual de professores que declaram não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula vai de 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória. 12 % dos professores em Belém, Recife e Salvador, 14 e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza acreditam que a homossexualidade é uma doença. Os entrevistados da referida pesquisa da UNESCO que não gostariam de ter colegas de classe

homossexuais são 33,5% dos estudantes de sexo masculino em Belém; entre 40% e pouco mais de 42% no Rio de Janeiro, em Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza; e mais de 44% em Maceió e Vitória. Na mesma pesquisa, constatou-se que pais de estudantes de sexo masculino que não gostariam que homossexuais fossem colegas de seus filhos alcançam 17,4% no Distrito Federal; entre 35% e 39% em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador; 47,9% em Belém; e entre 59 a 60% em Fortaleza e Recife. Estudantes do sexo masculino informaram “bater em homossexuais” como o menos grave dos seis exemplos de uma lista de ações violentas (Abramovay et al., 2004).

Para romper com essa lógica de naturalização da exclusão de determinados grupos sociais, no ano de 2004, o MEC, em parceria com a UNESCO, lançou a Coleção Educação para Todos, inaugurando um espaço para divulgação de textos, documentos, relatórios de pesquisas e eventos, estudos de pesquisadores, acadêmicos e educadores nacionais e internacionais, que têm por finalidade aprofundar o debate em torno da busca de uma educação abrangente e democrática. Além de promover a interlocução, a informação e a formação de gestores, educadores e demais pessoas interessadas no campo da educação continuada, essa proposta teve como objetivo a inclusão social de um grande número de jovens e adultos, excluídos dos processos de aprendizagem formal, no Brasil e no mundo. Para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), órgão responsável, no âmbito do MEC, pela referida coleção, a compreensão e o respeito pelo diferente e pela diversidade são dimensões fundamentais do processo educativo. As reflexões contidas no volume nº 32 da coleção, sobre a produção e a reprodução da homofobia na educação, são examinadas a partir dos instrumentos fornecidos pelas ciências sociais e humanas (Henriques, Brandt, Junqueira, & Chamusca, 2007). Para Junqueira (2009a), o enfrentamento da homofobia não pode ser mais adiado, pois se caracteriza como um grave problema social.

O problema da homofobia estende-se pelo mundo afora, segundo dados divulgados pela UNESCO. Nos Estados Unidos, mais de 90% dos estudantes LGBT dizem ter sido vítimas de assédio homofóbico. Na Nova Zelândia, 98% dos homossexuais contam que já sofreram abusos verbais ou físicos na escola. Outra pesquisa realizada em 2009 pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) apontou que, no Brasil, 87% da comunidade escolar – sejam alunos, pais, professores ou servidores – têm algum grau de preconceito contra homossexuais (UNESCO, 2011).

Em um evento em Nova York, no início do ano de 2011, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que jovens do mundo todo, por diversas razões, dentre elas, a homossexualidade, sofrem com o *bullying*, um problema que ocorre, em especial, no ambiente escolar. De acordo com ele, esse é um problema que causa um grande sofrimento, pois afeta os jovens durante todo o caminho para a vida adulta. A depressão, o abandono da escola e até mesmo o suicídio são algumas das consequências da homofobia e devem ser considerados como uma violação dos direitos humanos e uma crise de saúde pública, segundo o secretário da ONU (Cieglinski, 2011).

Sobre o mesmo tema, em uma reunião promovida no Rio de Janeiro, em dezembro de 2011, pelo grupo LGBT, com a presença de especialistas de 25 países, discutiu-se o bullying contra estudantes lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais. Os participantes conheceram experiências de combate ao problema, desenvolvidas por diferentes países, e houve o consenso de que a homofobia prejudica o desempenho de alunos homossexuais (“Bullying homofóbico,” 2011). Essa realidade indica que as ideias e atitudes de rejeição explicitadas acima, em pleno século XXI, são uma herança da perversidade dirigida aos indivíduos que fogem à regra das práticas sexuais idealizadas pela sociedade. Nesse sentido, em uma revisão histórica da homossexualidade, relatou Trevisan (2000, p. 127):

Na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII, não apenas a Espanha, Portugal, França e Itália católicas, mas também a Inglaterra, Suíça e Holanda protestantes puniam severamente a sodomia. Seus praticantes eram condenados a punições capazes de desafiar as mais sádicas imaginações, variando historicamente desde multas, prisão, confisco de bens, banimento da cidade ou do país, trabalho forçado (nas galés ou não), passando por marca com ferro em brasa, execração e açoite público até a castração, amputação das orelhas, morte na forca, morte na fogueira, empalamento e afogamento.

Durante muito tempo, a homossexualidade foi e continua sendo alvo de rejeição por grande parte da sociedade, considerada, inclusive, como um transtorno psicológico. Foi em 1973 que a American Psychiatric Association (APA) a retirou da classificação de transtorno psicológico. Contudo, só no ano de 1991 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a retirou da classificação de doença (Sousa, 2009).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em sua Resolução nº 001/1999, prevê que a atuação profissional não deve abordar a homossexualidade como patologia, distúrbio ou perversão. Destacamos o Art. 2º que diz: “Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas”. No entanto, muitas pessoas ainda consideram a homossexualidade como algo inadmissível e reprovável e a veem como um transtorno psicológico, do qual se pode curar por meio de terapias e orações.

Seguindo essa lógica de exclusão legitimada institucionalmente, constatamos que o vocabulário pejorativo utilizado para qualificar a homossexualidade é extenso. Conforme relata Borillo (2010, p. 15), enquanto nos dicionários a definição utilizada para o termo heterossexual é a sexualidade considerada normal, o homossexual “é designado por uma

profusão de vocábulos: gay, homófilo, pederasta, veado, salsinha, michê, bicha louca, tia, sandalinha, invertido, sodomita, travesti, lésbica, maria homem, homaça, hermafrodita, baitola, gilete, sapatão, bissexual”.

Além disso, a homofobia continua a ser considerada pela sociedade como uma opinião aceitável, sendo a única forma de discriminação sem nenhum instrumento legal que a incrimine, já que as outras formas de discriminação como o racismo, o antissemitismo, a misoginia ou a xenofobia são formalmente condenadas por força de leis institucionalizadas (Borillo, 2010).

No âmbito das políticas públicas para o reconhecimento dos direitos de cidadania do grupo LGBT, algumas ações foram encaminhadas. O projeto Escola sem Homofobia, chamado pela mídia de *kit gay*, foi elaborado pela SECAD, com a finalidade de contribuir com o Programa Brasil sem Homofobia.

Também tramita no Congresso o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n.º 122/06, que tem como finalidade criminalizar a discriminação motivada por orientação sexual ou identidade de gênero. Caso seja aprovado, irá alterar a Lei de Racismo (Lei nº 7.716/1989) para incluir tais discriminações no conceito legal de racismo – que abrange, atualmente, a discriminação por cor de pele, etnia, origem nacional ou religião (Projeto de Lei da Câmara [PLC] n.º 122/06).

Em 2011, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) colocou em votação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/07, que tinha o objetivo de acrescentar a orientação sexual no rol das vedações à discriminação da Constituição do Estado, mas foi rejeitada com 38 votos a favor e 39 contra (Dias, 2011).

No ano de 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram a união estável para casais do mesmo sexo. Em seu argumento, o ministro Ayres Britto afirmou que o artigo 3º, inciso IV, da CF, veda qualquer discriminação em virtude de sexo,

raça, cor e que, nesse sentido, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua orientação sexual. “O sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação jurídica”, segundo o ministro (“Supremo reconhece união homoafetiva,” 2011).

Percebe-se que uma lei que criminaliza a homofobia se faz necessária e urgente, pois o Brasil é considerado um campeão em violência homofóbica e, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos, em 2012, foram registradas pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. O maior número de registros ocorreu em setembro, 342 denúncias. Houve um aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos em relação a 2011(Calaf, Bernardes, & Rocha, 2012).

Em 2013, o cenário continua o mesmo. O relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), de 2013-2014, revelou que a intolerância aos homossexuais mata um gay a cada 28 horas no país. Foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil em 2013. O Brasil continua figurando como campeão mundial de crimes homo-transfóbicos. De acordo com agências internacionais, 40% dos assassinatos de transexuais e travestis no ano passado foram cometidos aqui. Nos últimos seis anos, 1,3 mil pessoas foram assassinadas. Esses dados revelam que o poder público do Brasil pouco faz para enfrentar o problema. O antropólogo paulista Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia, fundador do GGB e coordenador da pesquisa que contabiliza o número de assassinatos motivados por homofobia, classifica esse tipo de violência como um *homocausto*. Para Mott, as políticas públicas para a comunidade LGBT vivem um apagão e o país não é capaz de erradicar a homofobia. De acordo com o autor, no relatório do GGB:

Tais assassinatos refletem sempre grave discriminação anti-homossexual, devendo ser considerados crimes de ódio, motivados pela homofobia cultural que encara os

gays e travestis como delinquentes. Prova disto é que são mortas mais travestis do que mulheres prostitutas, cumprindo-se a risca ditado homofóbico repetido de norte a sul do país, ‘viado tem mais é que morrer!’ (Grupo Gay da Bahia [GGB], 2014).

O relatório inclui na lista, também, os casos de suicídio. Foram 10 em 2013. Eles dão fim à própria vida por não suportarem a pressão homofóbica, inclusive da família. Em São Luís, um rapaz de 16 anos enforcou-se no interior do apartamento onde morava porque seus pais não teriam aceitado sua condição de homossexual. Mott afirma ainda que esses números não refletem a violência homofóbica em sua totalidade (GGB, 2014).

Considera-se que esses números são expressivos. O que se visualiza é que o estigma da homossexualidade atravessa séculos e está longe de ser banido da nossa sociedade, ainda que, na atualidade, os movimentos que lutam pelos direitos dos homossexuais se ampliem mundo afora.

A ideia desta tese surgiu da inquietação desta pesquisadora em relação à falta de políticas públicas de inclusão desse grupo estigmatizado e entregue ao seu destino de pária social. A forma como o tema a respeito da diversidade sexual é tratado no ambiente escolar, ou melhor, não é tratado, evidencia que esse silêncio só reforça o contexto de violência simbólica. A experiência da pesquisadora como professora em escolas públicas durante vários anos, observando situações de conflitos vividos por adolescentes que fogem ao padrão heteronormativo, foi a motivação para uma reflexão sobre as questões que envolvem o assunto da diversidade sexual e por perceber que a exclusão se dá de diferentes formas. Embora estejam diante dos nossos olhos situações envolvendo a violência em relação aos jovens que possuem uma identidade sexual fora dos padrões heteronormativos, o assunto sempre esteve fora da pauta das discussões sobre educação sexual nas escolas. A vivência no contexto educacional mostra que a discriminação é uma prática social que faz parte do cotidiano da escola. Sabemos que a desqualificação ou inferiorização do outro traz sérias

consequências aos indivíduos, tanto sociais quanto psicológicas. Contudo, há um forte indício de que boa parte da sociedade aceita com naturalidade essa violação dos direitos humanos e ainda impede que se efetivem ações para combatê-la.

Entende-se que há necessidade de contribuir, através do conhecimento acadêmico, sobre a homofobia na sociedade brasileira, o que possibilita refletir sobre “a dinâmica de produção e atualização de hierarquias e processos de (des)legitimação, (des)qualificação, inclusão e exclusão de sujeitos, saberes, modos de ver, práticas e agendas políticas e educacionais” (Junqueira, 2009b, p. 163). Todos sabem da existência da homofobia, porém, de acordo com Prado (2010), o momento é contraditório, pois, apesar de sabermos que ela existe, pouco se sabe do seu funcionamento e quais são as suas dinâmicas ao se articular com outras formas de inferiorização. Para Junqueira (2009) é de fundamental importância compreender o funcionamento da homofobia para buscar formas de enfrentá-la, no sentido de desconstruir suas práticas silenciosas e violentas, pois o sentimento de rejeição não está só nos indivíduos, mas articula-se na cultura e nas instituições.

Pensamos que essas questões devem ser analisadas à luz das teorias foucaultianas por entendermos que elas podem explicar como esses discursos refletem os interesses dos diferentes grupos sociais e fazem emergir as formas de controle a que determinados segmentos estão submetidos. A homofobia configura-se como uma forma de exclusão legitimada por instituições no campo religioso, educacional, jurídico e social, constituída dentro de uma lógica perversa sustentada, segundo Foucault (1976/2011), por discursos historicamente construídos.

A partir da problematização explicitada até o momento, esta pesquisadora considerou de grande relevância estudar sobre o tema e procurar respostas para questões que vivenciamos cotidianamente e também por entender que a exclusão fere a dignidade da pessoa. Dentre essas questões, pontuamos as seguintes: Em que bases se fundamentam os

discursos homofóbicos? Como se materializam as práticas discursivas homofóbicas? Que relações de poder estão implicadas na reprodução de verdades sobre a homossexualidade? Que efeitos de sentido produzem os discursos de líderes religiosos e políticos contrários às políticas de combate à homofobia?

Concebe-se como tese que a homofobia é naturalizada discursivamente e se fundamenta em discursos de verdades sobre a homossexualidade atravessadas pelas relações de poder/saber, representadas pelas instituições religiosas e políticas que legitimam a violência e reforçam as atitudes de intolerância e, ainda, criam obstáculos para que se efetivem as políticas de direitos humanos dos grupos marginalizados.

Como pressupostos temos que as práticas discursivas homofóbicas: 1-fundamentam-se discursivamente em princípios religiosos, morais e pseudocientíficos; 2-materializam-se em discursos de aversão, rejeição, exclusão e são legitimadas institucionalmente; 3-produzem efeitos de sentidos que desqualificam o grupo LGBT; 4- fomentam os discursos que negam ao grupo LGBT o direito às políticas públicas de direitos humanos; 5- reforçam os discursos que promovem a violência contra o grupo LGBT.

Em face disso, o objetivo geral desta tese é analisar a discursividade produzida por parte de líderes políticos e religiosos em função das reivindicações do movimento LGBT e das políticas públicas de enfrentamento da violência homofóbica e, para atingi-lo, temos como objetivos específicos: 1. Analisar, a partir das práticas discursivas, as relações de poder que estão implicadas na produção de verdades sobre a homossexualidade. 2. Identificar os discursos contrários às políticas públicas de enfrentamento da homofobia. 3. Analisar em que bases se fundamentam as práticas discursivas homofóbicas de líderes políticos e religiosos. 4. Problematicar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos de líderes religiosos e políticos contrários às políticas públicas de direitos humanos voltadas para o grupo LGBT.

Para analisar tais objetivos, ancoramo-nos no campo da Psicologia Social, na perspectiva da análise do discurso apresentada por Michel Foucault (1969/2008, 1970/ 2008, 1976/2011, 1978/2008, 1979/1986, 1982/2010, 1984/2010). O tema da sexualidade nesta pesquisa foi enfocado como uma construção cultural e histórica e se apoia nas teorias arqueogenealógicas formuladas por esse autor e nos conceitos de discurso, verdade/poder/saber e normatização.

Nesta pesquisa, adotamos a abordagem qualitativa. Utilizamos como *corpus* os vídeos do site youTube contendo o pronunciamento, pregação, debate ou preleção de líderes políticos e religiosos contrários às políticas públicas de combate à homofobia. Os participantes foram selecionados conforme os critérios a seguir:

1. Pregação, sermão, debate ou preleção de líderes religiosos ocorridos em templos ou espaços públicos com maior destaque na mídia e veiculados na internet;
2. Pronunciamento de líderes políticos contrários às políticas de combate à homofobia em exercício do mandato Legislativo, ou em busca de apoio para se elegerem na esfera estadual ou federal, realizado em instituições representativas e/ou legislativas: Congresso Nacional, Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Secretaria de Direitos Humanos e veiculados na internet.
3. Os vídeos utilizados foram os que registraram maior número de acessos e as transcrições foram integrais, ou seja, sem recortes nas falas e transcritas literalmente, sem correções gramaticais.

Os vídeos foram acessados no site youTube vídeos, a partir do buscador www.google.com.br, por meio de palavras-chave. Foram usados cinco grupos de palavras-chave: 1. homofobia pronunciamento kit gay vídeos youTube; 2. PEC 23/07 discurso contra vídeos youTube; 3. homofobia preconceito discriminação pregação vídeos youTube; 4.

homossexualismo e ideologia gay vídeos youTube; 5. Senado PLC nº 122/06 vídeos youTube.

Para analisar as práticas discursivas dos líderes políticos e religiosos, utilizamos neste trabalho a Análise do Discurso (AD) (Gregolin, 2004), cuja proposta de análise foi delineada a partir das teorizações de Michel Foucault e tem como base as seguintes categorias: Quem fala? De onde fala? Que efeitos de sentido geram? Que discursos aparecem (enunciados, contradições, repetições, regularidades e dispersões)? A partir de que grande acontecimento os discursos emergem?

Em face dessas premissas, a presente tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, cujo título é “Estado da Arte: Buscando concepções e conceitos”, são abordadas as relações entre homofobia, sexismo e heterossexismo; homofobia e violência no contexto da escola; diversidade sexual e políticas de direitos humanos.

No segundo capítulo, intitulado “Fundamentação teórica: O edifício da teoria”, são apresentadas as categorias teóricas que emergiram a partir dos objetivos do estudo, quais sejam: discurso, poder/saber/verdade, sexualidade/homossexualidade e normatização, na perspectiva arqueogenealógica teorizada por Michel Foucault.

No terceiro capítulo, “Método: Trilhando o caminho”, são apresentados o percurso metodológico, o *corpus*, os participantes, a amostra, os procedimentos de coleta dos dados, bem como a metodologia para a descrição e interpretação dos dados.

No quarto capítulo, “Descrição e análise dos dados: Discursos em cena”, são apresentados os achados da pesquisa de campo, contendo a descrição e análise dos dados, considerando as concepções dos diversos autores e as categorias teóricas que serviram de base na produção desta tese. Na sequência, são apresentadas as considerações finais, as referências e os anexos.

CAPÍTULO I

Estado da arte: Buscando concepções e conceitos

Em face do objetivo desta tese, há a necessidade de analisar as relações entre homofobia, sexismo e heterossexismo; diversidade sexual e violência; e também as políticas de direitos humanos em relação à diversidade sexual. Nessa perspectiva, este capítulo objetiva enunciar o estado da arte trazendo autores que têm se empenhado no sentido de compreender essas questões. A abordagem será feita a partir destes três temas que serão o alicerce no qual se sustentará esta tese:

- Homofobia, sexismo e heterossexismo;
- Homofobia e violência no contexto da escola.
- Diversidade sexual e políticas de direitos humanos.

Em primeiro plano, será feita a definição dos termos homofobia, sexismo e heterossexismo pela estreita relação entre eles e por ser a partir desses conceitos que os demais se desenvolvem. Esse tema tem sido abordado por Abramovay et al. (2004), Barretto (2012), Borillo (2010), Ceccarelli (1999), Louro (2010), Rios (2009) e Welzer-Lang (2001), dentre outros.

O segundo tema, homofobia e violência, tem sido foco de estudos de Fontes (2009), Furlani (2009), Junqueira (2009a), Junqueira (2009b), Louro (2001), Louro (2010), Rios (2009) e Rios e Santos (2009), dentre outros.

Quanto ao terceiro tema: diversidade sexual e políticas de direitos humanos, ele está na pauta de discussões da UNESCO, por ser considerado um desrespeito aos direitos humanos e porque esta situação se repete pelo mundo afora. Portanto, abordaremos pesquisadores que se empenham em estudos sobre o assunto da diversidade sexual e políticas

de educação inclusiva, dentre eles, Dinis (2008), Furtado e Caldeira (2010), Lionço e Diniz (2009), Mello et al. (2010), Rocha (2011) e Selfner (2009).

1.1. Homofobia, sexismo e heterossexismo

Borillo (2010) traça o percurso da homofobia através da história e suas graves consequências até os dias atuais. Esse autor fornece elementos para reflexão a respeito do tema, entendendo que a questão não pode ser reduzida à ideia de rejeição, ódio e discriminação em relação a gays e lésbicas ou manifestação arbitrária que consiste em considerar o outro anormal e inferior. O teórico aborda também as razões pelas quais esses qualificativos são atribuídos às formas de sexualidades que estão fora do padrão heteronormativo.

Fazendo uma retrospectiva histórica, pode-se concluir que o termo homofobia estaria desprovido de sentidos no pensamento pagão. Foi com o surgimento do cristianismo que se buscou na lei judaica a hostilidade aos atos homossexuais condenando-os à margem da natureza, excluindo-os da salvação, sendo esse o elemento precursor e capital da ideologia homofóbica (Borillo, 2010).

Para conhecer de forma mais consistente o comportamento homofóbico, Borillo (2009) analisa a homofobia, classificando-a para melhor compreendê-la. De acordo com essa classificação, temos: homofobia irracional e homofobia cognitiva, homofobia geral e homofobia específica e homofobia/sexismo/heterossexismo. Em seguida, ele busca suas origens e os elementos precursores: o mundo greco-romano, a tradição judaico-cristã, a igreja católica contemporânea e a condenação da homossexualidade, passando pelas doutrinas heterossexistas e a ideologia homofóbica: a homofobia clínica, a homofobia antropológica, a homofobia liberal, a homofobia burocrática: o stalinismo, a homofobia em seu paroxismo (o

“holocausto gay”), para, finalmente, chegar às causas da homofobia seguidas de propostas para combatê-la.

Segundo Borillo (2010), a homofobia irracional caracteriza-se por um sentimento de “medo, aversão e repulsa” (p. 24). É comparada a um sentimento ou emoção do tipo fóbico, assim como a claustrofobia (medo de permanecer em ambiente fechado) ou zoofobia (medo diante de certos animais). Para ele, seria esse o sentido original do termo “homofobia”. No entanto, o vocábulo se mostrou limitado e insuficiente para abarcar os sentidos de um fenômeno muito mais amplo. A homofobia irracional ou psicológica nada mais é que a “atitude irracional que encontra suas origens em conflitos individuais” (Borillo, 2009, p.24).

Por outro lado, a homofobia cognitiva ou social manifesta-se de forma mais sutil, camuflada em um discurso de tolerância, aceitação do diferente como uma forma “civilizada” de convivência social. Essa manifestação da homofobia é um eufemismo e nem por isso é menos violenta. A homofobia social apresenta-se no cotidiano através de atitudes de desdém, de desprezo, de categorização do outro. Estabelece a fronteira entre homo/hétero. Nesse caso, não há uma rejeição explícita em relação aos homossexuais, no entanto, não se aceita que homossexuais usufruam os mesmos direitos que os heterossexuais (Borillo, 2009). É muito comum ouvir alguém dizer: eu nada tenho contra os gays, inclusive tenho vários amigos que são gays, mas isso de casamento entre pessoas do mesmo sexo é um absurdo.

Essa homofobia cotidiana pode ser considerada como uma forma de violência simbólica, que se expressa de forma dissimulada, com a internalização da cultura dominante, sendo que o dominado não se opõe ao seu opressor, uma vez que ele não se percebe como vítima desse processo, ou seja, o oprimido considera a situação natural e inevitável (Bourdieu & Passeron, 1975). Nesse caso, as vítimas da homofobia social sequer a percebem como violência, tal é a sutileza com que se manifesta. Além disso, essa forma de violência e

inferiorização do outro, de acordo com Borillo (2009), conta com a cumplicidade jurídica, científica, cultural e institucional.

Para uma melhor compreensão do termo homofobia, Borillo (2010) explica que é preciso levar em consideração que ela só é concebida porque há uma ordem sexual que organiza as relações sociais entre sexo e sexualidade, ou seja, os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher são naturalizados pela diferença entre os dois sexos. Essa ordem determina que o feminino deve ser complementar ao masculino promovendo sua subordinação psicológica e cultural. O sexismo é então definido como uma ideologia que promove a superioridade de um sexo em relação ao outro. No caso da nossa sociedade, Borillo (2010) afirma que há uma organização da relação entre os sexos de forma que o feminino fica restrito às atividades domésticas enquanto o masculino ocupa-se das atividades externas e políticas. Essa dominação é, segundo o autor, uma forma de violência simbólica, pois é exercida de maneira sutil, invisível e é aceita e naturalizada pelo subordinado como necessária e inevitável.

De modo similar às expressões racismo, antissemitismo ou machismo, o termo heterossexismo começou a ser usado para descrever um sistema ideológico que rejeita, nega e denigre qualquer forma de comportamento, identidade, comunidade ou estilo de vida que não seja heterossexual. Ao mesmo tempo, coloca a heterossexualidade como única forma de relacionamento aceitável, superior e “abençoada por Deus” (Borillo, 2010). De modo mais sistemático, o autor explica que é um sistema que a sociedade organiza de forma que haja a segregação de indivíduos, cuja orientação sexual não seja pelo sexo oposto. Compreende-se a homofobia e o heterossexismo como efeito psicológico de uma representação social que caracteriza a heterossexualidade como normal e as demais formas de expressão da sexualidade são desdenhadas, sendo assim, uma e outra configuram-se como intolerância e se igualam ao racismo e antissemitismo (Borillo, 2010).

Louro (2010, p. 29) entende que a homofobia, além da sensação de medo direcionado contra os homossexuais, pode expressar-se também em uma espécie de “terror em relação à perda do gênero”, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher “reais” ou “autênticos(as)”.

Ceccarelli (1999) nos lembra do choque de ideais que foi para os portugueses, quando da chegada ao Brasil, ao se depararem com os índios nus e perceberem a forma como eles lidavam com a sexualidade. Tamanho foi o impacto dos portugueses pela beleza e pelas suas práticas homoeróticas que eles cunharam o termo: “Devassos no Paraíso” para classificá-los. “Jamais teria lhes ocorrido que os índios – ou alguém – pudessem pensar diferente” (p. 33). É natural em todas as sociedades a criação de um ideal. De acordo com Ceccarelli (1999), nossa cultura ocidental foi influenciada pela tradição judaico-cristã que idealizou, em relação à sexualidade, uma normalidade tomando como referência o comportamento animal, ou seja, a sexualidade orientada à preservação da espécie.

Para o antropólogo Luis Mott, há quatro mil anos o Ocidente condena as relações homoeróticas como o pecado mais torpe e imoral e acha que, por causa dele, Deus castigava a humanidade com catástrofes ambientais e epidemias. Ainda hoje, segundo Mott (2006), para alguns cristãos, a AIDS é um castigo de Deus em consequência da revolução sexual e o ativismo gay. O autor afirma ainda que, no Brasil e em boa parte do mundo, de todas as denominadas “minorias sociais”, os homossexuais seguem sendo as vítimas principais do preconceito e da discriminação (Mott, 2006).

Mott (2006, p. 514) ressalta que o quadro da violência motivado por homofobia tem aumentado consideravelmente no Brasil, nos últimos anos, e é vergonhoso o fato de que, em nosso país, “a homofobia tem inspiração e se legitima no próprio discurso oficial de personalidades de grande destaque institucional na elite brasileira”. Os autores dessas

terríveis declarações de ódio, desprezo e estímulo à violência anti-homossexual também são responsáveis pelos crimes motivados pela homofobia (Mott, 2006).

Além dos aspectos religiosos e culturais que legitimam o discurso heterossexista, no século XIX, as sexualidades foram hierarquizadas através do discurso científico, colocando a heterossexualidade como possibilidade única e verdadeira e caracterizando as relações entre pessoas do mesmo sexo como uma doença degenerativa da sociedade (Borillo, 2010; Cecarelli, 1999).

Welzer-Lang (2001) descreve o heterossexismo como a discriminação e a opressão que têm como base a diferença feita a partir da orientação sexual, sendo que a heterossexualidade é promovida como superior em relação à homossexualidade, além de tomar como um dado, salvo opinião em contrário, que todos são heterossexuais. Como vimos até aqui, a história, a religião e a ciência imprimiram um modelo idealizado de sexualidade. Ceccarelli (1999) afirma que o modelo de identidade sexual idealizado em nossa cultura é o heterossexual, não sendo visto pela ótica da construção cultural, mas tratado como uma verdade. Para ele, a criação de ideais é um processo imanente à espécie humana, pois também tem como função normatizar as pulsões, os valores estéticos e morais, porém há uma diferença entre considerar os ideais como construções culturais, que podem configurar-se como verdades dentro de referências imaginárias.

Dessa forma, o indivíduo que não se ajusta ao padrão idealizado de sexualidade (heterossexual) sofre todas as formas de violência: física, moral e simbólica. Para Abramovay et al. (2004), são muitos os preconceitos em nome da sexualidade que ferem a dignidade da pessoa. É em nome da virilidade e masculinidade e das regras que impõem uma única forma de vivenciar a sexualidade que essa violência é legitimada por padrões culturais que alimentam escancaradamente hierarquias e moralismos, assim, demonstrações de

preconceitos e discriminações em relação à sexualidade são naturalizadas, valorizadas e não são vistas como violências.

1.2. Homofobia e violência no contexto da escola

No âmbito da educação, como garantia do direito à pluralidade e diversidade, é preciso encontrar caminhos que busquem fortalecer as ações políticas voltadas para romper com a lógica do papel tradicional da escola como reprodutora das desigualdades. Segundo Junqueira (2009b), o esforço em busca de ações mais inovadoras e os questionamentos no que se refere às políticas educacionais que visam ao reconhecimento e ao respeito à diversidade sexual depende das condições sociais, pois provoca o deslocamento de determinados conceitos.

Junqueira (2009a) nos chama a atenção para o fato de que é preciso pensar em um modelo educacional que se preste ao desenvolvimento social, já que um indivíduo com elevada escolaridade nem sempre é aprimorado eticamente. As políticas educacionais, segundo o autor, têm sido questionadas por estudiosos e movimentos sociais de mulheres, negros, indígenas e o grupo LGBT, no sentido de que os gestores e a sociedade precisam refletir mais radicalmente sobre os modelos educacionais, seus pressupostos, seus conteúdos que, além de contribuir para a reprodução da realidade atual, não raro ignoram ou desvalorizam determinados grupos sociais. Esse mesmo autor enfatiza que a opressão, a discriminação e o preconceito fazem parte do cotidiano da escola, o que resulta em um quadro de violência dirigido a milhões de jovens e adultos LGBT, os quais encontram diferentes formas de enfrentar tal violência: a internalização da homofobia, a negação, a autculpabilização, a autoaversão, tudo isso com a concordância ou omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado. É importante destacar que, na prática desta pesquisadora como professora em instituições públicas de ensino, é esse o quadro que se apresenta desde o início da carreira profissional. Em uma das cenas vivenciadas, ainda em

início de carreira, no início dos anos 1990, e com pouco conhecimento sobre o tema, em uma turma de oitava série, um garoto muito educado, bom aluno e de traços delicados pediu para tomar água. Quando ele passou diante da sala, os colegas riram e fizeram chacotas. Embora para ele essa cena fosse comum, pois já estava acostumado com esse tipo de “brincadeira”, a reação da professora foi fechar a porta, aproveitando a sua ausência, para refletir com os demais a respeito do assunto e pedir-lhes que o tratassem com respeito.

Para Junqueira (2009a), a homofobia é consentida e ensinada na escola, resultando em efeitos devastadores na formação das pessoas, pois compromete a inclusão educacional e a qualidade de ensino, além de incidir na relação docente/estudante e estudante/sociedade. Segundo o autor, tudo isso traz consequências graves, como desinteresse e dificuldade de aprendizagem, o que leva o estudante à evasão e ao abandono, comprometendo a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, a escola configura-se como espaço institucionalizado de reprodução dos discursos que colocam à margem os indivíduos que possuem uma identidade sexual diferente da maioria. Cabe-nos indagar: se a escola se configura como espaço de reprodução de injustiças, como fazer dela um espaço de transformação, uma vez que seu papel é o de formar pessoas para o exercício da cidadania, compreendendo que o respeito à diversidade e à pluralidade é o caminho para a cultura da paz? Entende-se, aqui, transformação como um processo que ocorre, em primeiro lugar, a partir de nós mesmos, educadores que somos e, portanto, protagonistas do processo educativo. Nesse sentido, alguns autores como Fontes (2009), Junqueira (2009a) e Junqueira (2009b) têm defendido que, para promover a desestabilização do papel da educação como espaço “disciplinador, normalizador e reproduzidor” das lógicas e dos compromissos tradicionais, há a necessidade de problematizar e pensar em ações e medidas legislativas, administrativas, diretrizes para o

sistema de ensino, reformas curriculares, formação dos professores, materiais didáticos adequados, fomento à pesquisa e divulgação científica, dentre outros.

De acordo com Fontes (2009), os profissionais da educação não têm onde se ancorar para fazer valer a capacitação dos alunos preconizada pelos PCN, conforme abordada na introdução desta tese, já que nos materiais didáticos aprovados pelos programas públicos de distribuição de livros didáticos o que predomina sobre o tema da diversidade sexual é o silêncio. Para esse autor, a escola, sendo uma das instituições mais poderosas na formação de valores e práticas de igualdade, silencia, evidenciando a omissão e a negligência. O silêncio, segundo o autor, é uma estratégia poderosa, pois, sendo invisível, sustenta-se em sutilezas e implicitudes. Entende-se que o fato de silenciar, omitir e negligenciar sobre tal situação está relacionado a uma dimensão ideológica.

Louro (2001) revela que a forma como a instituição escolar encara as questões de gênero e homossexualidade evidencia um processo de ocultamento de determinados sujeitos pela via do silenciamento da escola em relação a eles com a clara intenção de “eliminá-los” ou evitar que os alunos “normais” os conheçam e passem a desejá-los. Para a autora “a negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da norma” (p. 89).

Britzman (1996) faz uma crítica à cultura escolar, mostrando que existe um mito de que a heterossexualidade é “normal” e “natural” e que falar de homossexualidade na escola poderia incentivar a sua prática e fazer com que os jovens se unam a comunidades gays e lésbicas e, ainda, faz parte desse imaginário que as pessoas que falam sobre o tema agem com o objetivo de “recrutar jovens inocentes”. Além disso, afirma a autora, também faz parte desse mito a ansiedade de que qualquer pessoa que apoie o movimento LGBT poderá ser acusada de ser gay ou de promover uma sexualidade marginal. Nos dois casos, segundo a autora, as pessoas são avaliadas como perigosas, predatórias e contagiosas.

Rios e Santos (2009), em suas análises a respeito do tema da diversidade sexual nos livros didáticos, argumentam que, nesses materiais, a heterossexualidade é apresentada como alternativa única e legítima no que se refere às interações e práticas sociais relativas ao exercício da sexualidade. Dessa forma, no plano simbólico, o que está subentendido é que fugir a essa regra significa um desvio de comportamento e, classificando esses indivíduos como anormais, colocam-nos à margem da sociedade. Segundo o coordenador do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, Pedro Chequer, em notícia publicada em março de 2013, o Brasil é campeão mundial de crimes homofóbicos e, para ele, os esforços feitos até então pelo Governo e segmentos da sociedade não têm sido suficientes para reverter essa realidade (Chequer, 2013).

Para Mercado e Neves (2012), um dos desafios da Política Nacional de Direitos Humanos é o de transformar a escola em um espaço de igualdade de oportunidades, respeito às diferenças, cooperação, solidariedade e forte disposição no enfrentamento a todo o tipo de violência, preconceito e discriminação.

Rios (2009) descreve o conceito de discriminação desenvolvido no direito internacional dos direitos humanos, cujos termos podem ser encontrados na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, como tratamento distinto que exclui, restringe ou dá preferência, que tenha o objetivo ou resulta em anulação ou prejuízo do reconhecimento ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais no âmbito econômico, social, cultural ou em qualquer espaço da vida pública.

O tratamento destinado aos indivíduos que não se encaixam no padrão heteronormativo é distinto do tratamento experimentado pelos heterossexuais, caracterizando um comportamento homofóbico que implica discriminação, já que envolve distinção,

exclusão ou restrição que prejudica o reconhecimento ao exercício igualitário de direitos humanos e liberdades fundamentais (Rios, 2009).

Diante do exposto até aqui, constatamos a necessidade de ações mais consistentes, principalmente no que se refere à educação, por ser uma via de se exercer e efetivar a prática dos direitos humanos. Na linha dos autores que defendem o papel da escola na formação para a diversidade, Furlani (2009) enfatiza que o papel da educação é, antes de tudo, desconstruir as “verdades únicas”, “os restritos modelos hegemônicos da sexualidade normal, mostrando o jogo de poder e interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção; e, depois, apresentar as várias possibilidades sexuais presentes no social, na cultura e na política da vida humana” (p. 68). Sendo assim, evidencia-se cada vez mais a necessidade de políticas que incluam a diversidade sexual como tema a ser discutido em todos os âmbitos da vida social.

1.3. Diversidade sexual e políticas de direitos humanos

Para dar início a uma política de combate à homofobia, no período de 2004 a 2007, no Brasil, foi definida pelo Plano Plurianual (PPA), no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. A Secretaria Especial de Direitos Humanos, com a finalidade de promover ações que garantam a Cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais, lançou o Programa Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Discriminação e Violência contra LGBT (Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004).

Ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa Brasil sem Homofobia, o Governo Federal reconhece o percurso de milhares de brasileiros que vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais. A implementação de novos parâmetros com vistas à definição de políticas públicas contou com uma integração interministerial em

parceria com o movimento homossexual para elaborar o Programa de Ações que destacamos a seguir (Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004):

I - Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais

II – Legislação e Justiça

III – Cooperação Internacional

IV – Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade

V- Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual

VI – Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários

VII – Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual

VIII – Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana

IX – Política para a Juventude

X – Política para as Mulheres

XI - Política contra o Racismo e a Homofobia

Em decorrência de uma política de combate à homofobia estabelecida no âmbito do Governo Federal e do estabelecimento do Programa de Ações, o Programa Brasil sem Homofobia deu o início a uma série de discussões entre o governo federal e a sociedade civil, organizada com o intuito de promover a cidadania e os direitos humanos do grupo LGBT, buscando a equiparação de direitos e o combate à violência e à discriminação homofóbicas. Sendo assim, algumas atividades foram iniciadas no sentido de:

1. apoiar projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT e/ou no combate à homofobia;

2. capacitar profissionais e representantes do movimento LGBT que atuam na defesa de direitos humanos;
3. disseminar informações sobre direitos, de promoção da autoestima LGBT; incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos da população LGBT;
4. capacitar e disseminar informação a gestores das diversas esferas governamentais na temática de direitos humanos da população LGBT;
5. atuar na troca de experiências de sucesso em matéria de políticas públicas em vários países do mundo, com foco nas relações do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (Henriques et al., 2007).

Essas ações do Programa Brasil sem Homofobia buscaram contribuir para a construção de uma “cultura da paz”, estimulando o respeito às diferenças, além do reconhecimento e a reparação da cidadania da população LGBT, sem dúvida uma parcela relevante da sociedade brasileira, que sofre com o preconceito e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (Henriques et al., 2007).

Esses parâmetros foram significativos para se pensar na elaboração de uma proposta de combate das diversas formas de homofobia no contexto da escola, já que o compromisso político que ela assume, de acordo com Lionço e Diniz (2009), fundamenta a educação como um bem público, significando que a igualdade é um valor fundamental ao ensino.

Muitos pesquisadores refletiram sobre a possibilidade de utilizar a educação como uma “ferramenta política emancipatória que deve superar processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela afirmação da ética democrática” (Lionço & Diniz, 2009, p.9).

O MEC, através da SECAD, entende que as questões relacionadas às identidades de gênero não podem ficar de fora nos debates da educação. Nesse sentido, a compreensão, por

parte de educadores, estudantes e pais, do reconhecimento da diversidade de gênero pode estabelecer dimensões fundamentais do processo educativo.

A SECAD, órgão responsável, no âmbito do MEC, pelo material intitulado “Educação para todos”, discute, também, questões como: desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável; gênero; identidade de gênero e orientação sexual; escola e proteção a crianças e adolescentes; saúde e prevenção; diversidade étnico-racial; políticas afirmativas para afrodescendentes e populações indígenas; educação para as populações do campo; qualificação profissional e mundo do trabalho; democracia, direitos humanos; justiça; tolerância e paz mundial. Esses temas devem estar, de acordo com a Secretaria do MEC, na pauta das políticas, como forma de garantir o enfrentamento e o combate da exclusão através da formação continuada de todos os envolvidos com a educação.

As ações de combate à discriminação no Brasil repercutem em toda a América do Sul, de modo que, na Ata da V Reunião de Altas Autoridades Competentes em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados [RAADDHH], ocorrida nos dias 29 e 30 de agosto de 2006, com a presença das Delegações de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela como Estados Partes e das Delegações de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru como Estados Associados, um dos assuntos tratados foi a discriminação por orientação sexual. A delegação do Brasil apresentou um relatório sobre o combate à discriminação por orientação sexual, considerando que é tema importante dentre aqueles relacionados aos direitos humanos. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil fez um convite aos Estados-membros e associados no sentido de adotar ações para proteger pessoas e grupos vulneráveis que podem sofrer discriminação em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. Foram propostos os seguintes temas de discussão para a elaboração de agenda comum aos países do MERCOSUL: realização de seminários com o objetivo de debater o tema de orientação

sexual e identidade de gênero; realização de reunião com participação dos governos dos Estados-membros e associados com o objetivo de trocar experiências no combate à discriminação contra homossexuais; diálogo com entidades da sociedade civil no âmbito do MERCOSUL para estudo de melhores práticas no combate à discriminação por orientação sexual.

Foi com o objetivo de contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia que o MEC/SECAD lançou o projeto Escola sem Homofobia. Dessa forma, algumas ações foram encaminhadas com a finalidade de sensibilizar a comunidade escolar para que se entenda que o respeito às orientações sexuais e identidade de gênero propicia ambientes mais favoráveis à garantia dos direitos humanos.

Inicialmente, para colocar em prática o projeto Escola sem Homofobia, diversas ações foram programadas pela SECAD, dentre elas a realização de seminários em todas as regiões do país com a participação de profissionais da educação, gestores e representantes da sociedade civil, para obter um perfil da situação da homofobia na escola a partir da realidade cotidiana dos envolvidos. Foi realizada, também, uma pesquisa qualitativa sobre homofobia na comunidade escolar em 11 capitais brasileiras, o que permitiu a incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar a homossexualidade de forma mais consistente e justa em contextos educativos e que repercuta nos valores culturais atuais. Por último, como estratégia pedagógica, foi elaborado um *kit* de material educativo, composto de vídeos, boletins e cartilhas com abordagem do universo de adolescentes homossexuais abordando aspectos da homo-lesbo-transfobia no espaço escolar, direcionado para gestores, educadores e estudantes. Além disso, seria feita uma capacitação de técnicos da educação e de representantes do movimento LGBT de todos os estados do país para a utilização apropriada do *kit* junto à comunidade escolar.

Esse material, chamado pela mídia de *kit anti-homofobia* ou *kit gay*, suscitou polêmicas de ordem social, religiosa e política bastante complexas e de repercussão nacional, gerando reações no país inteiro. O confronto se estabeleceu de forma acirrada nos meios de comunicação: de um lado, religiosos, políticos e cidadãos brasileiros que apoiam a ideologia homofóbica, pois, segundo Borillo (2010, p. 64), “está contida no conjunto das ideias que se articulam em uma unidade relativamente sistemática (doutrina) e com finalidade normativa (promover o ideal heterossexual)” e do outro, o Ministro da Educação e uma parte da sociedade que acompanham as transformações e reivindicações dos direitos das minorias como um exercício democrático e cidadão. Nessa queda de braço, por forte pressão da bancada religiosa, que é formada por parlamentares de diferentes denominações religiosas no congresso, o projeto estacionou com o veto da Presidente Dilma, que cedeu às pressões, concordando que o material não estava adequado, sendo a sua distribuição suspensa no primeiro semestre do ano de 2011.

Com isso, o grupo LGBT teceu várias críticas ao governo acusando a Presidente Dilma de ceder à chantagem da Frente Parlamentar Evangélica. Nas palavras do militante do grupo LGBT All Moon, essa atitude “soou como uma lastimável manifestação de covardia diante de uma asquerosa atitude de chantagem política, algo impensável diante do brilhante passado de luta pela democracia da presidente que ajudamos a eleger” (Moon, 2012).

Além das políticas de governo, no âmbito do legislativo também foi elaborado um projeto de lei que objetiva criminalizar a discriminação motivada por orientação sexual ou identidade de gênero. O PLC n.º 122/06 propõe alterar a Lei de racismo para incluir a discriminação motivada por orientação sexual no conceito legal de racismo – que abrange, atualmente, a discriminação por cor de pele, etnia, origem nacional ou religião (PLC n.º 122/06).

Do mesmo modo que o Projeto Escola sem Homofobia, esse projeto de lei enfrenta forte resistência por parte dos religiosos. O PLC nº 122/06 gerou calorosos debates no Congresso Nacional e na sociedade civil. O confronto expôs uma contenda entre a bancada religiosa cristã e o Movimento LGBT e ativistas de Direitos Humanos, que parece estar longe de chegar a um acordo. Os religiosos acreditam que essa lei, se aprovada, vai impedi-los de condenar a prática homossexual e isso esbarraria no direito à liberdade de expressão no que se refere ao credo religioso.

Também, no âmbito dos Estados da Federação, houve iniciativas de aprovar uma lei que criminaliza a homofobia. No Rio de Janeiro, em 2011, a ALERJ tentou aprovar a PEC nº 23/07, que tinha o objetivo de acrescentar a orientação sexual no rol das vedações à discriminação da Constituição do Estado, porém os discursos de cunho ideológico dos políticos contrários à política de direitos humanos falaram mais alto e a PEC foi rejeitada com 38 votos a favor e 39 contra, mesmo assim, precisaria de 42 votos a favor para ter quórum e ser aprovada (“PEC 23/2007,” 2011).

Foram os acontecimentos mencionados acima que deram origem aos discursos dos políticos e religiosos contrários às políticas de direitos humanos, voltadas ao grupo LGBT. Essas políticas confrontam costumes, tradições e princípios morais pregados por instituições religiosas gerando uma forte tensão. Para Furtado e Caldeira (2010), o cristianismo e a diversidade sexual têm uma história de conflitos secular e a Bíblia, afirmam as autoras, vem sendo utilizada como um meio para promover a exclusão e gerar violência, pois os argumentos religiosos têm nela sua sustentação, sendo utilizada como uma ferramenta de ataque aos homossexuais. Para as autoras, embora essa mesma Bíblia traga mensagens de amor, ela também é usada por alguns grupos religiosos para atacar como se fossem balas de canhão direcionadas ao coração dos homossexuais, pois algumas passagens contêm palavras

duras como “abominável” e “sodomia” que, além de ferir o coração, penetram no fundo da alma daqueles que são perseguidos.

Furtado e Caldeira (2010) afirmam, também, que, pelo fato de a Bíblia possuir uma linguagem metafórica que mescla relatos míticos e realidade, sua interpretação pode ser conduzida por diversos caminhos e, nessa complexidade, há mensagens de amor ao próximo, salvação e inclusão, no entanto ela pode, também, motivar ódio e preconceito, resultando em ações discriminatórias para aqueles que fazem uma leitura literal e fundamentalista do texto. Por tudo isso, as políticas de inclusão desse grupo, historicamente discriminado, têm encontrado barreiras no seu desenvolvimento.

Mello et al. (2010), em uma pesquisa intitulada Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil, fazem um mapeamento crítico preliminar, afirmando que só no ano de 2004, com a publicação do Programa Brasil sem Homofobia, foi estabelecida uma política pública, no âmbito do governo federal, para a população LGBT. Até então, as propostas de educação sexual se restringiam ao combate à epidemia de HIV-AIDS. Essa pesquisa revelou que, por deficiências estruturais, as ações e programas elaborados pelos governos federal, estaduais e municipais são institucionalmente frágeis. Para esses autores, a falta de uma estrutura, como: a inexistência de quadro de servidores públicos especializados; um modelo de gestão para viabilizar ação conjunta, transversal e intersetorial dos governos federal, estaduais e municipais; a previsão orçamentária específica materializada no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e apoio jurídico que assegure sua permanência para os próximos governos, estabelecendo-os como políticas de Estado, essas ações e programas não avançam.

Em recente pesquisa sobre o tema “Diversidade sexual e combate à homofobia no cenário das políticas públicas para a educação”, Rocha (2011) concluiu que, no contexto escolar, o debate sobre as questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual ocorre

excepcionalmente e de forma fragmentada, o que demonstra que as políticas públicas voltadas ao reconhecimento da diversidade sexual no contexto educacional esbarram na conjuntura político-social, já que a nossa sociedade “é regida pela heteronormatividade, pelo machismo e pela naturalização das práticas e identidades tidas como hegemônicas” (p. 4845).

Por outro lado, a ideia de inclusão está estampada no discurso pedagógico. É comum ouvir os termos “inclusão”, “escola inclusiva”, “inclusão escolar”, “avaliação inclusiva”, “dinâmicas de inclusão”, “pedagogia inclusiva”. Slogans do tipo “escola para todos” ou “educação para todos” fazem parte de documentos oficiais e demonstram que o tema ganhou a simpatia de todos e se tornou uma política prioritária no sistema educacional (Selfner, 2009). O ingresso dos tradicionalmente excluídos na escola é um fato bastante positivo. No entanto, o autor revela que há uma contradição no que se refere a quem deve e quem não deve ser incluído. Quando se trata de garantir a inclusão do grupo LGBT, a discussão muda de direção, pois alguns professores entendem que os alunos homossexuais não devem ser incluídos. A aluna lésbica é classificada por elas como uma “sem-vergonha” e o aluno gay é considerado um “abusador” em potencial. Para esses professores, eles só devem ser incluídos se mudarem o comportamento. De acordo com Selfner (2009), esse pensamento revela que há uma articulação entre um código de valores que determina quem merece e quem não merece ser incluído, o que resulta em uma exclusão na inclusão. O autor vai mais longe ao afirmar que “a escola pública brasileira foi, e ainda é largamente utilizada como instrumento de exclusão da cidadania” (Selfner, 2009. p. 128).

Nesse contexto de exclusão, Dinis (2008) enfatiza que é preciso discutir novas políticas de inclusão e aponta estratégias de resistências no enfrentamento da homofobia. Para ele, a linguagem atua como fator de exclusão com suas tradicionais regras que privilegiam sempre a forma masculina ao se referir a homens e mulheres, mesmo que o grupo feminino seja superior ao masculino em ambiente escolar. As estratégias de resistência

apontadas por ele vão desde uma experimentação por parte dos professores de novas formas de linguagem que produzam resistências a padrões sexistas ou homofóbicos a inclusão dos estudos sobre gênero nos cursos de formação docente, divulgação das produções bibliográficas sobre o assunto, incentivo a novas pesquisas, exigência de critérios mais rigorosos na publicação de textos didáticos e científicos. Com esses procedimentos macropolíticos, o autor acredita que uma nova mudança curricular seria envolvida.

Considerando que o objeto de análise escolhido são os discursos homofóbicos produzidos pelos líderes políticos e religiosos frente às políticas públicas de direitos humanos para a inclusão do grupo LGBT, tem-se, como proposta, problematizar a construção dessa discursividade, considerando que o trabalho arqueológico foucaultiano vai focalizar na elaboração de um arquivo dos acontecimentos discursivos, na descrição das coisas ditas, precisamente porque foram ditas, entendendo que a pesquisa implica na determinação dos princípios que dão conta da aparição de certos enunciados e não de outros.

No capítulo seguinte serão apresentados os fundamentos teóricos foucaultianos que contribuem para esta empreitada.

CAPÍTULO II

Fundamentação teórica: O edifício da teoria

Os discursos sobre a homossexualidade nesta pesquisa são enfocados como uma construção cultural e histórica e se apoiam nos pressupostos teórico-metodológicos da arqueogenealogia formulados por Foucault (1969/2008, 1970/2008, 1976/2011, 1978/2008, 1979/1986, 1982/2010, 1984/2010) e Gregolin (2006, 2007), a qual toma as teorizações de Foucault para sistematizar o método de análise. Na perspectiva foucaultiana, a sexualidade é uma construção discursiva engendrada pelo mecanismo de saber/poder que produz a heterossexualidade e a homossexualidade, sendo que esta última se constitui como um lugar arriscado ou perigoso. A partir das categorias teóricas: discurso, poder/saber/verdade, sexualidade/homossexualidade e normatização, o presente estudo tem a finalidade de analisar as práticas discursivas sobre a sexualidade/homossexualidade produzidas por parte de líderes políticos e religiosos em função das reivindicações do movimento LGBT e das políticas públicas de enfrentamento da violência homofóbica.

2.1. Discurso

No edifício teórico da análise do discurso, é ponto fundamental trazer os conceitos formulados por Michel Foucault (1970/2008) no plano discursivo, uma vez que o autor deixa claro que o discurso luta pelo poder na sociedade, além de traduzir as lutas ou os sistemas de dominação, e é também a luta pelo poder do qual se quer apoderar.

Nesse sentido, o que está na base desse conceito é a ideia de que em toda sociedade há um certo número de procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem simultaneamente a produção do discurso (Foucault, 1970/2008). A função desses procedimentos é a de “conjurar seus poderes e perigo, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 9). Em nossa sociedade existem procedimentos de exclusão, sendo que a interdição é apontada por Foucault (1970/2008)

como a mais conhecida. Esse autor explica que nem tudo pode ser dito em qualquer circunstância e não é qualquer um que pode falar de qualquer coisa. Sobre as interdições, o autor aponta três tipos: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito, sendo a sexualidade e a política o alvo dessas interdições. A palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade são os três sistemas de exclusão que afetam o discurso. Porém, para dar legitimidade a esses sistemas de exclusão, a vontade de verdade foi a mais enfatizada (Foucault, 1970/2008) e tanto ela quanto outros sistemas de exclusão têm como apoio as instituições, pois, através de um conjunto de práticas, dentre elas a pedagogia, os sistemas de livros, as bibliotecas, as sociedades antigas e os laboratórios de hoje os reforçam e os reconduzem simultaneamente. Além disso, segundo o autor, esse sistema é reconduzido, também, pela forma como o saber é administrado em uma sociedade, como é valorizado, dividido e de certa maneira distribuído.

Nessa perspectiva, para justificar certas práticas, circula um discurso e certos procedimentos que permitem controlar e impor certas regras de forma que estabelecem quem tem acesso a esses discursos (Foucault, 1970/2008). Nesse caso, há uma ordem do discurso e para entrar nela há certas exigências, dentre as quais quatro regras são destacadas pelo autor: os rituais da palavra, as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais, pois existe um ritual que determina propriedades singulares e papéis preestabelecidos para os sujeitos que falam. De acordo com esse autor, os vários tipos de discursos, como os religiosos, judiciários, terapêuticos e, de certa forma, também o discurso político, exigem ritual específico. Assim, para que o controle funcione, é preciso uma “Sociedade do Discurso” que carregue a função de produzir, conservar e distribuir os discursos de acordo com as regras estritas (Foucault, 1970/2008).

Em *Arqueologia do saber*, Foucault (1969/2008) propõe uma análise da história que, a partir da crítica dos grandes temas da história das ideias (unidade, descontinuidade, totalidade, origem) e, ao tratar os documentos como restos arqueológicos, evidencia a detecção de regras de formação dos discursos e suas descontinuidades, propiciando a descrição do espaço de dispersão dos saberes.

É por isso que Foucault (1969/2008) conceitua o discurso como um conjunto de enunciados que, embora pertençam a campos diferentes, obedecem a regras comuns de funcionamento, que não contemplam só os aspectos linguísticos e formais da língua, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas.

Na teoria do discurso, o conceito de enunciado exerce papel importante, pois se constitui como unidade básica do discurso. Foucault (1969/2008) explica que o enunciado não é uma estrutura entendida como um conjunto de relações entre elementos variáveis, que autoriza um número infinito de modelos concretos, mas é uma função de existência à qual os signos pertencem, exclusivamente, e, a partir dessa função, é que se decide “pela análise ou pela intuição, se eles fazem sentido ou não, segundo que regras se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação” (p. 98).

Dessa forma, Foucault (1969/2008) considera que o enunciado é uma função que cruza um domínio das estruturas e de unidades possíveis, ele não é em si mesmo uma unidade. Isso faz com que apareça no tempo e no espaço, com conteúdos concretos. Para Gregolin (2006), é a função enunciativa que torna um ato de fala, uma frase ou uma proposição em enunciado. O que define e possibilita que ele seja um enunciado é o fato de ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas.

Nessa perspectiva, a análise enunciativa é uma análise histórica e só pode se referir às coisas ditas, ao que foi pronunciado ou escrito, às performances verbais realizadas, pois a

análise é feita no nível de sua existência e só se pode descrever as coisas ditas porque foram ditas (Foucault 1969/2008).

Ainda sobre o enunciado, Foucault (1969/2008) esclarece que não é nem a utilização, por um sujeito falante de um certo número de elementos, nem a projeção direta sobre o plano da linguagem de uma determinada situação ou um conjunto de representações, mas ele se delinea desde sua raiz em um campo enunciativo onde tem lugar e status que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre para o futuro eventual. Além disso, segundo o autor, não há enunciado neutro, livre e independente, mas um enunciado sempre participando de uma série ou de um conjunto, no qual desempenha um papel no meio dos outros se apoiando neles e distinguindo-se deles. O enunciado possui uma materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa que o faz aparecer como objeto específico e paradoxal e, ainda, como um objeto que é produzido, manipulado, utilizado, transformado, permutado, combinado, decomposto e, eventualmente, destruído pelos homens. É na ordem das contestações e das lutas que o enunciado entra e passa a ser tema de apropriação ou de disputas (Foucault, 1969/2008).

Para Foucault a linguagem possui uma existência histórica, ou seja, é uma prática discursiva que entra em relação com outras práticas históricas. A linguagem mesmo é um acontecimento singular e esse acontecimento é sua unidade básica, o enunciado. Esse enunciado cumpre, dentro da linguagem, uma função enunciativa, ele é em si essa função, por isso mesmo não se pode pensá-lo como uma estrutura. Isso se deve a que ele se encontra no limite mesmo da linguagem, em sua plena existência.

A função enunciativa permite a existência dos conjuntos de signos, regras e formas que se articulam dentro de uma contingência discursiva para dar à linguagem a sua materialidade. Para entender a função enunciativa, segundo Foucault (1969/2008), é necessário determinar as suas dimensões. O autor define quatro características da função

enunciativa. Em primeiro lugar a função enunciativa permite ao enunciado mesmo relacionar-se com os objetos dentro da linguagem, trata-se da relação do significado com o significante, do nome com o que designa, da frase com o seu sentido ou a proposição com o seu referente. Esse significante que surge a partir dessa relação objetiva é independente do enunciado, ou seja, o enunciado, para existir, não tem necessariamente que cumprir uma função significativa. Ao ser enunciado, ele não passa necessariamente a ser parte da linguagem, mas pode-se dizer que é um fenômeno da linguagem que ocorre fora dela. O enunciado, graças à sua dimensão “objetiva”, relaciona-se a um referencial que não se encontra composto por coisas ou por fatos, realidades ou seres, mas é um referencial que consegue diferenciar os indivíduos ou os objetos das coisas que surgem das relações postas em jogo pela função enunciativa.

A segunda característica da função enunciativa relaciona o enunciado com os sujeitos, pois tem uma dimensão “subjetiva”. Foucault (1969/2008) destaca que o sujeito do enunciado não pode ser reduzido a um mero elemento gramatical, uma vez que é ele quem utiliza os enunciados e os administra, isto é, não é a subjetividade dita no enunciado, nem as subjetividades de quem utiliza o enunciado, mas na medida em que é uma função vazia que pode ser desempenhada por indivíduos, indiferentes, até certo ponto, quando vêm formular o enunciado, na medida em que um único indivíduo pode ocupar sucessivamente uma série de enunciados, diferentes posições e tomar o papel de diferentes sujeitos. Para Foucault (1969/2008) a descrição de uma formulação enquanto enunciado não se resume na análise das relações entre o que o autor disse ou quis dizer, mas “em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (p. 108).

A terceira característica da função enunciativa descrita por Foucault (1969/2008) tem uma dimensão “relacional”, isto é, relaciona o enunciado com outros diferentes. Para que essa dimensão seja possível, o autor afirma que é necessário que o enunciado esteja inscrito dentro de um campo referencial. Dessa forma, o enunciado consegue multiplicar-se dentro de um

espaço, ou seja, transforma-se em milhares de unidades significativas. Essa função enunciativa permite ao enunciado referir-se a outro enunciado. O enunciado, longe de ser princípio de individualização dos conjuntos de significantes, é o que situa essas unidades significativas em um espaço em que se multiplicam e se acumulam, isto é, a dimensão referencial permite ao enunciado, ao situá-lo dentro de um conjunto, formar parte de uma série, relacionar-se entre eles. “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha entorno de si, um campo de coexistências, efeitos de séries e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (Foucault, 1969/2008, p. 112)

Por último se encontra a dimensão “material”. Essa dimensão de materialidade se alcança depois de fixar todas as suas determinações, não é simplesmente um princípio de validação ou determinação de subconjuntos linguísticos. Só se pode falar em enunciado porque houve uma voz que o enunciasse, um registro dos signos, a apropriação de um corpo em um elemento sensível que deixou suas marcas em uma memória ou em um espaço. A dimensão material do enunciado é o que o constitui propriamente (Foucault, 1969/2008).

As reflexões de Foucault (1969/2008) em relação aos domínios em que se exerce a função enunciativa resultam em um certo número de proposições, dentre elas: a demarcação das formações discursivas revela o nível específico do enunciado; a formação discursiva é que define a regularidade dos enunciados, pois o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa e, ainda, a formação discursiva se caracteriza por uma dispersão de fato e não por princípios de construção, uma vez que ela é para os enunciados uma lei de coexistência e não uma condição de possibilidade. Sendo assim, sempre que se for possível definir em um determinado número de enunciados uma regularidade (uma ordem, posições, correlações, funcionamentos, transformações) entre os tipos de enunciação, os conceitos, os objetos, as escolhas temáticas e, se puder definir também um sistema de dispersão semelhante, haverá uma formação discursiva.

É conveniente lembrar que o conceito de formação discursiva é um elemento central para o desenvolvimento da AD. Foucault (1969/2008) a entende como uma série de enunciados que surgem de diferentes âmbitos que, longe de formar um sistema homogêneo, se articula na dispersão, isto é, na diferença e se configura nas práticas sociais como condições de possibilidade do conjunto de enunciados constitutivos dessa formação discursiva específica. Já o conceito de discurso pode ser fixado como um conjunto de enunciados que pertencem à mesma formação discursiva e está constituído por um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições para que possa existir.

O conceito de discurso carrega em seu bojo a ideia de práticas discursivas, pois é nelas que o discurso se materializa. Foucault chama de práticas discursivas um conjunto de regras anônimas, históricas e determinadas no tempo e no espaço, que definem, em uma época dada, as formas como se devem enunciar os discursos.

Segundo Gregolin (2007), as ações do sujeito na história são materializadas pelas práticas discursivas e analisar discursos significa tentar compreender de que forma se produzem e se enunciam as verdades. Nesse caso, a discursividade tem uma espessura histórica. A autora afirma que a proposta de Foucault é analisar as práticas discursivas, pois o que fabrica as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico é o dizer. Isto significa que, ao analisar essas práticas, é possível mostrar que a relação entre o dizer e a produção de uma “verdade” é um fato histórico.

Em relação às contradições, Foucault (1969/2008) afirma que, na análise arqueológica, elas não são aparências a transpor e nem princípios secretos que tenham necessidade de se destacar. Ou seja, longe de ser a aparência do discurso, a contradição é a própria lei da sua existência, pois é a partir dela que emerge o discurso e funciona como princípio de historicidade ao longo dele. Portanto, segundo o autor, analisar o discurso é fazer

desaparecer e reaparecer as contradições, mostrando que elas desempenham nele um jogo, é demonstrar como ele (discurso) pode revelá-las, dar-lhes corpo ou atribuir-lhes uma aparência fugidia.

Propor analisar discursos utilizando os conceitos de Foucault (1969/2008) implica em enfrentar o desafio de tentar flagrar os enunciados em sua trajetória, ou seja, demanda buscá-los em suas mais diversas movências.

É nessa perspectiva que pretendemos analisar a discursividade produzida por líderes políticos e religiosos, buscando as regularidades e as dispersões na construção de determinadas formas de olhar e de dizer sobre a homossexualidade, por entender que elas conformam códigos que possibilitam a compreensão daquele pensamento e das verdades e evidências construídas nele. Para tanto, é preciso estabelecer a relação entre verdade, poder e saber, uma vez que, na perspectiva foucaultiana, são as relações de poder que determinam o conhecimento e impõem as verdades.

2.2. Saber/poder e verdade

Em *A vontade de saber* (1976/2011), Foucault analisa o que ele denomina de *scientia sexualis*, ou uma ciência do sexo, uma ciência que pretendia esclarecer esse aspecto do ser humano, ou seja, produzir verdades sobre o sexo. Segundo o autor, na sociedade ocidental, a partir dos séculos XVI e XVII, em uma tentativa de entender a sexualidade humana, é produzida uma gama variada de discursos com o objetivo de produzir “verdades” sobre o sexo. Essa produção discursiva se acelerou a partir do século XVIII e resultou em discursos específicos, diferentes não só pela forma, mas também pelo objeto e não pararam de proliferar. A partir daí, a ideia não é mais de salvar a alma, mas salvar o corpo, objeto de expiação.

Em pleno século XIX, momento em que a ciência se calca no paradigma cientificista do positivismo, o que se cria são “verdades” sobre o sexo. Essas verdades estão associadas a

uma moral da assepsia e da conexão entre a doença e o pecado. Desse modo, associada à biologia da reprodução, a medicina do sexo imprime maior legitimidade a esses discursos (Foucault, 1976/2011). Instaura-se, então, um jogo de poder que determina o que pode e o que não pode ser dito. De acordo com o autor, a norma heterossexista silencia uma realidade e a isola ao âmbito privado. Trata-se de uma política de enunciação que determina quem e em que circunstâncias tem autorização para tomar a palavra, não se refere somente à voz, mas também à visibilidade.

Foucault (1976/2011) explica que foi da tradição ascética e monástica que veio a inspiração da “colocação do sexo em discurso”. A confissão era o mecanismo ideal para fazer falar não só os atos contrários à lei, mas fazer um discurso de todo o desejo, nada deve escapar a tal formulação. Tudo o que se relacionava ao sexo, a pastoral cristã instituiu como dever fundamental a tarefa de passar pelo crivo da palavra. Sobre o ato de confessar, Foucault (1976/2011) aponta que, no mundo ocidental, tornou-se uma das técnicas mais substanciais para produzir verdades e seus efeitos foram difundidos nas mais diversas esferas como da medicina, da pedagogia, das relações de família, amorosas, ou seja, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes a confissão era imposta e muitas vezes arrancada. Tudo isso fez com que o homem se tornasse animal confidente.

A proposta do autor é que se proceda a uma análise do poder que tem como base a definição do domínio específico delimitado do poder e a especificação dos meios para analisá-lo. Para que essa análise possa ser realizada, é preciso livrar-se da representação jurídico-discursiva do poder, ou seja, uma concepção alternativa àquela do poder como lei ou como direito originário que se cede para constituir uma soberania. Para o autor, é essa representação que sustenta a hipótese repressiva do poder. Os traços principais da representação jurídico-discursiva do poder apontados por Foucault (1976/2011) são: 1. Estabelece uma relação negativa, no que se refere ao sexo, de rejeição, exclusão, ocultação e

masclamento entre o poder e seu objeto; 2. Dita a lei a respeito do sexo e o reduz ao que é permitido e ao que é proibido e, por meio do discurso, um estado de direito; 3. A interdição: “não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças; em última instância não existirás a não ser na sombra e no segredo. Sobre o sexo o poder só faria funcionar uma lei de proibição” (p.94). 4. A censura funciona a partir de uma lógica em cadeia, cuja característica estabelece a relação entre o inexistente, o ilícito e o informúlável de forma que um anula o outro até que seja banido do real como o interdito por excelência.

Uma definição objetiva sobre as relações entre verdade e poder pode ser encontrada em Foucault (1979/1986) na afirmação de que toda sociedade tem seu regime de verdade e sua política geral de verdade, ou seja, o tipo de discurso que ela admite e constitui como verdadeiro, os meios e as instâncias que separam os enunciados verdadeiros dos falsos; a forma como legaliza uns e outros; as técnicas e os métodos que são valorizados para se obter a verdade; e o regimento daqueles que têm a função de determinar o que funciona como verdadeiro.

Convém explicitar que a noção de poder em Foucault não se trata de um elemento que se adquire, o poder se exerce em relações não igualitárias. Está presente em todos os âmbitos das sociedades, não existem lugares onde não haja relações de poder. Nessa perspectiva, o autor sustenta que toda a sociedade é uma complexa rede de relações de poder. Não é uma instituição, nem uma estrutura ou uma certa potência com que alguns estariam dotados, mas está em todas as partes, vem de todas as partes. Em resumo, o poder é o nome que se presta a uma situação estratégica complexa em uma determinada sociedade. O poder também se exerce, se impõe, não tanto pelo exercício da força, mas pela produção do saber, que produz efeitos de verdade, pela organização dos discursos (Foucault, 1979/1986).

Para o autor, o poder é uma força que constitui o sujeito de maneira que seja eliminada dele a possibilidade de resistir ao poder. Em outras palavras, o poder é a

capacidade que tem um determinado sujeito de impor a sua verdade como verdade para o outro. O poder cria a verdade, o que existe é a verdade que o poder pode repetir até que um indivíduo acredite como sua verdade e tem o poder de impô-la e sufocar outras verdades possíveis. Utiliza o que possa encontrar para penetrar na consciência dos sujeitos e assujeitá-los. A análise de Foucault (1976/2011) possibilita encontrar uma explicação que possa esclarecer a existência de um tipo de conhecimento sobre o sexo que não é simplesmente uma análise da sexualidade, mas é também uma forma de controle e de produção da verdade de uma determinada maneira. De acordo com o autor, é esse o objetivo do poder: sujeitar a subjetividade do sujeito.

Foucault ressalta, ainda, a regra de prevalência tática dos discursos, pois poder e saber se articulam exatamente no discurso, entendendo o discurso como um conjunto de segmentos descontínuos sem uma divisão que coloca o discurso admitido e o discurso excluído ou o discurso dominante e o discurso dominado, mas admite uma pluralidade de elementos discursivos que podem entrar em diferentes estratégias. Além disso, por ser o discurso um jogo complexo e instável, ao mesmo tempo é instrumento e efeito de poder. O autor chama a atenção para o fato de que a discricção com que a sodomia foi tratada permitiu que funcionasse, de um lado, uma severidade extrema com condenações à fogueira no século XVIII e, por outro lado, uma ampla tolerância, deduzida a partir das escassas condenações da justiça e que se pôde perceber por meio de testemunhos sobre as sociedades masculinas que existiam nos exércitos e nas cortes. Já no século XIX, o autor explica que o fato de ter surgido uma sequência de discursos, na psiquiatria, na jurisprudência e na literatura, que trata das espécies e subespécies de homossexualidade, permitiu-se um avanço significativo dos controles sociais no âmbito da homossexualidade e também proporcionou a construção de um “discurso de reação e a homossexualidade começou a falar de si mesma, a reivindicar sua

legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico” (Foucault, 1976/2011, p. 112).

Foucault postula que a vontade de saber faz surgir uma proliferação de discursos sobre o sexo, uma exortação para fazer falar e ouvir sobre ele. Sendo assim, há uma oposição à hipótese repressiva que supõe que a sexualidade foi reprimida pela classe burguesa na modernidade. Nessa perspectiva, o sexo não é só assunto do prazer, mas deve-se extrair dele um “saber” e uma “verdade”. O propósito de Foucault (1976/2011) é demonstrar que a liberdade sexual é aparentemente alcançada por meio de um dispositivo “falso” que pretende desviar a atenção daquilo que verdadeiramente deve ser objeto de luta em nossa sociedade: o controle de nossos próprios corpos e nossos próprios desejos. Esse controle sobre nossos próprios corpos opera estrategicamente através da produção de uma espécie de discurso sobre o que é a sexualidade. Segundo Foucault (1976/2011) a sexualidade não é dada naturalmente, mas discursivizada, ou seja, o sexo foi colocado em discurso para produzir “verdades” que, de acordo com o autor:

O fato de o ponto importante não ser determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo, ou ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a “vontade de saber” que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento (Foucault, 1976/2011, p.18).

Para Foucault não existe verdade fora do poder e há um “mito da verdade verdadeira”, da “verdade das verdades”. Segundo esse autor, a verdade pertence a este mundo, sendo produzida nele graças a uma multiplicidade de coerções e nele os efeitos regulamentados de poder são produzidos. Sendo assim, a questão que buscamos compreender é a de que as verdades sobre a sexualidade/homossexualidade seriam o produto das relações de poder.

2.3. Sexualidade/homossexualidade

Dos procedimentos para produzir a verdade sobre o sexo, de acordo com Foucault (1976/2011), a China, o Japão, a Índia, Roma e as nações árabes-mulçumanas eram dotadas de uma *ars* erótica (arte erótica), ou seja, a verdade é extraída do prazer mesmo, prazer que surge da prática. Para conhecer a verdade sobre o sexo, há que experimentá-lo, vivê-lo. Já a *scientia sexualis* (ciência sexual) é utilizada pela sociedade ocidental e através dela o sexo deixou de ser considerado somente assunto de prazer para inscrever-se no regime do saber. Foi desenvolvido um procedimento para saber sobre essa sexualidade: a confissão, pois esta se ajusta ao discurso científico. Conseguiu-se, dessa forma, integrar a técnica da confissão à ciência decifrando o que foi confessado em termos de síndromes e sintomas, imprimindo ao sexo a capacidade de cura e de doença. Com as ciências médicas, o sexo se tornou objeto científico e a produção da verdade deslocou-se a um poder/saber científico chamado de sexualidade. O autor descreve quatro figuras que fazem parte da preocupação com o sexo dos quais se ocupou a *scientia sexualis* ao longo do século XIX: “a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso” (p. 116). A partir desse quadro, ele delineia as características do dispositivo da sexualidade em oposição ao dispositivo da aliança. Para Foucault (1976/2011), na sociedade contemporânea o dispositivo da sexualidade deve ser analisado a partir das técnicas de poder. Os três eixos que constituem a sexualidade nas sociedades modernas são: a formação dos saberes que se relacionam a ela; os sistemas de poder que regulam suas práticas; e as formas pelas quais os indivíduos se reconhecem como sujeitos dessa sexualidade.

Para empreender a análise do discurso, Foucault (1976/2011) introduz o conceito de dispositivo. Este pode ser entendido como um conjunto de elementos heterogêneos que compreende tanto elementos discursivos como não discursivos e, mais especificamente, o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Entretanto, o dispositivo

se localiza em uma posição estratégica dominante, uma vez que se constitui com a função de responder a uma urgência, de alcançar um objetivo estratégico e, assim, supõe sempre uma intervenção em relações de força e se inscreve em um jogo de poder que produz, entre outras coisas, saberes que constituem um suporte para o dispositivo e, ao mesmo tempo, são sustentados por ele. Trata-se das formas como o poder se materializa, ou seja, as estratégias e técnicas e as formas de assujeitamento que o poder utiliza. Na perspectiva foucaultiana, a questão do poder não está centrada no sistema jurídico, nem dos aparelhos do Estado, nem nas ideologias que o acompanham, mas sua natureza é heterogênea e refere-se aos discursos e também às práticas, às instituições e às táticas moventes. Foucault os denomina, conforme o caso, de: dispositivo de poder, dispositivo de saber, dispositivos disciplinares, dispositivos de sexualidade, etc. Essa definição nos permite compreender a sexualidade como um “dispositivo histórico”, o qual se apresenta como uma grande rede superficial em que, segundo Foucault (1976/2011), “a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e as resistências encadeiam-se, entrelaçam uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (pp. 116-117).

Ainda sobre o dispositivo, Foucault (1976/2011) explica que o “dispositivo da aliança” compreende o sistema de casamento, da fixação e do desenvolvimento do parentesco, de transmissão de nomes e bens. Enquanto o “dispositivo da aliança” constitui um sistema de regras que definem o permitido e o proibido, o “dispositivo da sexualidade” funciona de acordo com técnicas de poder com o objetivo de fazer proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar os corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de maneira cada vez mais global. Quando o dispositivo da aliança começou a perder importância, as sociedades inventaram o dispositivo da sexualidade e, a partir da penitência,

chegou-se a uma valorização do corpo como objeto do saber e como parte nas relações de poder.

Em *Uso dos prazeres* (Foucault, 1984/2010), a partir de uma leitura dos textos prescritivos, médicos e filósofos da Antiguidade, Foucault lança uma problematização que se reconhece, se estabelece e se valoriza em relação à sexualidade. O autor faz uma descrição mais individual, moral e prescritiva em relação à sexualidade e sua proposta é descobrir as articulações em torno do sexo estabelecendo uma comparação entre a moral no paganismo e a moral no cristianismo, seus pontos de confluência e suas formas de problematização que se opõem. A questão que Foucault lança é: quais as observações, inquietudes, temas e exigências são construídos nas ciências humanas para imprimir um significado à sexualidade? Foucault explica que sua intenção não é analisar os comportamentos, as ideias, as sociedades e suas “ideologias”, “mas as problematizações através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam” (Foucault, 1984/2010, pp. 18,19). Na Antiguidade clássica, segundo o autor, a problematização em relação à atividade e aos prazeres do sexo gira em torno das práticas de si em que o que está em jogo são os critérios de uma “estética da existência”. Já a moral cristã assinala um valor moral à sexualidade de forma pejorativa e a relaciona ao pecado, ao mal, à morte, como se fosse um estigma natural. Esse é um dos pontos de divergência entre as diversas formas de problematização, pois no paganismo a sexualidade tem significações positivas e inclui o prazer como algo associado ao sexo e o reconhece como necessário ao desenvolvimento de uma existência saudável.

No universo cristão, de acordo com Foucault (1984/2010), a prescrição e a norma em relação à atividade sexual são restritas ao casamento e com o único objetivo de procriar e reproduzir. Além disso, a moral cristã diviniza a abstinência, a castidade e a virgindade. Todas as relações fora do matrimônio são desqualificadas e a norma monogâmica é a única

forma de relacionamento aprovada e valorizada. Também a legitimidade das relações só é válida para a heterossexualidade, ao contrário do mundo greco-latino, onde as relações entre homens eram valorizadas, permitidas e reconhecidas, embora com certas regras.

Em relação aos discursos sobre a homossexualidade, que é o tema tratado nesta tese, Foucault (1976/2011) afirma que, nesse aparelho construído para produzir verdades sobre o sexo, multiplicaram-se as condenações a todas as formas de sexualidade que não tinham como finalidade a reprodução. A irregularidade sexual foi anexada à doença mental e uma norma de desenvolvimento sexual foi definida da infância até a velhice para caracterizar todas as classes de desvios. A interrogação de Foucault está centrada no significado do surgimento de todas essas sexualidades periféricas. Para ele há uma ambiguidade em termos de repressão:

Teremos indulgência, se pensarmos que a severidade dos códigos se atenuou consideravelmente, no século XIX, quanto aos delitos sexuais e que frequentemente a própria justiça cede em proveito da medicina; mas teremos um artil suplementar da severidade, se pensarmos em todas as instâncias de controle e em todos os mecanismos de vigilância instalados pela pedagogia ou pela terapêutica. (Foucault, 1976/2011, p. 48)

Para o autor, são duas táticas diferentes de poder, a aplicação da lei para punir, no primeiro caso, dá lugar agora ao adestramento. Essa busca pelas sexualidades periféricas promove uma mudança na especificação dos indivíduos. A sodomia se enquadrava como um ato interdito e o sodomita era um fora-da-lei que prestava contas à justiça, já o “homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa” (Foucault, 1976/2011, p. 50). Em seu corpo está a marca de tudo aquilo que ele é, todo o seu comportamento está envolto na sua sexualidade impressa na sua

singularidade. O autor ainda afirma que o aparecimento da homossexualidade se deu quando a prática da sodomia deu lugar a “uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (p. 51). O poder que se instala por conta da sexualidade, segundo Foucault (1976/2011), vai além das interdições. O exame, a observação, a descrição dos detalhes requerem intercâmbio de discursos por meio de perguntas que extraem confissões e confidências que ultrapassam a inquisição.

O propósito de Foucault não é comprovar que a hipótese que denuncia uma suposta repressão seja falsa, mas o objetivo é conseguir integrar os discursos que a sustentam em uma ampla estratégia de poder que adquire várias formas e não se esgota nos mecanismos negativos da proibição, repressão e limitação como conceberia a história tradicional, mas opera de uma forma estratégica com mecanismos de controle e de normalização. Um poder produtivo que sustenta uma vontade de saber e cria técnicas, discursos, instituições e saberes.

Dessa forma, Foucault sugere que é preciso analisar um determinado tipo de saber sobre o sexo em termos de poder e não de repressão ou da lei entendendo que “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência a que alguns sejam dotados: é o nome dado a alguma situação estratégica, complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 1976/2011, p. 103). Esse autor analisa a sexualidade pela ótica das relações do poder considerando que o poder se exerce em uma espécie de rede, na qual os indivíduos assumem a posição, tanto de exercer o poder, como de submeter-se a ele, ou seja, há um movimento em que o poder não se detém nas mãos de ninguém, todos o detêm e exercem-no. Isso significa que o poder não é detido por uma classe, mas é concebido como um conjunto de manobras ou técnicas que compõem a sua estratégia e atravessam as instituições e os aparelhos estatais, mas sua multiplicidade não se esgota aí, uma vez que perpassa por todo o

corpo social. Foucault sugere um modelo relacional do poder, materializado em um campo de forças sem finalidade identificável.

De acordo com Foucault (1976/2011), em relação à sexualidade, nossa sociedade foi a mais inventiva no que se refere aos mecanismos de poder sutis e delicados que, de certa forma, o mascaram para fazer com que sejam tolerados. Os novos procedimentos de poder são heterogêneos e “funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos” (Foucault, 1976/2011, p.100). Nesse caso, Foucault mostra que a noção de poder como violência dá lugar a um espaço para a resistência. Ou seja, o discurso, que era antes um instrumento de poder, passa a ser também uma forma de resistência ao poder. Uma das consequências desse poder que tem o objetivo de promover a vida é a instauração da norma, ou seja, um poder cuja tarefa principal é a garantia da vida e terá sempre a necessidade de produzir mecanismos contínuos, reguladores e corretivos, ou seja, a norma.

2.4. A normatização

Diante da perspectiva sustentada pela “hipótese repressiva” que considera que o poder é um instrumento repressivo e sua função seria o de bloquear ou distorcer a verdade, Foucault (1976/2011) sugere uma proposta resolutiva entre poder, sexo e verdade e introduz o tema da biopolítica e do biopoder. Este último se constituiria como poder sobre a vida (políticas de sexualidade), mas também como poder sobre a morte (racismo moderno). Em última instância, trata-se da estatização da vida, considerada em termos biológicos. A “biopolítica” nomeia uma forma de poder que, no fim do século XVIII e no início do século XIX, se transforma com o objetivo de governar não só o indivíduo, mas o coletivo, a população, a sociedade. Controle que se daria através não apenas da disciplinarização dos corpos, mas das

mentes. Trata-se da biopolítica que visa à disciplinarização através da gestão da vida, dos hábitos, etc.

Segundo Foucault (1976/2011), o “direito de espada”, ou seja, o poder do soberano sobre a vida e a morte de seus súditos foi deslocado por um poder que se exerce positivamente sobre a vida, que procura administrá-la, mantê-la e multiplicá-la e implanta sobre ela controles e regulações. Dessa forma, o direito do soberano de fazer morrer ou deixar viver foi substituído por um poder de fazer viver ou deixar morrer. Ou seja, as disciplinas do corpo e a regulação das populações constituíram os dois grandes polos em torno dos quais o poder sobre a vida se organizou, dando início ao que Foucault (1976/2011) denomina a “era do biopoder” (p.152).

Esse poder sobre a vida, a partir do século XVII, foi garantido por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas anátomo-políticas do corpo humano e foi cimentado sobre duas tecnologias (biopolítica e biopoder) que estão interligadas e são polarizadas, sendo que um desses polos está centrado no corpo como máquina que se controla por meio do adestramento, ampliando os seus sistemas de controle, de suas aptidões, extorquindo suas forças através do aumento da sua utilidade e submissão, integrando-se em sistemas de controles eficazes e econômicos. Trata-se, neste caso, de uma biopolítica da população, assegurada por um conjunto de intervenções e controles reguladores. Essa tecnologia centrou-se no corpo como sustento dos processos biológicos, ou seja, o corpo-espécie: “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, duração da vida, longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar” (Foucault, 1976/2011, p. 152).

Esse autor aponta que o biopoder foi um elemento vital para o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que ele mesmo exigia a inserção de corpos dóceis e úteis no mecanismo produtivo e o aumento das “forças, as aptidões e a vida em geral” (Foucault, 1976/2011, p. 153). Enquanto os aparelhos do Estado se encarregaram da manutenção das

relações de produção, a anátomo e a biopolítica estavam presentes em todos os níveis do corpo social (a família, o exército, a polícia, a escola, a medicina, etc.). Operaram no nível dos processos econômicos, do seu desenvolvimento, das forças que agem e sustentam tais processos, agiram também de forma segregacionista e hierarquizada socialmente. Além disso, agiram:

sobre as forças respectivas tantos de uns como de outros garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possível pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. (Foucault, 1976/2001, p. 154)

Essa tecnologia sobre a qual se desenvolveu o poder sobre a vida (biopoder) fez sua aparição em meados do século XVIII. Esse século faz surgir os fenômenos da vida da espécie humana na ordem do saber e do poder, ou seja, no âmbito das técnicas políticas que empreendem a tarefa de controlar e modificar os processos vitais (condições de existência, probabilidades de vida, saúde individual e coletiva, etc.).

Uma das principais consequências do desenvolvimento do biopoder, segundo Foucault (1976/2011), foi a importância que a norma adquiriu diante do sistema jurídico da lei. O biopoder tem como objeto o cuidado e a administração da vida e requer mecanismos contínuos e reguladores. Deve classificar, medir, hierarquizar, de forma que realiza distribuições em torno de uma norma e o efeito histórico do desenvolvimento dessa tecnologia de poder está centrado na vida e no estabelecimento de uma sociedade normalizadora.

Em *O nascimento da biopolítica* (1978/2008), ao tratar da sexualidade, Foucault afirma que era preciso estudar a genealogia do objeto “sexualidade” como um conjunto de

práticas institucionais que definem o permitido e o proibido em relação ao sexo e à “veridicção do desejo, que é aquilo em que se manifesta atualmente a armadura fundamental do objeto sexualidade” (p.48).

A sexualidade representa o ponto em que se articulam a disciplina e a regularização do corpo e da população. Nesse contexto o sexo se tornou um espaço central para um poder organizado ao redor da administração da vida e não da ameaça de morte. Nas sociedades ocidentais modernas, continua Foucault, os mecanismos de poder se orientam ao corpo para fazer proliferar a vida.

Nesse contexto, é possível compreender a importância que a sexualidade chega a adquirir no jogo político. Matriz das disciplinas e jogo das regulações, a sexualidade se torna, no século XIX, um assunto de manobra política, de campanhas de moralização e de responsabilização. Ela é apresentada com o significado de força e vigor biológico de uma sociedade.

Segundo Foucault (1978/2008), há a necessidade regulatória e esta surge com o capitalismo, estando relacionada à necessidade de controlar a força de trabalho, que é uma potência do corpo, da vida mesmo do trabalhador, inexistente fora dele. Para regularizar, é preciso normalizar. É a norma que vai permitir regularizar porque se aplica tanto a um corpo que se quer disciplinar como a uma população que se quer regularizar. Trata-se de uma “sociedade de normalização”, onde se cruza a norma da disciplina e a norma da regularização.

Nessa ótica, a análise das práticas discursivas será realizada na perspectiva das teorizações foucaultianas, entendendo que um conceito, valores e verdades aparecem em um certo tempo e lugar a partir das relações sociais que produziram discursos enunciáveis e visíveis e são situadas em determinadas relações de poder. No capítulo seguinte será apresentado o método, o caminho percorrido, o *corpus* e os procedimentos.

CAPÍTULO III

Método: Trilhando o caminho

3.1. Delineamento do método

Nesta pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa, uma vez que, segundo Minayo (2010), essa abordagem “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (p. 57). De acordo com essa autora, o método qualitativo é o que se adapta às investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações, de discursos e de documentos. Sendo assim, esta pesquisa classifica-se como descritivo/interpretativa.

3.2. O corpus

Para este estudo, utilizou-se como corpus os vídeos do site youTube contendo: 1- pregação, sermão, debate ou preleção de líderes religiosos ocorridos em templos ou espaços públicos com maior destaque na mídia e veiculados na internet; 2- pronunciamento de líderes políticos contrários às políticas de combate à homofobia em exercício do mandato Legislativo, ou em busca de apoio para se elegerem em 2010 e 2012 na esfera estadual ou federal, realizado em instituições representativas e/ou legislativas: Congresso Nacional, Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Secretaria de Direitos Humanos e veiculados na internet.

3.3. Critérios para a escolha dos vídeos do youTube

Os diferentes suportes textuais a que se tem acesso atualmente são resultado das novas tecnologias que, conseqüentemente, reconfiguraram as formas e os espaços de interação revolucionando a comunicação, seja na escrita, na leitura, nas imagens, nos sons, etc. Nesse

contexto, a internet é a mais importante ferramenta nos meios de comunicação na propagação de informações, imagens, debates, fatos do cotidiano e, conseqüentemente, de uma diversidade de discursos. Atualmente, novos recursos comunicativos são incorporados à internet, o que permite acesso a ferramentas e acessórios (imagens, sons e outros serviços) que facilitam a interação no meio virtual possibilitando a circulação de fatos, notícias em uma velocidade jamais vista. Esse intercâmbio configura novos modos de interagir com o mundo diminuindo o tempo e ampliando fronteiras, além de possibilitar que as pessoas exponham suas ideias e opiniões atuando não mais como meros espectadores, mas influenciando nas decisões de cunho político, social e cultural. Um exemplo dessas novas formas de comunicação é o YouTube, um serviço online de vídeos que permite a seus usuários carregá-los, compartilhá-los, produzi-los e publicá-los em formato digital através de web sites, aparelhos móveis, blogs e e-mails (Pellegrini, Monção, Reis, & Oliveira, 2010).

No artigo intitulado “YouTube, uma nova fonte de discursos”, Pellegrini et al. (2010) mostram como o YouTube tem sido base para análise de discursos em formato audiovisual, uma vez que é de grande aceitação pelo público. O portal é um fenômeno de uso na internet e possibilita ao público tanto expor suas ideias e perfis, como também buscar informações pelo mundo afora.

Esse foi o principal motivo pelo qual o site www.youtube.com/videos foi escolhido para a coleta dos dados, pois, no momento em que o MEC preparava o material para o lançamento do projeto Escola sem Homofobia, o Congresso discutia a aprovação da PLC nº 122/06 e a ALERJ discutia a PEC nº 23/07, esse site foi usado como ferramenta para divulgação e mobilização. Os discursos ali produzidos dividiram opiniões a respeito do tema provocando uma grande efervescência na sociedade, servindo como uma ferramenta no período eleitoral entre 2010/2012.

O YouTube tornou-se tão popular que atualmente exibe cerca de 100 milhões de arquivos por dia. Também são postados em um dia, pelos internautas, cerca de 70 mil novos vídeos. Segundo a empresa Hitwise, que monitora o tráfego na internet, o YouTube tem 46% de participação de mercado dos vídeos on-line, contra 23% do MySpace e 10% do Google Vídeo (“Conheça a história”, 2006).

A história do site de vídeos YouTube teve início em uma garagem de San Francisco (Califórnia, EUA), em fevereiro de 2005. Lá, os funcionários de uma empresa de tecnologia, Chad Hurley e Steve Chen, hoje com 29 e 27 anos, respectivamente, iniciaram a criação de um programa de computador para dividir vídeos com os amigos. Cerca de 20 meses depois, a invenção foi comprada por US\$ 1,65 bilhão pelo Google, que também começou em uma garagem de San Francisco há oito anos (“Conheça a história”, 2006). Recorreu-se a esse site por ser um dos mais utilizados no mundo e por passar maior credibilidade e confiabilidade no âmbito do ciberespaço. Primeiramente se assistiu aos vídeos e em seguida eles foram transcritos para que se procedesse à análise dos discursos dos participantes.

3.4. Participantes

As falas selecionadas nesta pesquisa são de indivíduos que exercem o papel de liderança política e/ou religiosa. Conforme recomendação do parecer do Conselho de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), os participantes não devem ser identificados, portanto decidiu-se pela utilização de nomes fictícios. Os nomes escolhidos são uma junção de nomes de imperadores romanos, no caso dos homens, e o da mulher foi a junção dos nomes de duas mulheres que foram esposas de imperadores romanos. A inspiração surgiu pelo fato de que estamos tratando de pessoas que são representativas do poder, assim como os imperadores de Roma. São eles: Justiniano, com 23.291 acessos, pastor evangélico e Deputado Federal; Tito Flávio, com 31.997 acessos, Senador e também pastor evangélico; Livia Teodora, com 36.747 acessos, Deputada Estadual

e se identifica também como missionária católica; Julius César, com 62.560 acessos, Deputado Federal; Marcus Constantino, com 86.797 acessos, padre e Augustus Lívio, com 2.539 acessos, pastor evangélico.

Para definir o número de participantes, adotou-se o critério de saturação proposto por Minayo (2010), segundo a qual pode ser definido como a suspensão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição. No caso optamos por três participantes de cada segmento, completando um total de seis.

O pastor Augustus Lívio foi escolhido, embora tivesse um número menor de acessos, por ser um líder religioso que está sempre na mídia e por fazer uma campanha contra a aprovação do PLC nº 122/06.

3.5. Procedimentos

3.5.1. Procedimento ético.

A pesquisa foi desenvolvida após a aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley/UFPB, conforme o Parecer nº 230.574, de 19/03/2013, atendendo à Resolução nº 196/96 em relação à pesquisa com seres humanos. Com isso, serão resguardados todos os aspectos éticos que envolvem a participação dos atores sociais na análise dos dados.

3.5.2. Procedimentos de coleta dos dados.

Para este estudo, utilizamos os vídeos veiculados na internet nos anos 2010/2011/2012 contendo o pronunciamento dos líderes políticos e religiosos que se posicionaram contrários às políticas públicas de combate à homofobia. Os vídeos foram acessados em março de 2013, em seguida foram selecionados, baixados e arquivados para que fosse realizada a transcrição do material literalmente e sem recortes nas falas.

Os vídeos foram acessados no site YouTube a partir do buscador www.google.com.br, por meio de grupos de palavras-chave. A busca foi dividida em cinco grupos de palavras-chave relacionados com o objeto da tese, quais sejam:

Grupo 1. Homofobia pronunciamento kit gay vídeos YouTube

Grupo 2. PEC 23/07 discurso contra vídeos YouTube

Grupo 3. Homofobia preconceito discriminação pregação vídeos YouTube

Grupo 4. Homossexualismo e ideologia gay vídeos YouTube

Grupo 5. Senado PLC nº 122/06 vídeos YouTube

Especificamos a palavra vídeos, pois sem essa especificação, muitos links referentes ao tema do *kit gay* apareciam, porém não se tratavam de vídeos, mas de notícias sobre o fato. O interesse da pesquisadora, conforme especificamos acima, eram os vídeos contendo o pronunciamento ou sermão dos líderes políticos e religiosos contrários às políticas públicas de combate à homofobia, a PEC nº 23/07 e PLC do Senado nº 122/06.

3.5.2.1. Primeira parte da busca.

3.5.2.1.1. Etapa I.

Usou-se o site de buscas google porque ele proporciona resultados mais rápidos que qualquer outro buscador e por ser a ferramenta de busca mais usada no mundo todo. A partir do site de buscas www.google.com.br, foram colocadas as palavras-chave do grupo 1: Homofobia pronunciamento kit gay vídeos YouTube.

Na página que se abriu a partir do grupo 1, constavam dez vídeos relacionados ao *kit gay*. A partir dos títulos de cada um foi possível ver quais vídeos tinham como autor uma liderança política ou religiosa, conforme estabelecido nos critérios metodológicos. Na página acessada, foram encontrados três vídeos de autoria do Deputado Julius César, que discursava sobre o *kit gay*. Dos sete restantes, um deles tinha como título: *O mascarado polêmico*, cujo autor não se identificava. Os demais estavam relacionados ao material que compunha o *kit*

gay. Os vídeos foram acessados para que se pudesse proceder à seleção, conforme consta nos critérios. No caso de líder político, o critério estabelecido foi: pronunciamento de líderes políticos em exercício do mandato Legislativo, ou em busca de apoio para se elegerem na esfera estadual ou federal, realizado em instituições representativas e/ou legislativas: Congresso Nacional, Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Secretaria de Direitos Humanos e veiculados na internet. Sendo assim, o deputado Julius César preenchia esse requisito. A próxima etapa foi selecionar, dentre os três vídeos, qual deles tinha o maior número de acessos. Verificando esse número, foi constatado que o terceiro vídeo, com duração de 6.07 min, foi o mais acessado: 62.560 visualizações.

Seguiu-se a busca, ainda com as mesmas palavras-chave. Ao clicar no décimo e último vídeo da página para visualizar a apresentação, apareceram mais 20 vídeos, ao lado direito da página, alguns relacionados ao tema do *kit gay*, porém não se tratava de falas de líderes políticos ou religiosos, por isso foram descartados. Somente dois deles tinham como autoria o pronunciamento de políticos. Pertenciam a dois senadores que discursavam sobre o assunto: Senador Tito Flávio e outro senador, sendo que os dois preenchiam o critério estabelecido no método, ou seja, pronunciamento de líderes políticos em exercício do mandato Legislativo, ou em busca de apoio para se elegerem na esfera estadual ou federal, realizado em instituições representativas e/ou legislativas: Congresso Nacional, Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Secretaria de Direitos Humanos e veiculados na internet. Em seguida, abriu-se o link de cada um desses vídeos para verificar o número de acessos. Foi constatado que o que havia sido mais acessado era o vídeo do senador Tito Flávio: 31.997, com duração de 12:12 min.

Seguiu-se com as mesmas palavras-chave e constatou-se que essa busca já havia se esgotado e partiu-se para a etapa II.

3.5.2.1.2. Etapa II.

A partir do site de buscas www.google.com.br, foram colocadas as palavras-chave do grupo 2: PEC 23/07 discurso contra vídeos youTube.

Na página que se abriu a partir do link acima, constavam quatro vídeos relacionados à PEC Nº 23/07. A partir dos títulos de cada um, pôde-se ver que os quatro vídeos tinham como autor uma liderança política que discursava sobre a PEC Nº 23/07. Os vídeos foram acessados para que se pudesse proceder à seleção, conforme consta nos critérios. No caso de líder político, o critério estabelecido foi: pronunciamento de líderes políticos em exercício do mandato Legislativo, ou em busca de apoio para se elegerem na esfera estadual ou federal, realizado em instituições representativas e/ou legislativas: Congresso Nacional, Câmara Federal, Assembleia Legislativa e veiculados na internet. Verificamos que três deputados discursavam contra a PEC Nº 23/07, porém o vídeo com maior número de acessos foi o de autoria da Deputada Lívia Teodora: 36.747, com duração de 9:52 min.

Ao finalizar essa busca, seguiu-se para a etapa seguinte com o outro grupo de palavras-chave.

3.5.2.1.3. Etapa III.

A partir do site de buscas www.google.com.br, foram colocadas as palavras-chave do grupo 3: Homofobia preconceito discriminação pregação vídeos youTube.

Na página que se abriu a partir do link acima, encontrou-se apenas um vídeo relacionado diretamente ao tema, o primeiro da página. Tratava-se de um vídeo do pastor e Deputado Justiniano, cujo título se relacionava ao assunto que buscávamos. Após a visualização do material, constatamos que estava de acordo com os critérios, pois, além de pastor, o autor da pregação é Deputado Federal. Os demais vídeos que constavam na página não tinham relação com o tema e se tratavam de postagens de pessoas que não se enquadravam nos critérios estabelecidos no método. Conforme consta nos critérios, o pastor e Deputado Justiniano enquadrava-se, pois é um líder religioso e ultimamente tem tido

destaque nos meios de comunicação. No caso de líder religioso, o critério estabelecido foi: pregação, sermão ou preleção de líderes religiosos com maior visibilidade nos meios de comunicação e veiculados na internet. Verificamos o número de acessos e vimos que havia uma quantidade expressiva de visualizações: 23.291, com duração de 7:11 min.

Finalizou-se essa busca e partiu-se para a etapa seguinte com novo grupo de palavras-chave.

3.5.2.1.4. Etapa IV.

A partir do site de buscas www.google.com.br, foram colocadas as palavras-chave do grupo 4: homossexualismo e ideologia gay vídeos youTube.

Na página que se abriu a partir do link acima, constavam seis vídeos relacionados. Dos seis, quatro tinham como autor o padre Marcus Constantino. Dos quatro, apenas um tratava de outro assunto: a reforma do código penal. Os outros dois não se enquadravam nos critérios estabelecidos no método, pois não eram de líderes religiosos nem políticos, por isso foram descartados. Passamos a avaliar entre os outros três vídeos de autoria do padre Marcus Constantino para ver o número de acessos. Vimos que dois estavam repetidos, logo selecionamos o vídeo que tinha o maior número de acessos. Vale lembrar que o vídeo do padre Marcus Constantino foi selecionado porque, ao buscar o seu histórico como religioso, percebemos que ele se enquadrava nos critérios estabelecidos no método, ou seja, o vídeo deveria conter uma pregação, sermão, debate ou preleção de líderes religiosos em espaços públicos com maior visibilidade nos meios de comunicação e veiculados na internet. Verificamos o número de acessos e vimos um número expressivo de visualizações: 86. 797, com duração de 17:57 min.

Ao ouvir e transcrever as falas, foi identificada uma saturação que se dava pela repetição de algumas práticas discursivas, tais como a condenação prescrita na Bíblia aos homossexuais, a associação dos homossexuais à promiscuidade e à pedofilia, a exclusão do

grupo LGBT das políticas de direitos humanos, etc. Mas resolveu-se fazer mais uma busca e descobriu-se outro religioso. Achamos importante incluí-lo, pois pertence a uma das denominações evangélicas com maior número de fiéis.

3.5.2.1.5. *Etapa V.*

A partir do site de buscas www.google.com.br, foram colocadas as palavras-chave do grupo 5: Senado PLC 122/06 vídeos YouTube.

Na página que se abriu a partir do link acima, foram encontrados dois vídeos relacionados diretamente ao tema, o primeiro da página. Tratava-se de um vídeo do pastor Augustus Lívio em uma audiência pública no Senado para debater o PLC 122/06. O sexto vídeo tinha como autor outro senador que debatia sobre o PLC 122/06, porém esse político já havia sido selecionado em uma busca anterior e por isso foi descartado. Após a visualização do material, constatou-se que o primeiro vídeo da página, embora tivesse um número menor de acessos, estava de acordo com os critérios, pois o autor, é um líder religioso com bastante expressividade nos meios de comunicação. Os demais vídeos que constavam na página não tinham relação com o tema, pois tratavam de audiência pública relacionada a outros temas como: saúde do trabalhador, código florestal, pedofilia. Conforme consta nos critérios, o pastor Augustus Lívio enquadrava-se, pois é um líder religioso e ultimamente tem tido destaque nos meios de comunicação por combater o PLC 122/06. Número de acessos: 2.539, com duração de 15:32 min.

3.6. Análise de dados

O presente estudo tem como pressupostos teóricos e metodológicos a Análise do Discurso (AD). No livro *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault (1969/2008) concebe que é preciso acolher o discurso em sua dimensão de acontecimento, isto é, cada texto, cada palavra, por mais que se aproximem de outros, nunca são idênticos aos que os precedem.

Segundo Gregolin (2007), Michel Foucault delineia as questões no interior das quais uma teoria de análise do discurso é pensada e tem como pontos fundamentais os seguintes conceitos:

a) o discurso é uma prática que provém da formação dos saberes e que se articula com outras práticas não discursivas; b) os dizeres e fazeres se inserem em formações discursivas, cujos elementos são regidos por determinadas regras de formação; c) o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual constituem-se os saberes de um momento histórico; d) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente); e) a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam a determinar aquilo que pode ser dito em um certo momento histórico (pp. 14-15).

Essa perspectiva, conforme Gregolin (2007), tem como objetivo “analisar as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros” (p.15). Nesse sentido, para a análise do discurso nesta tese, toma-se Gregolin, que usa Foucault como a referência para proceder à análise dos dados, além do próprio Foucault, que, embora não proponha um método, tece em *Arqueologia do Saber* um percurso teórico e metodológico acerca do discurso.

A característica fundamental na AD, segundo Gregolin (2005), é a necessidade de priorizar a descrição das materialidades discursivas, tendo como pressuposto que sua propriedade fundamental é a linguagem, considerando que “ela é constitutivamente atravessada pelo equívoco, pela falha e, portanto, é preciso descrever o jogo de diferenças, as alterações, as contradições, a equivocidade, a heterogeneidade constitutiva” (p. 14).

Outro fato explicitado por Gregolin (2005) nas práticas de análise de discurso, é que:

Todo discurso é fundamentalmente heterogêneo e está exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um discurso-outro. A possibilidade de interpretar existe exatamente por causa dessa alteridade nas sociedades e na história, que possibilita a ligação, a identificação e a transferência. (p. 15)

Também é ponto fundamental na AD, de acordo com Gregolin (2005), a questão da interdiscursividade. Sendo a discursividade um acontecimento, é preciso levar em conta que o objeto da AD é a interdiscursividade, as redes de memória que produzem os sentidos em um momento histórico, pois o discurso sempre acontece no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças. Nesse caso, diante de um enunciado, compete ao analista a tarefa de investigar o discurso que emerge considerando a relação dialética entre sujeito/língua/história como um complexo jogo de significações e sentidos possíveis.

Nesse sentido, Foucault (1969/2008) propõe um trabalho de descrição sobre o arquivo entendido por ele não a massa de textos recuperados de uma época, mas o conjunto das regras que em um tempo e em um lugar definem sobre o que se pode falar, quais discursos circulam e quais se excluem, quais são válidos, quem os faz circular e através de que canais.

A análise arqueológica focaliza na dimensão de exterioridade dos discursos e busca suas condições de existência nas práticas discursivas, que são também práticas sociais. As práticas discursivas produzem saberes de diferentes tipos que as caracterizam e delimitam suas especificidades (Foucault, 1969/2008).

De acordo com esse autor, para compreender por que apareceram em certo tempo e lugar uma ciência, uma teoria, um conceito, valores, verdades, etc., é preciso atentar para as relações sociais que os tornaram discursos enunciáveis e visíveis, ou seja, situá-los em determinadas relações de poder. Nesse sentido, o saber se liga ao poder. Em síntese, analisar

discursos significa, de acordo com Gregolin (2007), “tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas” (p.15).

Para analisar o pronunciamento, pregação ou preleção dos líderes políticos e religiosos, utilizamos, neste trabalho, a AD (Gregolin, 2004), cuja proposta de análise tem como base as seguintes categorias: Quem fala? De onde fala? Que efeitos de sentido geram? Que discursos aparecem (enunciados, contradições, repetições, regularidades e dispersões)? A partir de que grande acontecimento os discursos emergem? Essas categorias serão discutidas a seguir.

De acordo com Gregolin (2006), o sujeito do enunciado, sendo historicamente determinado, não pode ser reduzido aos elementos gramaticais. Sendo assim, o sujeito não é o mesmo de um enunciado a outro e a função enunciativa pode ser desempenhada por diferentes sujeitos. Foucault (1969/2008) explica que

não é preciso na verdade, reduzir o sujeito do enunciado aos elementos gramaticais de primeira pessoa que estão presentes no interior da frase: inicialmente, porque o sujeito do enunciado não está dentro do sintagma linguístico; em seguida, porque um enunciado que não comporta a primeira pessoa tem, ainda assim, um sujeito; enfim e sobretudo, todos os enunciados que tem uma forma gramatical fixa (quer seja em primeira pessoa ou em segunda pessoa) não tem um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado. (p. 104)

Isso significa que o autor da formulação pode não ser o mesmo sujeito do enunciado, já que esse lugar é determinado e vazio, sendo assim, indivíduos diferentes podem ocupá-lo. Mas é também variável e pode continuar idêntico a si mesmo por meio de várias frases, assim como para se modificar cada uma (Foucault, 1969/2008).

Sendo assim, o sujeito é uma posição. O mesmo indivíduo pode assumir várias posições de sujeito em um conjunto de enunciados, ou seja, na categoria de análise **Quem fala?**, o sujeito pode não ser o mesmo autor da formulação.

Cabe destacar, também, o lugar social de onde o sujeito fala. É esse lugar que define o que pode e deve ser dito, pois é governado por regras anônimas. O sujeito é definido pelo lugar de onde ele fala. Foucault (1969/2008) explica que “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade” (p. 139). Sendo assim, também se analisa a categoria **De onde ele fala?**

Ainda que palavras e textos se aproximem de outros, eles não são idênticos aos que os precedem. O enunciado produz um efeito de sentido pela sua correlação com um conjunto de formulações que coexistem com ele em um espaço delimitado historicamente. Isso significa dizer que o efeito de sentido de um enunciado deve ser visto dentro de uma historicidade.

Outra categoria analítica que vamos abordar é: **A partir de que grande acontecimento se reconta a história?** Considera-se que o participante produz seus discursos a partir de um acontecimento, que é conceituado por Foucault (1969/2008) como a irrupção de uma nova regularidade discursiva, irrupção que coloca em jogo o acontecimento discursivo com o acontecimento não discursivo. Para que um discurso seja legítimo, autorizado institucionalmente para dizer a verdade, precisa seguir padrões estabelecidos. A análise do discurso como acontecimento não é referente às leis do pensamento, nem da ordem das coisas, mas do conjunto de regras que compõe a condição/acontecimento para que um discurso possa aparecer. Isso significa, segundo esse autor, que, quando alguém pronuncia algo em algum momento, é preciso entender quais as condições que permitiram relacionar o acontecimento enunciativo (discursivo) com acontecimentos que são de outra ordem, que pode ser técnica, econômica, social, política (não discursivo), ou seja, as condições não discursivas fazem parte das condições de emergência do próprio discurso.

Para dar conta desse formato de análise de AD, Gregolin faz uso das seguintes categorias foucaultianas: enunciado, formação discursiva, regularidades e dispersão. Essas categorias descritas no capítulo II, na fundamentação teórica, serão operacionalizadas compreendendo que analisar o discurso é perceber as relações históricas e as práticas concretas que estão presentes nos discursos. Nessa perspectiva, significa tentar fugir da simples interpretação daquilo que estaria “por trás” dos documentos, buscando explorar ao máximo os textos, considerando que eles são uma produção histórica, política e que as palavras são também construções ao levar em conta que a linguagem também é constitutiva de práticas.

Nesta tese, focalizam-se as práticas discursivas homofóbicas como um produto de linguagem e processo histórico-social. Procura-se apreender o seu funcionamento em um conjunto de enunciados, bem como as posições de sujeito e as materialidades que constituem os sentidos, tendo como ponto principal a arqueogenealogia de Michel Foucault, pois, conforme explica Gregolin (2007, p. 13), “o discurso é tomado como uma prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos”.

A análise foi feita tendo como aporte metodológico o modelo trabalhado por Gregolin (2005). De acordo com essa autora, nas práticas de análise do discurso, a descrição e a interpretação devem ser simultâneas, em uma espécie de batimento, pois, uma vez que os sentidos estão permanentemente inseridos em redes enunciativas, a descrição de um enunciado coloca automaticamente em jogo o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência, marcando-o na materialidade discursiva.

A referida análise partiu dos objetivos da pesquisa, tendo como base as categorias: Quem fala? De onde fala? Que efeito de sentido gera? Que discursos aparecem (enunciados, contradições, repetições, regularidades e dispersões)? A partir de que grande acontecimento os discursos emergem? No primeiro objetivo: Identificar, a partir das práticas discursivas, as

relações de poder que estão implicadas na produção de verdades sobre a homossexualidade, são estabelecidas as relações entre quem fala e de onde fala. Para tanto, foi feita uma contextualização da cada participante, bem como a identificação dos seus lugares discursivos e suas implicações no discurso homofóbico.

No segundo objetivo: Identificar os discursos contrários às políticas públicas de enfrentamento da homofobia, analisa-se o funcionamento do discurso em um conjunto de enunciados e as materialidades que constituem os sentidos.

No terceiro objetivo: Analisar as bases em que se fundamentam as práticas discursivas homofóbicas de líderes políticos e religiosos, a descrição da materialidade discursiva é realizada considerando que a interdiscursividade e as redes de memória produzem sentidos em um momento histórico, já que o discurso acontece no interior de outros discursos situando os campos de luta e de embates onde se dão as diferenças.

No quarto e último objetivo: Problematizar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos de líderes religiosos e políticos contrários às políticas públicas de combate à homofobia, considerando a relação dialética entre sujeito/língua/história, são apreendidos os sentidos e seus efeitos nas diversas cenas enunciativas, a partir das diferentes posições ocupadas pelo sujeito do enunciado.

No capítulo seguinte, será apresentada a descrição e interpretação dos dados.

CAPÍTULO IV

Descrição e análise dos dados: Discursos em cena

Neste capítulo, são apresentadas a descrição e análise a partir das práticas discursivas dos líderes políticos e religiosos contrários às políticas públicas de direitos humanos voltadas para o grupo LGBT. Para tanto, alinhavamos a discussão a partir dos objetivos da pesquisa, quais sejam: 1. Identificar, a partir das práticas discursivas, as relações de poder que estão implicadas na produção de verdades sobre a homossexualidade; 2. Identificar os discursos contrários às políticas públicas de enfrentamento da homofobia; 3. Analisar as bases em que se fundamentam as práticas discursivas homofóbicas de líderes políticos e religiosos; 4. Problematizar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos de líderes religiosos e políticos contrários às políticas públicas de combate à homofobia. Procurou-se confrontar os diálogos entre discursos, teóricos e o que a literatura trata a respeito do tema, em busca das suas correlações.

A descrição e a interpretação dos dados foram realizadas levando-se em conta as categorias de análise que estão grafadas em negrito. As falas dos participantes foram grafadas em itálico. Por recomendação do Comitê de Ética em pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley/UFPB, os nomes dos participantes são fictícios. A transcrição foi literal, ou seja, sem correções gramaticais, levando em conta a situação comunicativa em um contexto de utilização da língua falada.

4.1. As práticas discursivas e as relações de poder que estão implicadas na produção de verdades sobre a homossexualidade

Em um primeiro momento, serão situados os participantes e os lugares discursivos, entendendo lugar não no sentido geográfico, mas como um espaço em que se implicam mutuamente as relações de saber/poder (Foucault, 1969/2008). A princípio, apresentamos uma contextualização no sentido de situar em que condições o discurso foi proferido.

4.1.1. Senador Tito Flávio.

4.1.1.1. Contextualização.

O Senador Tito Flávio foi reeleito em 2010. Além de político, é também pastor evangélico. O pronunciamento do Senador Tito Flávio, ora em apreciação, foi proferido na tribuna do Senado. Esses discursos emergiram a partir de um acontecimento, a iniciativa do MEC em elaborar um *kit* de material educativo, abordando aspectos da homo-lesbo-transfobia no espaço escolar, direcionado para gestores, educadores e estudantes. Conforme descrito no capítulo de revisão de literatura, esse material, chamado pela mídia de *kit anti-homofobia* ou *kit gay*, suscitou polêmicas de ordem social, religiosa e política bastante complexas e de repercussão nacional, gerando reações no país inteiro. Por forte pressão da bancada religiosa no Congresso, o projeto estacionou com o veto da Presidente Dilma, que cedeu às pressões, concordando que o material não estava adequado. A distribuição do material foi suspensa no primeiro semestre do ano de 2011.

No pronunciamento do Senador Tito Flávio **quem fala** é alguém que tem o poder político de aprovar ou não projetos de interesse da população, seja ela minoria ou maioria. Ao se pronunciar, identifica-se, a partir dos enunciados, a posição de diferentes sujeitos. O Senador ora se identifica como “eu” ora como “nós”, sendo que o “nós” refere-se à instituição que representa como Senador da República:

(...) o que nós queremos discutir com ele a frente da família é esse kit. (...) o que nós precisamos é resgatar valores de família, Presidente Dilma. (...) então nós temos que resistir o governo, nós temos que resistir o Sr. Ministro com esse kit... (...) de fato nós não podemos criminalizar um país inteiro. (...) o que nós precisamos enquanto constituição é respeito a todos os cidadãos(...)

Já quando utiliza a primeira pessoa do singular, **quem fala** expressa sua indignação e opiniões pessoais.

Eu estou vindo de uma reunião (...) eu tô olhando pro Brasil pra afirmar o seguinte, Senador: esse kit homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais. (...) Ministro [dirige-se ao Ministro da Educação], eu não quero lhe perder o respeito (...) e com todo respeito que eu tenho à Presidente... (...) eu sou da base do governo e tenho o maior respeito pela Presidente que ajudei a eleger, agora minha consciência não tá a serviço dela não. (...) Agora nada mais do que o respeito, estão passando do limite. Senador [dirige-se a outro senador], Vossa Excelência, que é católico, praticante, que sabe que Deus criou macho e fêmea e essa casa não fará um terceiro sexo com uma lei porque há de esbarrar nos homens e mulheres que acreditam em princípios e uma minoria barulhenta jamais se sobreporá a uma grande maioria que é a família nesse país. (...) Eu tenho uma criança de nove anos em casa, ela disse: - Pai então agora, quer dizer (...)

Em relação ao sujeito do enunciado, ele é diferente do autor do texto ou do sujeito que enuncia. Foucault (1969/2008) o define como “(...) um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (p. 108). A análise do sujeito no desempenho da função enunciativa exige não a verificação de alguém que a proferiu, mas a determinação da posição “(...) que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser (...) sujeito” (p. 108). Considerando que uma das características da função enunciativa é a relação do enunciado com os sujeitos e que o sujeito do enunciado não pode ser reduzido a um mero elemento gramatical, pois um único indivíduo pode ocupar sucessivamente em uma série de enunciados diferentes posições e tomar o papel de diferentes sujeitos, observa-se, no conjunto de enunciados acima, que o sujeito do enunciado será lugar a ser ocupado pela manifestação da posição subjetiva de defensor da ordem, da moralidade em defesa da instituição família, que ora está ameaçada. Ou seja, identifica-se a posição de diferentes sujeitos: o político que ocupa uma cadeira no Senado e pertence à base aliada da Presidente atual, sente-se traído por

ela e sua equipe representado pela figura do Ministro da Educação, pois foi ele o idealizador do “Projeto Escola Sem Homofobia”; o Senador eleito pelo voto do povo, principalmente os de denominação evangélica, uma vez que é também pastor e, portanto, espera dele uma atitude de negação em relação ao referido *kit gay*; e, ainda, o pai de família que acredita que seu filho seria afetado, de alguma forma, pela proposta do projeto Escola sem Homofobia ou o *kit gay*.

A relação da posição do sujeito com os lugares institucionais, conforme explica Foucault (1969/2008), é que define o sujeito, ou seja, o lugar de onde fala. **O lugar social de onde o** Senador Tito Flávio fala possibilita-lhe um empoderamento como sujeito do discurso que se inscreve em uma determinada formação discursiva e, por isso, se apropria de um poder/saber que se materializa na sua prática discursiva como um discurso de verdade. Vejamos:

(...) esse kit homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais. Agora nada mais do que o respeito, estão passando do limite, Senador Blairo Maggi, Vossa Excelência que é católico, praticante, que sabe que Deus criou macho e fêmea e essa casa não fará um terceiro sexo.

A afirmação do Senador Tito Flávio de que o *kit* homossexual fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais, que Deus criou macho e fêmea e que a casa não fará um terceiro sexo mostra que o **lugar de onde o Senador fala produz efeitos de sentido** por apropriações de regiões do saber/poder/dizer, os quais atuam de maneira constitutiva na sedimentação da formação discursiva na qual se inscreve. Identifica-se uma **dispersão de enunciados**, ou seja, há uma **interdiscursividade**, pois o sujeito, sendo uma função, assume vários papéis sociais (Gregolin, 2004). A análise do sujeito integra o reconhecimento de relações entre vários enunciados e sistemas de enunciabilidade que definem os regimes de saber e verdade de uma época. Como Senador da República ele

constrói um discurso que é atravessado por outros discursos de cunho moral e religioso que sustentam a heteronormatividade, já que ele também ocupa o lugar de sujeito pastor evangélico e de cidadão pai de família que tem filhos na escola.

4.1.2. Deputado Julius César.

4.1.2.1 Contextualização.

Julius César foi reeleito Deputado Federal. Já pertenceu a vários partidos e esse é o seu quinto mandato como deputado. O seu pronunciamento foi proferido no espaço destinado à sessão plenária da Câmara Federal. Esses discursos emergiram **a partir de um acontecimento**, a iniciativa do MEC em elaborar um *kit* de material educativo, abordando aspectos da homo-lesbo-transfobia no espaço escolar, direcionado para gestores, educadores e estudantes.

No pronunciamento do Deputado Julius César, **quem fala** é um parlamentar que ocupa o lugar de representante da casa e expressa, com sentimentos de revolta e indignação, suas opiniões a respeito do tema com o objetivo de convencer os colegas parlamentares da sua luta para impedir que o Projeto Escola sem Homofobia siga em frente. Ao identificar-se, o “eu” é predominante no sujeito da enunciação. **O “eu” que fala** mostra a sua indignação em relação à proposta do *kit gay* que pode ser visto nos seguintes trechos:

Eu quero tratar de um assunto aqui que no meu entender, pra mim, em 20 anos de congresso é o maior escândalo que eu tomei conhecimento até hoje. (...) eu não sei pra não ser advertido nesse discurso, eu vou poupar o adjetivo pra essa comissão. (...) Ontem eu gravei no programa [Superpop], é um tema que não me agrada falar, homossexual. Eu realmente assumo o que eu falei na TV câmara.

No entanto, quando aparece como “nós”, **quem fala** pode ser identificado, também, no trecho seguinte, como fazendo parte da sociedade, ou seja, a maioria que estaria sendo afrontada pela minoria: “*Esses gays, lésbicas querem que nós, a maioria, entubemos como*

exemplo de comportamento a sua promiscuidade. (...) ... que nós não podemos nos submeter ao escárnio da sociedade.”

Considerando que **o discurso** é uma forma de atuar sobre o outro, o Deputado Julius César **fala do lugar** do parlamentar que se inscreve em uma determinada **formação discursiva** e, por isso, produz um discurso homofóbico em oposição à proposta do governo atual que, diante das reivindicações do movimento LGBT, elaborou uma política educacional de combate à homofobia no contexto da escola no sentido de garantir direitos de igualdade a todos os cidadãos. Entendendo com Foucault (1969/2008) que a formação discursiva se configura nas práticas sociais como condições de possibilidade do aparecimento de um conjunto de enunciados constitutivos de uma formação discursiva específica, **esse lugar ocupado pelo sujeito enunciator** lhe confere poder/saber articulado por ele com a intenção de convencer seus pares de que a ideia do *kit gay*, que faz parte do Projeto Escola sem Homofobia, é um escândalo, uma vergonha. Em relação ao poder, o que se constata aqui é uma estreita relação com a concepção de Foucault (1979/1986) sobre o poder. Para esse autor, o poder está presente em todos os âmbitos das sociedades, sendo uma complexa rede de relações de poder que está em todas as partes, vem de todas as partes e se exerce, se impõe não tanto pelo exercício da força, mas pela produção do saber, que produz efeitos de verdade, pela organização dos discursos (Foucault, 1979/1986).

Percebe-se, no trecho abaixo, que o Deputado **dirige o seu discurso** a três grupos na tentativa atuar sobre o outro: a oposição, os seus pares e os pais que têm seus filhos nas escolas para alertá-los do perigo e da ameaça de que o material, uma vez distribuído na escola, estimularia seus filhos a serem homossexuais e os incentivariam à promiscuidade.

Pelo amor de Deus, meus colegas que estão nos gabinetes! Pelo amor de Deus, daqui a pouco vem um cidadão dizer que eu estou mentindo. (...) Atenção pais! Os seus filhos vão receber no ano que vem um kit, esse kit tem o título: combate a homofobia,

mas na verdade esse kit é um estímulo ao homossexualismo, é um incentivo à promiscuidade, (...) Atenção pais! A tua filha de sete, oito, nove, dez anos vai assistir esse filmete que já está sendo lícitado (...)

No conjunto de enunciados acima, identifica-se que o espaço do dizer é ocupado por diferentes sujeitos, uma vez que a concepção com a qual se opera nesta tese não é a de sujeito unificante, pois o discurso é atravessado pela dispersão que decorre das várias posições discursivas que o sujeito do discurso assume (Gregolin, 2007). O Deputado Julius César **fala do lugar de** parlamentar que tem 20 anos de carreira e por isso classifica o projeto “Escola sem Homofobia” como o maior escândalo já visto durante os seus 20 anos como parlamentar. **Esse lugar de parlamentar** ocupado por ele é atravessado por um sujeito que ocupa o lugar de maioria da sociedade e que concebe o grupo LGBT como uma minoria sem direito a voz. Ao enunciar que a plateia é composta 100% de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros e que essa turma toda reunida tomou decisões que a casa desconhece (essas decisões referem-se ao *kit* que faz parte do projeto “Escola sem Homofobia”) revela um sujeito indignado com fato de um grupo com essa qualificação tomar decisões que vão interferir na educação de crianças em relação à sexualidade, incentivando-as a tornarem-se homossexuais e promíscuos. Esse discurso heterossexista vem ao encontro do que afirma Borillo (2010) sobre o fato de que a heterossexualidade é vista como possibilidade única e verdadeira e a relação entre pessoas do mesmo sexo é caracterizada como uma doença degenerativa da sociedade. Além disso, o discurso que o Deputado dirige aos pais das crianças que frequentam a escola pública tem o objetivo de causar um certo pânico moral fazendo com que a sociedade, em geral, alimente ainda mais o ódio e a rejeição dos indivíduos homossexuais. O seu modo de olhar a figura humana do homossexual é estigmatizante, já que defende uma concepção que considera o tema da diversidade sexual como um assunto proibido. O lugar discursivo que o Deputado Julius César ocupa é usado

para legitimar o ódio aos homossexuais. Nesse sentido, encontramos uma correlação com que o aponta Foucault (1970/2008) sobre o fato de que há um certo número de procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem simultaneamente a produção do discurso em toda sociedade. Segundo o autor, em nossa sociedade existem procedimentos de exclusão, sendo que a interdição é a mais conhecida.

4.1.3. Deputado e pastor Justiniano.

4.1.3.1. Contextualização.

Justiniano é pastor de uma igreja de denominação evangélica e ocupa, também, uma cadeira como Deputado Federal. As sequências discursivas aqui apresentadas emergem a partir de **um acontecimento**: as reivindicações dos ativistas gays pelo reconhecimento dos direitos de cidadania como a união civil, políticas educacionais de combate à homofobia e a aprovação do PLC 122/06.

Na pregação do pastor e Deputado Justiniano, **quem fala** é alguém que se coloca como mensageiro de Deus. Em sua pregação na igreja onde é pastor o “**eu**” **que fala** é um transmissor da mensagem que lhe é enviada por Deus, pois fala como profeta e pastor que está deputado. De acordo com uma das definições descritas no dicionário on-line, profeta é aquele que prediz o futuro por inspiração divina, pessoa que faz previsões em relação ao futuro (Profeta, 2009).

Deus essa noite manda uma mensagem de santidade, (sonoplastia efeitos de áudio: trovões e música de fundo) eu vou repetir uma mensagem de pureza e santidade. E agora com respeito e com licença, vou falar agora como profeta, pregador, (...) ... eu sou profeta, eu estou deputado, mas eu sou pastor e como pastor eu não posso deixar de falar, se não houver uma mudança hoje na consciência da igreja, se não houver uma mudança na consciência dos crentes que aí estão nós vamos afundar nesse barco.

O conjunto de características delimitadas por esse enunciado em relação ao seu referente vai além do que a materialidade do texto apresenta, pois o enunciado, graças a sua dimensão “objetiva”, relaciona-se a um referencial que não se encontra composto por coisas ou por fatos, realidades ou seres, mas é um referencial que consegue diferenciar os indivíduos ou os objetos das coisas que surgem das relações postas em jogo pela função enunciativa, pois essa é uma das características da função enunciativa, de acordo com Foucault (1969/2008). No enunciado acima, a figura do pastor está associada à moral, à honra e ao respeito. Além disso, a figura do profeta pode ser associada a um ser que possui poderes sobrenaturais, já que o profeta fala como se fosse a “voz de Deus” e produz o efeito de uma verdade divina incontestável.

O pastor Justiniano, além de **falar dos lugares de pastor, pregador, profeta mensageiro de Deus, também fala** do lugar de parlamentar, no entanto **o seu discurso** como parlamentar não se separa do **discurso religioso**. No mesmo ato de fala, ele faz um relato de sua atuação como parlamentar no Congresso Nacional e nesse relato ele constrói **um discurso das forças sobrenaturais** do mal que estão infiltradas no governo para agir contra os princípios cristãos:

(...) mas como parlamentar da nação brasileira, me apavora chegar em Brasília toda terça feira. Me apavora entrar dentro da câmara dos deputados desse país e saber como o diabo como satanás esta infiltrado no governo brasileiro e não é só no governo Brasileiro, é no governo do mundo. Satanás tem levantado homens e mulheres e a igreja não tem se atinado a isso.

Além de construir sua autoimagem de um profeta “enviado de Deus” como uma estratégia para legitimar seu discurso, outras estratégias discursivas são utilizadas com a mesma função. Na sua pregação há efeitos especiais produzidos pela sonoplastia. Sons de estalos de trovões com músicas que ecoam ao mesmo tempo em que ele se exalta e fala aos

gritos, sempre gesticulando. Tudo isso faz parte de um cenário teatral. A sua forma de expressar-se é marcada por elementos que despertam a comoção nos fiéis ali presentes. Identificamos também nessa teatralidade um movimento discursivo no qual há uma constante interação entre o enunciador e seus fiéis, que são também seus eleitores e, como parlamentar eleito pelos fiéis, tem que prestar contas de suas ações. Vejamos:

Levantei um plebiscito, no plebiscito precisava de “apoio” de um terço da casa, para o que os homens e mulheres assinassem dizendo que nós queremos ouvir do povo brasileiro sobre o casamento de homossexuais, queremos saber se a nação brasileira, se a família brasileira aprova a união de dois homens e duas mulheres que estão aí a torto e a direita “defamando”, destruindo aquilo que é sagrado e santo.

Imagem vocês a causa é boa, sim ou não?

Fiéis respondem em coro: - sim!

Pastor: Você faria isso, assinaria esse papel, sim ou não?

Fiéis respondem em coro: - Sim!

Pois eu encontrei gente que é da igreja, que tem o seu voto na hora de assinar falou eu não posso assinar! Eu disse: - Por quê? É Porque é o anticristo está operando não tem o que fazer Marco, é nadar contra a correnteza, você vai morrer na praia, vão te chamar de fanático, vão te chamar de desequilibrado, ninguém vai querer fazer um negócio com você (sonoplastia: som de trovões ecoa no templo e o pastor grita cada vez mais alto) eu não tô aqui pra fazer negócio, o meu negócio já foi feito na cruz do calvário o meu nome já está no céu (fala algo em uma língua incompreensível).

É preciso levar em conta que as condições de produção dos discursos do pastor, profeta, pregador e deputado o tornam legítimo dada a **formação discursiva** em que se inscreve, uma vez que o conjunto de crenças partilhadas pelos sujeitos participantes desse discurso se encontram em um tempo e em um espaço determinados. Para Foucault

(1969/2008), sempre que for possível definir, em um determinado número de enunciados, uma regularidade (uma ordem, posições, correlações, funcionamentos, transformações) entre os tipos de enunciação, os conceitos, os objetos, as escolhas temáticas e que se puder definir também um sistema de dispersão semelhante, haverá uma formação discursiva. Os sujeitos se reconhecem e dão significados a esse discurso porque pertencem a uma mesma formação discursiva e as significações lhes parecem naturais. O que ele diz só pode ser dito dessa forma, porque está dentro de um campo discursivo determinado, nesse caso, trata-se do campo relativo ao discurso religioso. Essa constatação está relacionada a uma das características da função enunciativa descrita por Foucault (1969/2008) e refere-se a sua dimensão “relacional”, isto é, a relação do enunciado com outros diferentes. O que possibilita essa dimensão, de acordo com o autor, é a necessidade de que o enunciado esteja inscrito dentro de um campo referencial, permitindo ao enunciado referir-se a outro enunciado.

Convém ressaltar que esses enunciados só fazem sentido dado **o lugar de onde ele fala**, nesse caso, o lugar do pastor e profeta, já que as estratégias discursivas e o repertório utilizado não seriam possíveis de serem ditos em outros espaços como o plenário da Assembleia Legislativa ou em uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, por exemplo. **Esse lugar de onde fala** lhe confere poderes que ultrapassam a lógica racional para dar lugar a uma dimensão sobrenatural, já que nas suas práticas discursivas o imaginário é recorrente e as figuras de Deus e de Satanás travam uma luta constante entre o bem e o mal, o que é uma característica própria do discurso religioso.

Satanás tem levantado homens e mulheres e a igreja não tem se atinado a isso.

Enquanto a igreja se preocupa com seus redutos, enquanto reis se preocupam com seus pequenos reinos, enquanto crentes não sai pra rua nem pra evangelizar, nem pra fazer um culto ar livre, nem pra falar de Jesus mais, Satanás levantou o seu ativismo

neste país! Senhoras e senhores, existe uma ação de Satanás contra a santidade da família brasileira.

Para dar **legitimidade a esse discurso**, o sujeito do enunciado cria sua autoimagem, declarando-se como profeta, “mensageiro de Deus” e com seu nome já está escrito no “céu”:
“eu vou repetir uma mensagem de pureza e santidade. E agora com respeito e com licença, vou falar agora como profeta, pregador (...) o meu nome já está no céu...”

Sendo assim, **esse lugar de onde ele fala** é revestido de um poder que extrapola o plano material. No conjunto de enunciados acima, pode-se apreender que o sujeito não é o mesmo de um enunciado a outro (Gregolin, 2004). Observa-se que o empoderamento do sujeito opera em dois planos e oscila entre o material e o imaterial. Quando assume **o lugar do pastor**, o sujeito é atravessado pelo profeta, pregador que fala como mensageiro de Deus e refere-se às forças do mal (Diabo e Satanás), e o seu discurso opera em um plano imaterial. Já quando ocupa o lugar do deputado eleito pelo povo e alerta seus fiéis pela falta de ação dos crentes para evangelizar e conquistar mais fiéis, o seu discurso opera no plano material. Identifica-se, assim, a **dispersão** do sujeito, pois o autor ocupa várias posições discursivas ao longo dos enunciados, e a **dispersão** do discurso dá-se devido aos diferentes estatutos que o sujeito assume (Foucault, 1969/2008). O que nos chama atenção é o fato de que o seu discurso se materializa de forma **que os lugares discursivos que ele ocupa** aparecem como estivessem atrelados, ou seja, **o “quem fala”** é simultaneamente o pastor, o profeta, o pregador que está deputado.

Os lugares de onde o Deputado, o pastor e o profeta falam possibilitam-lhe diferentes formas de poder, pois, como portador da mensagem, é a voz autorizada para falar em nome de “Deus” e possui um poder/saber que se materializa na sua prática discursiva como um discurso de verdade que não pertence a este mundo, uma verdade divina que lhe dá maior credibilidade. Quando fala como deputado, seu poder é de um legislador. Levando-se em

conta os números expressivos de assassinatos e agressões contra o grupo LGBT, registrados nos últimos anos, pode-se concluir que seus discursos de ódio e rejeição aos indivíduos do grupo LGBT se prestam a fomentar a violência homofóbica, além de legitimá-la. Para Mott (2006) é vergonhoso o fato de que em nosso país a homofobia tenha inspiração e seja legitimada no próprio discurso oficial de personalidades que ocupam lugar de grande destaque institucional na elite brasileira, sendo os autores dessas terríveis declarações de ódio, desprezo e estímulo à violência anti-homossexual também responsáveis pelos crimes motivados pela homofobia.

4.1.4. Pastor Augustus Lívio.

4.1.4.1 Contextualização.

O pastor Augustus Lívio é um líder religioso de denominação evangélica. É televangelista, ou seja, prega o Evangelho através da televisão. Embora tenha se formado em psicologia, não exerce a profissão.

O pastor Augustus Lívio, mesmo nunca tendo entrado na disputa por uma cadeira no Congresso, possui grande influência política na Frente Parlamentar Evangélica (FPE), pois figura como um cabo eleitoral nos pleitos, uma vez que tem sob seu domínio um número significativo de fiéis que são influenciados por ele em relação ao voto. A FPE foi criada em 2003, é composta por fiéis de igrejas de diversos Estados e pertencente a múltiplas filiações partidárias. No início da 54ª Legislatura, contava com 76 deputados federais de um total de 513, ou seja, 14,4% e três senadores do total de 81, sendo 2,43% do total. De acordo com Duarte (2012), os deputados filiados à FPE participam de grande parte das comissões permanentes da Casa. No entanto, o maior número de deputados evangélicos concentra-se na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), propositadamente, porque a CSSF aprecia e vota propostas de grande interesse, pois tratam de conteúdos como família, sexualidade, corpo, pessoa, vida e morte, nascimento e óbitos (Duarte, 2012).

O pronunciamento do pastor Augustus Lívio, analisado nesta tese, ocorreu no espaço do plenário do Senado Federal onde foi realizada, por iniciativa da Comissão dos Direitos Humanos, uma audiência pública para debater o PLC 122/06, que, conforme explicamos no capítulo I, trata da criminalização da homofobia. O pastor foi um dos convidados para o debate. Esse foi **o acontecimento** a partir do qual seus discursos emergiram.

No pronunciamento do pastor, **quem fala** é alguém que está em posição de quem tem o poder de influenciar os legisladores, já que figura como um cabo eleitoral nos pleitos eleitorais que elegem os membros da FPE. Os elementos de identificação ora aparecem como “eu”, ora aparecem como “nós”, isto é, o sujeito do enunciado em alguns trechos é o próprio autor da formulação, em outros **o sujeito fala do lugar** institucional caracterizando, assim, a sua pluralidade. Isso pode ser visto no trecho seguinte:

(...) eu gostaria de ver aqui, eu gosto de falar cara a cara, olho no olho. (...) eu conheço a matéria, eu sou psicólogo também (...) Então nós vamos ter que fazer lei pra tudo o que é comportamento, tudo que é comportamento do ser humano vamos apadrinhar....

Quem fala é, também, alguém que, além de pastor e empresário, teve formação acadêmica em Psicologia. O “eu” aparece ora como psicólogo: “*eu conheço a matéria, eu sou psicólogo também*”, ora como religioso: “*se eu odiasse homossexual eu não podia ser pastor não, pastor é um cargo. Eu não podia ser cristão*”, ora como empresário: “*Eu pago milhões de impostos, eu aqui ó, posso dizer aqui ó (batendo no peito), com a empresa que eu tenho, eu pago milhões de impostos*”. Aqui, o que vemos é que o sujeito não é o mesmo de um enunciado a outro, já que a “função enunciativa pode ser exercida por diferentes sujeitos” (Gregolin, 2004, p. 32). O pastor Augustus Lívio enuncia a partir de diferentes **posições de sujeito** e, conseqüentemente, os lugares sociais **de onde ele fala** são revestidos de formas distintas de poder/saber. Há o desdobramento de papéis conforme as várias posições que o

sujeito ocupa no interior de um mesmo texto. Compreendendo o sujeito como um lugar discursivo, ao referir-se ao Projeto de Lei que criminaliza a homofobia, o sujeito do enunciado **fala do lugar de** quem tem o poder de fazer leis. Constatase, assim, uma relação de poder institucionalizado, um poder que lhe confere conceder ou não um “status e um privilégio” a um grupo que, segundo ele, não possui os direitos que reivindica.

Então nós vamos ter que fazer lei pra tudo o que é comportamento, tudo que é comportamento do ser humano vamo apadrinhar de alguma forma, isso é a minha primeira questão. (...) Os homossexuais são livres para serem homossexuais, não queremos impedir ninguém de prática nenhuma, mas não vamos dar aqui status e privilégio a um comportamento que quer impedir o direito dos outros.

O sujeito na posição de pastor evangélico é atravessado pelo discurso científico quando assume **a posição de psicólogo** para provocar um efeito de verdade e legitimar suas afirmações, embora seu discurso científico careça de bases teóricas que o fundamentem, pois uma das marcas para pôr em funcionamento esse **discurso** é o aparecimento do discurso do outro, o pesquisador, o cientista, uma vez que o discurso científico é um dos veículos mais poderosos para difundir verdades, pois a verdade é difundida, consumida e valorizada porque circula no meio acadêmico e tem um papel social e cultural relevante na difusão e circulação dos regimes de verdade. Conforme explica Foucault (1976/2011), na nossa sociedade, a sexualidade não foi só um assunto relacionado à reprodução da espécie, da formação da família ou algo relacionado ao prazer mesmo, mas tornou-se um dispositivo histórico, foi criado o dispositivo da sexualidade, no qual se instaurou uma relação entre poder/prazer/saber em que o corpo torna-se objeto do conhecimento e se ampliou por todo o corpo social e, já que todos somos sujeitos de uma sexualidade, entrou em cena a *scientias exualis* com o objetivo de produzir verdades sobre o sexo. Nessa perspectiva, o pastor enuncia de um lugar que tem o poder de legitimar, por meio do discurso científico, a exclusão

de milhares de pessoas, classificando-as como doentes e portadoras de anomalias que precisam ser tratadas. O psicólogo Augustus Lívio demonstra possuir um poder/saber, ao explicar, com base na psicologia, ciência que estuda o comportamento e os processos mentais, o que é o homossexualismo e a homofobia. Esse lugar ocupado por ele como psicólogo o autoriza a afirmar verdades, pois o que ele diz não é dito de qualquer lugar (Foucault, 1969/2008). Vejamos:

A história começa aqui. O que é homossexualismo? É um homem ou uma mulher por determinação genética e homossexual por preferência aprendida ou imposta, é isso aqui, não tem ordem cromossômica homossexual. (...) Eles querem uma lei pra ficarem livres, pra falar o que quiserem pra chamar os outros de homofóbico a hora que querem, quer dizer se você chama um homossexual de doente eles querem te denunciar no Ministério Público. Eles podem te chamar de doente, eu conheço a matéria, eu sou psicólogo também. Homofóbico é uma pessoa classificada na psiquiatria que tem aversão ao homossexual, que quer bater, maltratar, eliminar. Que história é essa? Existe uma diferença, senhores, em criticar comportamento e discriminar pessoas.

Vale destacar que o fato de o psicólogo Augustus Lívio utilizar o termo homossexualismo e não homossexualidade chama atenção, pois existe uma corrente que defende o uso do sufixo “dade” em lugar de “ismo”. Em 1999, seguindo o que a American Psychology Association havia feito nos Estados Unidos em 1973, o CFP formulou a Resolução nº 001/99, considerando que a homossexualidade não constitui uma perversão, nem uma doença, nem um distúrbio, por isso convencionou-se utilizar o termo homossexualidade em lugar de homossexualismo, pois o sufixo “ismo” é uma terminologia que remete à doença e o sufixo “dade” remete a um modo de ser. Entende-se, assim, que a “Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as

questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações” (Martins, Romão, Lindner, & Reis, 2009, p. 11). Desde então, passou-se a considerar a homossexualidade uma orientação sexual e não uma anomalia. Sendo assim, a utilização do sufixo “ismo” pelo psicólogo Augustus Lívio é desarticulado das definições científicas, o que é estranho para quem se arvora do discurso científico.

Ainda sobre as posições de sujeito, ele fala também **do lugar de empresário** que se sente injustiçado pelo fato de realizar inúmeras ações sociais sem que o governo o ajude com verbas sendo ele um contribuinte que paga milhões em impostos, enquanto o grupo LGBT vive a expensas do Estado como parasitas e o acusa de homofóbico.

A minha instituição não recebe um centavo de governo federal, estadual, municipal e não é por falta de oferecimento... ok? Eu tenho trabalho social em penitenciária, trabalho com mulher com gravidez indesejada, reforço escolar, tirar gente das drogas, bancados por gente que acredita em mim. Agora eles são parasitas do Estado. Comem milhões de governo federal, governo estadual, governo municipal, estatais pra ficar dizendo quem é homofóbico ou não e pra fazer patrulhamento! Isso é uma vergonha! Comem milhões! Eu pago milhões de impostos, eu aqui ó, posso dizer aqui ó (batendo no peito), com a empresa que eu tenho, eu pago milhões de impostos e não recebo nada. (...) eles são sustentados por isso, interessa a eles isso, mas na hora do debate correm porque são covardes, correm porque não querem encarar, correm o negócio deles é debaixo dos panos.

Percebe-se, também, no conjunto de enunciados abaixo, que o **sujeito se dispersa**, pois ele deixa a posição do sujeito que persegue o grupo LGBT para **ocupar o lugar de quem** é perseguido e que sofre preconceito por ser evangélico. É dessa forma que Foucault (1979/1986) explica o poder, como uma rede onde todos exercem poder e se submetem a ele em suas relações. O discurso de perseguido emerge a partir **de um acontecimento**, a

denúncia por parte da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), representada por seu presidente, que oficiou ao Ministério Público Federal (MPF). O ofício questionava que a TV Aberta, sendo uma concessão estatal, era utilizada para disseminar agressões contra as manifestações de homossexuais e exigia providências. Vejamos abaixo o conteúdo considerado de incitação à violência, embora o pastor explique que tenha usado as expressões “baixar o pau” como “força de linguagem”:

Na parada gay deste ano, eles esculhambaram com os santos da igreja católica em posições homoeróticas. Agora escutem isso aqui é uma denuncia interessantíssima, eu vou mostrar quem é que tá sendo perseguido aqui. É uma coisa interessantíssima. No dia 23 a parada gay, no dia 2 de julho, no meu programa em rede nacional. (...) No dia 2 de julho, no meu programa, durante 17 minutos, eu disse: engraçado, a imprensa ficou quietinha, se um evangélico fizesse isso, a imprensa ia baixar o pau, quando um pastor chutou a santa, a imprensa baixou o porrete. A igreja católica ficou quieta por quê? Por que a igreja católica também não baixa o pau nesses caras? (...) E eu tenho aqui, eu tô sofrendo na pele o que é perseguição. (...) Que é que eu digo lá, em todo esse conjunto onde eu falo eu digo: assim como a imprensa e a igreja católica baixou o porrete no pastor que chutou o santo, força de linguagem, quer dizer que a igreja católica agora bate em homossexual.

Além de **falar do lugar** do pastor perseguido, ele também o faz como psicólogo perseguido pelo grupo LGBT. No trecho abaixo, podemos constatar que Augustus Lívio agora **fala do lugar** do psicólogo como vítima do grupo LGBT, acusando-os de intolerantes. Esse discurso emerge a partir de um acontecimento, a do pedido de cassação da credencial de psicólogo ao CFP quando tentaram cassá-lo por três vezes no referido Conselho. Ele considera injusta a tentativa de cassá-lo e denuncia o CFP de estar do lado do grupo LGBT ao marcar a presença em uma passeata gay ocorrida em Brasília:

Tentaram me cassar, tentaram me cassar três vezes no Conselho Federal de Psicologia, Se eu mostrar pros Senadores, se eu mostrar Excelência, pra você, o que esses caras apresentaram no conselho pra me cassar. (...) Os caras pedindo a minha cassação da minha credencial. Aí sabe o que aconteceu? Os três, tudo por entidade de grupos homossexuais pra me cassar. Perseguição! Aí o conselho rejeita e arquiva. Passam-se dois anos, agora desarquivam sem apresentar nenhuma novidade arquivam.

Vê-se aqui que o poder é uma prática social que ocorre como um fenômeno complexo que produz seus efeitos, pois emerge como consequência e reivindicações que dão origem a disputas, ou seja, a presença do poder também dá lugar à resistência (Foucault, 1976/2011). O grupo LGBT, por meio da ABGLT, trabalha no sentido de enfrentar esses líderes religiosos e políticos com seus discursos que impedem que as políticas de direitos humanos avancem. As ações de resistência têm como norte o artigo 3º do seu estatuto, cuja missão é:

promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais [ABGLT], 2006)

No enunciado abaixo, chama-nos a atenção o fato de o pastor Augustus Lívio explicar que a data da sua fala com o conteúdo agressivo ocorreu no dia 2 de julho e a agressão ao homossexual em São Paulo aconteceu em outubro. Ao justificar tal ocorrência, ele procura enfatizar o tempo em que sua fala com o conteúdo agressivo foi dita e não para negar o teor da acusação de que a sua fala era uma incitação à violência homofóbica:

Eles pegam isso, um homossexual agredido em São Paulo, editam como se tivesse falado há pouco tempo, como se eu tivesse falado naqueles dias e a fala foi dia 2 de julho e que o homossexual tivesse sido agredido porque eu sou motivador de homofobia.

Essas várias esferas de poder o colocam numa posição de ataque.

...eu gostaria de ver aqui, eu gosto de falar cara a cara, olho no olho. Rapaiz, os caras nessa hora correm. Tão com medo de que? Quer dizer que o negócio deles é só escondido, apadrinhado por alguém da imprensa pra poder chamar os outros homofóbico. (...) Agora, quando você toca no meu direito, aí você me chamou pra briga.

Levando em conta que as práticas discursivas homofóbicas são produto da linguagem e se inscrevem na história por meio das relações de poder (Gregolin, 2004), o **lugar social de** onde o pastor Augustus Lívio fala define o que pode e deve ser dito (Foucault, 1970/2008), pois lhe possibilita a apropriação de saberes e poderes que o autorizam a dizer verdades sobre a sexualidade que têm como objetivo estabelecer o que é normal e permitido em relação ao sexo. Os papéis sociais que ele assume como pastor que orienta os fiéis nos assuntos religiosos, como o psicólogo que traz o discurso científico para explicar o comportamento humano e o legislador que versa sobre leis demonstram que o que ele diz não é dito de qualquer lugar (Foucault, 1970/2008). Além disso, as **condições de produção** do seu discurso estão relacionadas com o **acontecimento não discursivo** que é de ordem social e política, nesse caso, as reivindicações do grupo LGBT e o reconhecimento dos seus direitos de cidadania em pé de igualdade aos heterossexuais e que fazem parte das condições de emergência de seu discurso. Sendo o discurso “um espaço de confronto materializado em acontecimentos discursivos” (Gregolin, 2004, p. 36), as práticas discursivas do pastor Augustus Lívio revelam que há um clima de guerra, uma espécie de guerra santa, de um lado

os religiosos que constroem discursos de negação dos direitos LGBT e envolvem elementos em defesa de princípios religiosos no que se refere ao direito de pregar contra a prática homossexual e do outro, o movimento organizado e cada vez mais forte do grupo LGBT com um contra-discurso que tenta desconstruir o discurso da sexualidade hegemônica e garantir seus direitos de cidadania.

4.1.5. Deputada Lívia Teodora.

4.1.5.1 Contextualização.

A Deputada Estadual Lívia Teodora foi eleita pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio de Janeiro na eleição de 2010. Atualmente é Missionária ligada à Comunidade Canção Nova, um movimento evangelizador da igreja católica que conta com um sistema de rádio e TV de longo alcance. Essa comunidade é um dos maiores sistemas de comunicação social para a Evangelização Católica no Mundo.

A PEC Nº 23/07 é um projeto do deputado petista Gilberto Palmares, que inclui orientação sexual no texto da Constituição estadual proibindo discriminação por raça, sexo, religião ou deficiência física. Em 2011, da tribuna da ALERJ, em debate sobre a PEC 23, Lívia Teodora conclamou os colegas a votarem contra o referido projeto justificando que a aprovação da Lei abriria uma porta para a pedofilia.

O pronunciamento da Deputada e Missionária Católica Lívia Teodora tem como espaço o plenário da ALERJ em debate sobre o Projeto de Lei 23/07, que, semelhante ao PLC 122/06, conforme explicamos no capítulo I, trata da criminalização da homofobia. Os discursos da Deputada **emergiram a partir desse acontecimento.**

No pronunciamento da Deputada Lívia Teodora **quem fala** é alguém que ocupa uma posição de poder como legisladora, pois, além de propor projetos de lei, também decide sobre a aprovação ou não de projetos apresentados por outros deputados. **Quem fala também** é a mãe formadora dos filhos e, ainda, a missionária católica. Embora ela esteja ali como

deputada representante do povo para debater a PEC Nº 23/07, o “eu” que fala primeiro é o da mãe formadora dos filhos, em seguida é o “eu” legisladora, eleita pela população do Rio de Janeiro e, por isso, ela é representante do povo. Esse destaque do “eu” como mãe e formadora dos filhos deixa emergir o sentido de que seu papel como mãe está acima do seu papel como deputada e o que ela diz no início já é o prenúncio do que ela vai defender no seu pronunciamento, ou seja, a aprovação da Lei afetaria de alguma maneira a formação dos seus filhos:

Como mãe, como mãe eu sou formadora dos meus filhos e como Deputada Estadual eu represento a população. (...)... eu sou missionária católica, mãe de dois meninos, sou deputada representante do povo, representante do povo eu quero representar e defender as crianças e os jovens inocentes.

Lívia Teodora **fala do lugar de deputada estadual** do estado do Rio de Janeiro. Essa posição ocupada por ela outorga-lhe o poder de quem foi eleita pelo povo, o que a autoriza dizer o que diz em defesa dos valores e do bem da sociedade. Ela também **fala do lugar de mãe** de dois meninos e **do lugar de** religiosa ao se colocar como missionária católica. **Esses lugares de onde ela fala** representam diferentes formas de poder e têm suas implicações porque o que ela diz não é dito por qualquer pessoa em qualquer lugar (Foucault, 1970/2008). Ao se colocar como representante e defensora dos jovens inocentes, ela o faz a partir dessas três posições que assume como sujeito do discurso: a mãe de dois meninos, a missionária católica e a deputada representante do povo.

Hoje as 16.30, nós vamos estar votando a PEC, na qual já 32 Deputados se manifestaram contra, dentre eles, eu sou uma delas e gostaria de convidar a vocês que permaneçam por favor até às 16.30 que é a hora que vai abrir para votação, agora é só momento da gente se pronunciar, a votação começa as 16.30. (...) O que eu quero dizer, eu gosto, eu quero frisar, deixar isso bem claro porque esse, essa,

esse momento vai para o diário oficial, eu sou missionária católica, mãe de dois meninos, sou Deputada representante do povo, representante do povo...

As práticas discursivas da deputada, no trecho abaixo, revelam uma preocupação, a de perder o direito de demitir um empregado pelo fato de descobrir que ele é homossexual que, de acordo com o enunciado abaixo, poderia cometer o crime de pedofilia, já que, com a aprovação da PEC nº 23/07, o direito do patrão de demitir um “empregado pedófilo” e, portanto, “criminoso”, seria afetado. Ao explicar os efeitos da PEC nº 23/07, a deputada coloca, **a partir do seu lugar de mãe**, a possibilidade de ocorrer uma situação em que envolveria empregados domésticos que, sendo homossexuais, poderiam praticar o crime de abuso sexual com as crianças:

Só que essa PEC 23 e com essa emenda eu não tenho esse direito, eu vou ter que manter a babá na minha casa cuidando das minhas meninas e sabe Deus se ela não vai inclusive cometer a pedofilia com elas e eu não vou poder fazer nada, eu não vou poder demiti-la. (...) Aí eu contrato ele pra ser motorista da minha casa e... ele... e eu tenho dois meninos em casa, ele começa a vir trabalhar vestido de mulher, travestido, porque essa é a orientação sexual dele, aí eu como mãe de dois meninos, opa! (...) no momento que eu descobrir que o motorista é homossexual e poderia de uma maneira ou de outra estar tentando “buriná” o meu filho, não sei, pode de repente partir pra pedofilia com os meninos, eu não vou poder demiti-lo... (...) Eu quero a lei pra mim também, eu quero a lei pra mim, pra demitir sim, eu quero explicar que na minha casa a orientação sexual é outra!

Considerando que a análise proposta por Foucault, segundo Gregolin (2004, p. 36), deve “perseguir a movimentação dos enunciados, suas movências nos atos praticados por sujeitos historicamente determinados”, no conjunto de enunciados acima identifica-se a **dispersão** do sujeito. Na dispersão, outros sentidos circulam produzindo novos efeitos. Ela

deixa o **seu lugar de legisladora para falar do lugar da mãe** responsável pela formação dos seus filhos. Entende-se que um legislador ocupa um lugar que lhe possibilita agir em defesa do bem comum, pois é eleito pelo povo com essa responsabilidade. Sendo assim, ele deve ser impessoal e imparcial. A oralidade da deputada revela **que o lugar da legisladora dá lugar ao de mãe** deixando transparecer que reivindica uma Lei em benefício próprio, ou seja, a impessoalidade e imparcialidade ficam comprometidas, já que um legislador não deveria legislar em causa própria: *“Eu quero a lei pra mim também, eu quero a lei pra mim, pra demitir sim, eu quero explicar que na minha casa a orientação sexual é outra!”*.

Outra **dispersão** que se identifica nas práticas discursivas da Deputada Livia Teodora ocorre quando fala do lugar de cidadã e reivindica o direito de demitir um empregado por causa da sua orientação sexual. Já quando fala do lugar de missionária católica emerge um discurso justificador, pois o sujeito do enunciado na posição de missionária católica, conseqüentemente, é pregadora do amor ao próximo, sendo assim, ela sente a necessidade de justificar que não tem preconceito e não discrimina, pois pensar e agir dessa forma não condiz com o **lugar da religiosa** ocupado por ela. Vejamos:

E eu venho usar do expediente inicial pra deixar bem claro pras pessoas que me acompanham aí em casa, pras pessoas que me acompanham aí no plenário, no palácio que eu não sou preconceituosa e não discrimino. Eu prego o amor e respeito ao próximo. (...) Eu o respeito como próximo, como ser humano, nós vamos orar e clamar a Deus por ele que a salvação é para todos e Deus é misericordioso. (...) Deixando bem claro, que respeito o próximo respeito o homem e a mulher. (...) Eu, na minha casa, eu tenho primos familiares homossexuais lésbicas e homens homossexuais. O que eu posso fazer? Na minha casa, família de sangue, sangue, pessoas íntimas da minha família, que eu respeito, que eu amo, que eu oro, rezo, clamo e vou fazer o quê?

Ora, se ela prega o amor e respeito ao próximo, quem é esse próximo? Certamente o grupo LGBT não está incluído. Percebe-se que há uma **contradição** no seu discurso, pois reivindicar o direito de demitir um empregado por descobrir que sua orientação sexual diverge do padrão heteronormativo, além de ser uma falta de respeito, revela total falta de amor ao próximo. **As contradições** emergem na sua forma de enunciar e no repertório utilizado para negar tal classificação. Ao mesmo tempo em que nega o fato de ser preconceituosa e discriminativa, reivindica o direito de demitir uma babá se descobrir que ela é lésbica. A figura do homossexual retratada pela Deputada Livia Teodora é a de degenerado, monstro, criminoso e ameaçador. Esses discursos estão na base de todas as formas de violência praticadas contra o grupo LGBT. Entendido dessa forma, cada ato de violência homofóbica praticada pelo Brasil afora é naturalizado, pois as suas vítimas já são condenadas antes mesmo de sofrer tal violência. Por isso, o que impera é a impunidade, pois a maioria dos casos sequer é investigada. Essa constatação vem ao encontro do que afirma o relatório do GGB (2014) em relação ao fato de que esses assassinatos são justificados pela discriminação anti-homossexual, devendo ser considerados crimes de ódio, motivados pela homofobia cultural que trata os gays e travestis como delinquentes cumprindo à risca o ditado homofóbico repetido em todo o país, ‘viado tem mais é que morrer’!

4.1.6. Marcus Constantino.

4.1.6.1 Contextualização.

O padre Marcus Constantino é apresentador de um programa na TV Canção Nova. Os discursos que emergem nas suas práticas discursivas surgiram a partir **de um acontecimento**, conforme explicamos no capítulo I: o reconhecimento, por parte do STF, da união homossexual: *“Nós vimos essa semana, que infelizmente o nosso Supremo Tribunal, a Suprema corte desse país aceitou o reconhecimento da união homossexual. O que é que nos podemos pensar a esse respeito como católicos”*.

Nas práticas discursivas do padre Marcus Constantino, **quem fala** aparece como “nós”, sendo que esse “nós” é a instituição religiosa da qual ele faz parte. Ele assume o papel do religioso que se coloca no centro da instituição católica e **fala em nome dela** com o dever, a coragem, o destemor de dizer a “verdade” sobre o homossexualismo e a ideologia gay:

O que é que nos podemos pensar a esse respeito como católicos. (...) E é porque a igreja católica ama os homossexuais que nós dizemos a você meu irmão. (...) Nós pedimos, apoiados na palavra de Deus... (...) é que nós devemos cuidar pastoralmente das pessoas... (...) Agora, e nós, nós católicos, nós o que devemos... (...) Mas se nós quisermos evangelizá-la, se nós quisermos partir em missão, a primeira missão do católico é arrumar a casa...

A primeira pessoa do plural é predominante, pois o sujeito é atravessado pelo discurso da instituição que representa, ou seja, ele produz esse discurso e é produzido por ele.

Considerando que o discurso é um espaço de poder/saber, **o lugar de onde o sujeito** enuncia é uma das condições da construção discursiva (Foucault, 1969/2008). Ao utilizar a expressão “parresía”, o padre Marcus Constantino já define o que vai dizer como uma verdade que só pode ser dita a partir **do lugar que ele ocupa como sacerdote** de uma instituição religiosa secular e que detém o poder de conduzir seus fiéis espiritualmente. Vejamos:

O parresía dessa a semana é sobre os homossexuais e a ideologia gay. (...) nenhuma ideologia, isso vale especialmente para a ideologia gay, nenhuma ideologia pode cancelar do espírito humano a certeza de que só existe matrimônio entre duas pessoas de sexos diferentes, isso é uma certeza no espírito humano, isso é uma certeza e não adianta você ficar repetindo na cabeça das pessoas uma eternidade inteira. (...) Qualquer um enxerga que quando uma mulher e um homem se unem dali sai uma vida.

O termo parresía vem do grego *parrhêsia*, e seu significado, conforme esclarece o padre Marcus Constantino em sua página na internet:

Remete à coragem, ao destemor de dizer a verdade, mesmo sob pena de ser condenado por isso. É uma característica dos Apóstolos de Cristo logo após terem recebido o Espírito Santo. Deve ser, portanto, uma marca de todo católico confirmado em sua fé.

Nessa perspectiva, **a posição sujeito do padre é de mártir** que não teme dizer a verdade sobre a ideologia gay mesmo que seja condenado, assim como os apóstolos de Cristo que sofreram perseguições e martírios em nome da fé cristã.

Foucault (1982/2010, pp. 42-43), em *O governo de si e dos outros*, sobre a noção de parresía, explica que, para os gregos, o termo remete à direção individual de consciência e significa “fala franca”, “coragem de dizer a verdade”, “liberdade da palavra”, “dizer tudo” e ao mesmo tempo, virtude, habilidade, dever e técnica que têm como objetivo levar o indivíduo a orientar outros indivíduos na sua constituição como sujeitos morais. Percebemos que o uso e o sentido passaram por mudanças ao longo do tempo e foram ressignificados pelos cristãos.

O padre Marcus Constantino **fala do lugar** do religioso católico que defende uma instituição de vasto domínio no mundo, sendo assim esse **lugar de onde ele fala** lhe confere um poder/saber no campo religioso e moral que o autoriza a dizer “verdades” dado o lugar social em que se inscreve. É esse lugar que ele ocupa como sujeito que define o que deve ser dito (Foucault, 1969/2008). O distanciamento do seu dizer pessoal é totalmente deslocado para a instituição ‘Igreja Católica’. Há uma disjunção do sujeito enunciador e o sujeito do discurso. Ele se inscreve em uma **formação discursiva**, cujos elementos são organizados por determinadas regras que, segundo Gregolin (2004), obedecem a um regime geral que repartem regularmente aquilo de que falam, os sistemas e seus referenciais. Os elementos

referentes à instituição católica têm como base a sexualidade regulada como único fim a reprodução da espécie, a condenação à prática homossexual, a obediência aos dogmas, etc. As práticas discursivas do padre Marcus Constantino se materializam em discursos de “verdades” sobre a sexualidade que está sedimentada nos ensinamentos da instituição religiosa que ele representa e é legitimada pela crença de que o que está registrado na Bíblia é a “palavra de Deus revelada aos homens”.

A partir das práticas discursivas dos participantes, identificamos variadas esferas de poder nas quais se inserem os discursos dos sujeitos analisados. **Seus discursos se dispersam em várias posições de sujeito.** No caso do Senador Tito Flávio, ele assume a **posição sujeito** que fala em nome da moral, que evoca a Constituição como a Lei maior, que critica a criminalização da homofobia, que critica o projeto “Escola sem Homofobia”, que relata a fala de uma criança. O pastor Augustus Lívio assume **a posição sujeito** do cabo eleitoral que tem influência junto a seus fiéis para captar votos na eleição de candidatos da FPE, do psicólogo que entende de comportamento, do empresário que paga milhões de impostos. Livia Teodora assume **a posição sujeito** da mãe que sabe como formar seus filhos, da defensora de jovens e crianças inocentes, da deputada empoderada pelo voto da população que a elegeu e que lhe conferiu o mandato. Julius Cesar assume **a posição sujeito** de quem tem vinte anos de carreira como deputado e age em defesa da sociedade, pois considera o projeto Escola sem Homofobia o maior escândalo que já viu. Ele fala também do lugar de cidadão que faz parte da maioria. O padre Marcus Constantino assume **a posição sujeito** de líder religioso que fala com o dever, a coragem, o destemor de dizer a “verdade”, com se fosse um mártir que fala em nome da instituição religiosa da qual faz parte. Já o pastor e Deputado Justiniano assume **a posição de sujeito do** mensageiro e transmissor da mensagem que lhe é enviada por Deus, pois fala como profeta, pregador e pastor que, no momento, está deputado. Todos esses

lugares lhes possibilitam um empoderamento que faz com que seus discursos de ódio, aversão e rejeição aos homossexuais sejam legítimos.

Nessa perspectiva, os dados analisados indicam que o empoderamento dos sujeitos se configura a partir **dos lugares de onde falam**, ou seja, **o poder de quem fala** como senador, pastor, padre, psicólogo, deputado, empresário, mãe, missionária e profeta que buscam os saberes no campo religioso, moral, cultural e pseudocientífico que lhes autorizam dizer verdades sobre a homossexualidade. Percebe-se que eles fazem parte de grupos doutrinários que, por apropriações sociais e certos procedimentos, pretendem controlar os discursos e impor-lhe regras que, de acordo com Foucault (1970/2008), estabelecem quem tem acesso a determinados discursos. Sendo assim, existem exigências para entrar na ordem do discurso. O fato de assumirem posição de liderança os faz entrar nessa ordem que, segundo o autor, abarca os diversos tipos de discursos, como os religiosos, judiciários, terapêuticos e, de certa forma, também político, e não se dissociam dessa prática um ritual que determina para os sujeitos que falam, simultaneamente, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (Foucault, 1970/2008).

O papel de liderança dos sujeitos em questão possibilita-lhes dizer verdades, uma vez que são sujeitos de poder que reproduzem e impõem verdades, como a de que a prática homossexual é imoral, é pecado contra a natureza, é patológica, é comportamental e anormal. Foucault (1976/2011) aponta que o poder é uma força que constitui o sujeito de maneira que seja eliminada dele a possibilidade de resistir ao poder. As práticas discursivas desses líderes nos apontam a existência de uma vontade de verdade que tem como suporte as instituições que representam e em nome de quem falam e alimentam um sistema que tem por finalidade a exclusão. Essa constatação vem ao encontro do que aponta Foucault (1976/2011), pois a vontade de verdade foi um dos sistemas de exclusão mais enfatizado por esse autor, uma vez que tem como apoio as instituições e, através de um conjunto de práticas, dentre elas a

pedagogia, os sistemas de livros, as bibliotecas, as sociedades antigas e os laboratórios de hoje reforçam e reconduzem esses sistemas simultaneamente. Conforme vimos nos discursos materializados nas práticas discursivas desses líderes, as verdades preconizadas por eles em relação à homossexualidade estão associadas a uma moral da assepsia e da conexão entre a doença e o pecado, que, segundo Foucault (1976/2011), está relacionada com a vontade de saber. Ao explicar a origem do homossexualismo: *“o que é homossexualismo? É um homem ou uma mulher por determinação genética e homossexual por preferência aprendida ou imposta, é isso aqui, não tem ordem cromossômica homossexual”*, a definição do pastor Augustus Lívio remete ao discurso científico que, durante o século XIX, imprimiu maior legitimidade aos discursos sobre a sexualidade e foi denominada por Foucault (1976/2011) como a *scientia sexualis*, pois pretendia esclarecer esse aspecto do ser humano produzindo uma gama variada de discursos com o objetivo de dizer “verdades” sobre o sexo que perduram até hoje.

Nesse sentido, verifica-se, também, consonância em relação ao fato de que a história, a religião e a ciência imprimiram um modelo idealizado de sexualidade. Essa interpretação vem ao encontro do que Ceccarelli (1999) aponta sobre o fato de que o modelo de identidade sexual idealizado em nossa cultura é o heterossexual, não sendo visto pela ótica da construção cultural, mas tratado como uma verdade. Dessa forma, o indivíduo que não se ajusta ao padrão idealizado de sexualidade (heterossexual) sofre todas as formas de violência: física, moral e simbólica.

Observa-se, ainda, nos discursos analisados, que há uma imposição de regras no que se refere à sexualidade, e o sexo é considerado um assunto político e religioso que é regulado por meio dos discursos. Estamos no século XXI e ainda há uma imposição em relação à sexualidade que pretende determinar o que é “normal” e “anormal”, o “proibido” e o “permitido” em relação ao sexo. Esse contexto representa o que Foucault (1976/2011) aponta

como os traços principais da representação jurídico-discursiva do poder, pois estabelece uma relação negativa no que se refere ao sexo, de rejeição, exclusão, ocultação e mascaramento entre o poder e seu objeto, além disso, essa representação jurídico-discursiva dita a lei a respeito do sexo e o reduz ao que é permitido e ao que é proibido e, por meio do discurso, promove um estado de direito.

O Deputado Julius César, o pastor Augustus Lívio e o Deputado Justiniano, quando se referem aos homossexuais, expressam-se de por meio de gritos e gestos que refletem os sentimentos de uma pessoa encolerizada, tomada pela repulsa, aversão e pelo desespero. Sobre esse fato, Borillo (2010) explica que se trata de uma homofobia irracional ou psicológica que é caracterizada por um sentimento de medo, aversão e repulsa comparada, segundo o autor, a um sentimento ou emoção do tipo fóbico, assim como a claustrofobia (medo de permanecer em ambiente fechado) ou zoofobia (medo diante de certos animais). A homofobia irracional ou psicológica é, também, conforme esse autor, uma atitude irracional que se origina em conflitos individuais.

Os discursos materializados nas práticas discursivas desses líderes obedecem a determinadas regras e as coisas ditas estão relacionadas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo e revelam uma luta entre controle e resistência que segrega e marginaliza milhões de pessoas. Esses dados vão ao encontro do que postula Foucault (1976/2011) sobre a regra de prevalência tática dos discursos, pois, segundo esse autor, poder e saber se implicam mutuamente e se articulam exatamente no discurso entendendo-o como um conjunto de segmentos descontínuos sem uma divisão que coloca o discurso admitido e o discurso excluído ou o discurso dominante e o discurso dominado, mas admite uma pluralidade de elementos discursivos que podem entrar em diferentes estratégias. Além disso, ressalta o autor, por ser o discurso um jogo complexo e instável, ao mesmo tempo é instrumento e efeito de poder.

Em relação ao pressuposto de que as práticas discursivas homofóbicas materializam-se em discursos de aversão, rejeição, exclusão e são legitimadas institucionalmente, pode-se concluir que é isso o que ocorre. Considerando que o discurso é uma forma de atuar sobre o outro e que o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder e é constitutivo do seu discurso (Foucault, 1969/2008), é possível concluir que, de forma geral, **os lugares de onde os participantes desta pesquisa falam** são lugares institucionalizados onde as relações de saber/poder que se estabelecem entre **quem fala** e de **onde falam** possibilitam-lhes, por meio do discurso, afirmar e impor verdades, pois, segundo Foucault (1969/2008), o sujeito é definido pelo **lugar de onde fala**. Sendo assim, quando esses indivíduos falam, seus discursos trazem como enunciado que eles são personagens de poderes como o **poder de quem fala do lugar** de padre, de pastor, de político, de quem tem o poder advindo dos homens, dos cidadãos brasileiros pelo voto, de profeta representante de Deus. Sendo o nosso país de credo religioso cristão, Deus é inquestionável. Os saberes tais como: o saber de mãe que forma, que cuida e que educa, que sabe o que a criança precisa; o saber do psicólogo que sabe tudo a respeito do comportamento humano; o saber de quem tem experiência de 20 anos em criar leis, nesse caso, o sujeito do enunciado é a Lei.

Identificam-se, nesses discursos, estratégias discursivas, como distorção ou falseamento das informações em relação ao *kit gay*, gestos e tom de voz de uma pessoa encolerizada diante do escândalo que é, para eles, tratar do tema da diversidade sexual na escola e da indignação que sentem diante da proposta do PLC 122/06, que é a criminalização da violência motivada por homofobia. Além desses elementos há outros que vão desde prescrições e normas em relação ao sexo até a invocação de elementos sobrenaturais que se apoiam em estratégias de poder e de saber e, conforme Foucault (1976/2011), esses são mecanismos de dominação, através de discursos que têm por objetivo o controle sobre o

corpo, por meio das relações de poder. O corpo é intensamente marcado e atingido como alvo desses mecanismos de sujeição e de controle.

Nos discursos analisados, identifica-se uma variedade de recursos que são usados para atravessar a consciência dos sujeitos, tais como: o uso de expressões que causam pavor nos pais diante da ameaça de que a escola possa se transformar em uma academia, fazendo com que seus filhos se tornem homossexuais; mensagem que vem diretamente de Deus por meio do profeta; citações de textos bíblicos; explicações baseadas em estudos da ciência comportamental; alusão ao reino dos céus onde não há lugar para os indivíduos homossexuais que não se dedicam à castidade e de ameaças por doenças tanto físicas quanto mentais. São criadas verdades, como a de que o projeto Escola sem Homofobia é uma academia de homossexualidade, que garantir direitos de homossexuais é dar privilégios que impedem direitos de outros, que é desperdício de dinheiro público. Outras verdades são impostas, como no caso do Senador Tito Flávio e do pastor Augustus Lívio, quando afirmam que garantir direitos ao grupo LGBT é privilegiá-los e que as políticas de direitos humanos não devem incluir o grupo LGBT. Ao criar e impor essas verdades, outras verdades são sufocadas, ou seja, que homossexuais são cidadãos trabalhadores, que pagam seus impostos e, portanto, têm os mesmos direitos de cidadania garantidos pela constituição. Para atravessar a consciência do sujeito, eles investem em todas as formas possíveis de poder, de controle, por meio de discursos religiosos, científicos e políticos produzindo o indivíduo, o corpo, o desejo, ditando o que é certo e o que é errado, o que é normal e anormal. Esse assujeitamento se dá por procedimentos de controle que o poder instaura por meios de saberes que atravessam a consciência dos sujeitos de forma que os indivíduos se tornam dependentes, domesticados e incapazes de pensar por si mesmos. A forma como esses líderes criam e impõem suas verdades encontra explicação em Foucault (1976/2011) quando diz que o poder é a capacidade que tem um determinado sujeito de impor a sua verdade como verdade para o

outro. O poder cria a verdade, o que existe é a verdade que o poder pode repetir até que um indivíduo acredite como sua verdade e tem o poder de impô-la e sufocar outras verdades possíveis e, além disso, prossegue o autor, utiliza o que possa encontrar para penetrar na consciência dos sujeitos e assujeitá-los.

Se, como afirma Foucault (1976/2011), a sexualidade é uma construção discursiva engendrada pelo mecanismo de saber/poder que produz a hétero e a homossexualidade, qual verdade está sendo sufocada nos discursos desses líderes? É essa reflexão sobre a sexualidade colocada por Foucault que nos faz concluir que esses discursos escondem o fato de que homossexualidade é tão natural quanto a heterossexualidade.

4.2. Discursos contrários às políticas públicas de enfrentamento da homofobia

Este tópico tem a finalidade de apreender o funcionamento do discurso em um conjunto de enunciados e as materialidades que constituem os sentidos, tendo como ponto principal a arqueogenealogia de Foucault, conforme explica Gregolin (2007, p. 13): “o discurso é tomado como uma prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos”.

Na oralidade dos líderes religiosos analisados nesta tese, emergiu uma variedade de discursos que excluem os indivíduos que fogem ao padrão heteronormativo. Pode-se identificar um discurso que constitui o grupo LGBT como indivíduos que não merecem ser incluídos nas políticas públicas voltadas para o reconhecimento dos seus direitos de cidadania. Vejamos:

Então nós temos que resistir o governo, nós temos que resistir o Sr. Ministro com esse “kit”. (...) ... e aqui diz que é pra discutir políticas de discriminação e pobreza. O que é que um assunto tem a ver com outro? Tá aqui a convocação da Presidente, assinada pela secretaria de Direitos Humanos. Direitos humanos é atender a criança abusada, direitos humanos é fazer um grande trabalho preventivo nesse país pra

evitar abuso de criança, num país que está entre os três maiores abusadores do planeta. Direitos Humanos é socorrer quem é assaltado, quem tem o filho é assassinado, quem tem o filho atropelado por um bêbado (...). (Senador Tito Flávio)

O que se percebe na fala do Senador é um discurso em que existem humanos mais e menos humanos, logo os menos humanos não têm direitos. Quando observamos os dados dos últimos relatórios que contabilizam os atos de violência praticados contra o grupo LGBT, vamos constatar a dura realidade que coloca o Brasil em primeiro lugar no ranking de violência homofóbica. O Senador ignora o fato de que de todas as “minorias”, os homossexuais são os mais vulneráveis (Mott, 2006). O fato de que a cada 28 horas um gay é assassinado no Brasil não merece atenção, afinal, conforme relata o GGB (2014), esse *homocausto*, termo cunhado pelo antropólogo paulista Luiz Mott, professor da Universidade Federal da Bahia, fundador do GGB e coordenador da pesquisa que contabiliza o número de assassinatos motivados por homofobia, passa despercebido diante do poder público. Essa realidade cruel conta com a cumplicidade de líderes religiosos e políticos cristãos que não se cansam de repetir o que parece ser um refrão, como o que vemos no conjunto de enunciados abaixo:

Que conversa é essa? Que paridade esses caras tão querendo? Aqui começa o erro. O erro começa aqui. Eles tão querendo uma coisa que eles não têm direito. (...) Vamo começar aqui essa historia, porque a história é muito interessante, eu acho que é uma afronta aos negros eu começo aqui, isso aqui é uma afronta aos negros querer comparar comportamento o negro não nasceu branco ou pediu pra ser negro ou branco ele é. A criança ela não pede pra ser criança, ela é. O idoso ele não pede pra ser idoso, ele é. Homossexualismo é comportamental... (gargalhada). Querem dá status a comportamento, a raça. (Pastor Augustus Lívio)

Quando eu digo que negro não pediu pra nascer negro, portador de deficiência não pediu, ninguém pediu pra nascer velho, ninguém pediu pra nascer índio, sabe. Mas o sujeito faz uma opção, a sua opção sexual é um problema dele agora não pode é criar um império homossexual no Brasil onde a minoria pode tudo e a maioria não pode nada. (Senador e pastor Tito Flávio)

Eu quero ter a liberdade de ter a orientação sexual aquela para que eu fui criada também, é aquela que eu tenho fé e sirvo, sempre respeitando a orientação de cada um e a liberdade de cada um, mas eu voto contra a PEC 23. Deus abençoe a todos. Tenham todos, uma boa tarde! Que o espírito santo possa hoje nesta assembleia cair fogo do céu aqui. (Deputada Livia Teodora)

A ausência de uma política pública específica em defesa da vida dos homossexuais revela o descaso e evidencia, conforme enfatiza Louro (2001), o processo de ocultamento de determinados sujeitos pela via do silenciamento com a clara intenção de eliminá-los. Para a autora “a negação e a ausência, nesse caso, funciona como uma espécie de garantia da norma” (p. 89).

Os líderes cristãos, muito bem intencionados na defesa da família brasileira, gritam em alto e bom tom que o investimento nas poucas ações de combate à homofobia é um desperdício do dinheiro público:

Diz que não tem gasto dinheiro público, mas aqui tem uma convocação da Presidente da República. A Presidente da República convocando Conferencia Nacional de políticas GLBT – lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais..., nada contra, mas para ser pago com dinheiro publico. (Senador Tito Flávio)

(...) isso é uma vergonha, isso aqui é a primeira questão, é vergonhoso, é ver-go-nho-so esse negócio (...) Agora eles são parasitas do Estado. Comem milhões de governo federal, governo estadual, governo municipal, estatais pra ficar dizendo quem é

homofóbico ou não e pra fazer patrulhamento! Isso é uma vergonha! Comem milhões! (...) eles são sustentados por isso, interessa a eles isso. (Pastor Augustus Lívio)

E não adianta, você pode espernear, fazer passeatas, encher a Avenida Paulista quanto quiser. Gastar milhões e milhões de nossos contribuintes porque infelizmente o nosso governo desavergonhadamente apoia essa ideologia, você pode gastar milhões de reais e milhões de dólares de dinheiro de fundações internacionais e de contribuintes brasileiros (...). (Padre Marcus Constantino)

O dinheiro público, para eles, não pode ser gasto em ações para proteger a vida desses cidadãos já que, de acordo com suas práticas discursivas, a homossexualidade é algo vergonhoso, imoral e ameaçadora da ordem social heteronormativa:

Eu quero tratar de um assunto aqui que no meu entender, pra mim, em 20 anos de Congresso é o maior escândalo que eu tomei conhecimento até hoje. Esses gays, lésbicas querem que nós, a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade. (Deputado Julius César)

Eu fui prestar agora um serviço à nação brasileira. Levantei um plebiscito, no plebiscito precisava de “apoio” de um terço da Casa, (...) para o que os homens e mulheres assinassem dizendo que nós queremos ouvir do povo brasileiro sobre o casamento de homossexuais, queremos saber se a nação brasileira, se a família brasileira aprova a união de dois homens e duas mulheres que estão aí a torto e a direita “defamando”, destruindo aquilo que é sagrado e santo. (Pastor Justiniano)
Vossa Excelência que é católico, praticante, que sabe que Deus criou macho e fêmea e essa Casa não fará um terceiro sexo com uma lei porque há de esbarrar nos homens e mulheres que acreditam em princípios e uma minoria barulhenta jamais se sobreporá a uma grande maioria que é a família nesse país. (Senador Tito Lívio)

“(...) isso é a minha primeira questão, isso é uma vergonha, isso aqui é a primeira questão, é vergonhoso, é ver-go-nho-so esse negócio”. (Pastor Augustus Lívio)

Por que esses **discursos** estão sendo evocados nos espaços institucionais e por sujeitos representantes do poder? Percebe-se, aqui, o que Foucault (1970/2008) estabelece como procedimentos que permitem controlar e impor certas regras e certas exigências para entrar na ordem do **discurso**. Vê-se, a partir dos enunciados, um ritual que determina propriedades singulares e papéis preestabelecidos para os sujeitos que falam, seja no discurso religioso, seja no discurso científico, ou no **discurso** político, eles possuem a função de produzir, conservar e distribuir esses discursos (Foucault, 1970/2008). Nos pronunciamentos realizados nos espaços das Assembleias Legislativas, no plenário do Senado e na pregação do pastor, na igreja, religião e política se misturam dando-nos a impressão de que vivemos em um estado teocrático. Essa estratégia parece imprimir maior legitimidade aos discursos homofóbicos, já que no discurso religioso a voz que fala é a voz de Deus nas figuras do padre, do profeta e do pastor. Tudo se justifica em nome da moral, dos bons costumes, da família e de uma pseudociência. As formas como o poder se materializa nesses **discursos** possuem uma correlação com o que Foucault (1969/2008) nomeia de dispositivo, entendendo a sua localização em uma posição estratégica dominante, que supõe sempre uma intervenção em relações de força e se inscreve em um jogo de poder, que produz, entre outras coisas, saberes que constituem um suporte para o dispositivo e, ao mesmo tempo, são sustentados por ele. Esses líderes que se apresentam como sujeitos da razão classificam os gays como uma ameaça à ordem estabelecida. No conjunto de enunciados abaixo, eles alertam sobre a existência de uma conspiração que traz a ideia de um plano dos gays que pretende dominar a maioria com o objetivo de destruir o patrimônio cultural e moral do cristianismo. Vejamos:

Um Gay é uma pessoa que está engajada politicamente e essa pessoa engajada politicamente ela tem uma agenda, uma agenda política e uma ideologia que

pretende com sua ideologia acabar com o patrimônio cultural e moral do cristianismo. Essa ideologia gay ela é compacta, unida, ela é treinada e muito subsidiada, ou seja, esses caras têm dinheiro, tem dinheiro do governo e tem dinheiro internacional para levar para a frente a sua ideologia. (Padre Marcus Constantino)

(...) agora não pode é criar um império homossexual no Brasil onde a minoria pode tudo e a maioria não pode nada. (...) Que brincadeira é essa? Criaremos, então, um império homossexual em nome de uma minoria que grita tentando sufocar uma grande maioria (...). (Senador Tito Flávio)

Os avanços do movimento LGBT e suas conquistas são vistos como uma ameaça aos pilares das instituições religiosas. Esses líderes constroem suas verdades intencionalmente com a finalidade de provocar certo pânico na população que, sendo religiosa, acredita que isso possa acontecer. Essa constatação encontra consonância nos postulados de Foucault (1979/1986) em relação à ideia de que a verdade pertence a este mundo, pois há uma multiplicidade de que coerções e efeitos regulamentados de poder que produzem as verdades. As verdades produzidas por esses líderes têm como consequência gerar mais ódio aos gays.

Encontra-se, ainda, nesses discursos, uma classificação dos homossexuais como pervertidos, imorais, pedófilos, promíscuos, criminosos, doentes e o seu convívio deve ser evitado. Percebe-se que há uma correlação direta entre pedofilia e homossexualidade:

“(...) mas na verdade esse “kit” é um incentivo a promiscuidade... (...) Esses gays, lésbicas querem que nós, a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade”. (Deputado Julius César)

(...) é a opção deles. Agora, não desrespeito, na sou preconceituosa, não deixo de conversar com eles, não deixo de amá-los como seres humanos, como filhos de Deus, mas não vou permitir que por uma desculpa de querer proteger ou pra que se acabe com a violência, a homofobia, a gente abra uma porta para a pedofilia, porque a

orientação sexual pode ser qualquer uma, ela pode ser, como eu coloquei antes, uma relação sexual com uma criança, com um menino e as crianças vão ficar prejudicadas. (...) eu estou defendendo as crianças e os jovens de uma porta pra pedofilia. (Deputada Livia Teodora)

Convém lembrar que a pedofilia é considerada crime hediondo de acordo com o Código Penal atual e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A pena mínima de reclusão para quem cometer esse crime é de 5 a 10 anos com multa. Esses aspectos negativos em relação ao grupo LGBT, que emergem nas práticas discursivas desses líderes, de acordo com Prado (2010), mostram que é preciso refletir sobre as práticas violentas e silenciosas de exclusão, uma vez que, segundo o autor, o sentimento de rejeição não só reside nos indivíduos, mas também se articula na cultura e nas instituições.

Os autores dos enunciados vão imprimindo suas verdades sobre os gays por meio de discursos de intolerância, de perseguição, de rejeição que incitam à violência explicitamente. Para o Deputado Julius César é preciso corrigir com palmadas, caso o pai perceba que o menino possa apresentar desvio de conduta. Entende-se esse “desvio de conduta” como características relacionadas à feminilidade: *“Se um garoto tem um desvio de conduta logo desde jovem ele tem que ser reconduzido ao caminho certo nem que seja com umas palmadas”*. O discurso que sustenta a ideia de que a orientação sexual é um desvio de conduta foi produzido, segundo Foucault (1976/2011), a partir do século XVIII pela *scientia sexualis* com o objetivo de produzir verdades sobre a sexualidade humana. Essa ideia, da homossexualidade como uma prática desviante, pode ser vista no seguinte enunciado: *“A história começa aqui. O que é homossexualismo? É um homem ou uma mulher por determinação genética e homossexual por preferência aprendida ou imposta, é isso aqui, não tem ordem cromossômica homossexual (...).”* (Pastor Augustus Lívio)

E como se não bastasse todas as acusações imputadas aos gays, eles também são responsáveis pelo surgimento cada vez maior de homossexuais:

Você nunca parou pra perguntar, ou nunca ouviu alguém dizendo: gente, nunca vi em toda história tantos gays assim! De onde é que saiu tantos gays assim? Eu te explico de onde sai. Nos últimos vinte anos o ativismo gay conseguiu travar a boca da igreja, não a igreja evangélica apenas, a igreja católica tem que ser chamada pra essa responsabilidade também, os nossos professores têm que se chamados pra responsabilidade também, tiraram o ensino religioso das escolas. (Deputado Justiniano).

Observa-se, também, nos discursos desses líderes, que eles não consideram uma violência desqualificarem os membros do grupo LGBT e considerá-los como pervertidos, doentes, pedófilos, parasitas, ameaçadores e imorais. Para eles a violência homofóbica está restrita à agressão física, pois entendem que é natural discriminar os homossexuais, como no caso da demissão de um trabalhador ou trabalhadora pelo fato de serem homossexuais: “Homofóbico é aquele que quer matar, quer destruir, quer enforcar, não suporta quer ver quer sangrar esse é o homofóbico, esse precisa ser punido.” (Senador Tito Flávio). Para Borillo (2009), essa forma de violência e inferiorização do outro conta com a cumplicidade jurídica, científica, cultural e institucional. Para eles, o direito de uma pessoa não aceitar uma empregada lésbica ou um motorista gay não significa uma violação dos direitos humanos, pois consideram que a liberdade de expressão é um direito válido, mesmo que seja para excluir e inferiorizar o grupo LGBT:

(...) ceis sabiam que o artigo 5º da Constituição não pode ser mudado... por emenda, não pode, tá no artigo 60 parágrafo 4, não pode ser mudado. Não tem como ser mudado. A liberdade de expressão, a liberdade por convicção de crença, religiosa e política ninguém pode ser cerceado. (...) mas eles... se o pai ou mãe descobre que a

babá do seu filho é homossexual e não quer um homossexual orientando, dois a cinco anos de cadeia. Que lei é essa? Fere princípios constitucionais. Nós não podemos aceitar isso. É um lixo! (Pastor Augustus Lívio)

Ora, se somos todos iguais com os mesmos direitos, eu também tenho que ter o direito de não querer um funcionário homossexual na minha empresa se for da minha vontade. (...) É a opção deles. Agora, não desrespeito, não sou preconceituosa... (Deputada Lívia Teodora)

Nesse sentido, os discursos apresentados nas práticas dos sujeitos desta pesquisa, que classificam os indivíduos homossexuais como pessoas desprovidas de dignidade, vão ao encontro do que diz a literatura, pois autores como Borillo (2009, 2010), Cecarelli (1999) e Junqueira (2009a) nos mostram que a homofobia é uma prática que está arraigada na nossa sociedade e configura-se como uma forma de exclusão legitimada por instituições no campo religioso, educacional, jurídico e social, constituída dentro de uma lógica perversa sustentada por discursos historicamente construídos.

Encontra-se, ainda, um discurso que coloca os homossexuais em campos opostos. O homossexual ativista é demonizado enquanto o homossexual que não reclama por seus direitos é um ser fragilizado que precisa da ajuda dos líderes da igreja para reprimir a sua sexualidade ou para curá-lo:

Porque o ativismo gay, eu não estou falando dos homossexuais porque eles precisam do nosso apoio, da nossa oração, aliás, a palavra gay já diz o que eles são: alegres. Então essas pessoas alegres levam tudo na brincadeira. Eles não são problema, o problema é o ativismo gay. O Problema são pessoas que tem na sua cabeça um engendramento de satanás (...). (Deputado e Pastor Justiniano)

Um homossexual não é um gay. Um Gay é uma pessoa que está engajada politicamente e essa pessoa engajada politicamente ela tem uma agenda, uma agenda

política e uma ideologia que pretende com sua ideologia acabar com o patrimônio cultura e moral do cristianismo. (...) Aquele rapaz e aquela moça que você conhece e sabe o drama que ele vive. Sim, o drama real de cada homossexual que é profundamente amado pela igreja, sim porque ninguém mais nesse país ama os homossexuais do que a igreja. (...) E é porque a igreja católica ama os homossexuais que nós dizemos a você meu irmão, a você minha irmã, que é homossexual, pare de se machucar, pare de se maltratar, pare de se fazer mal. (Padre Marcus Constantino)

O resultado desses discursos por parte de líderes que possuem representatividade política chama a atenção porque acontecem em um momento em que houve um aumento significativo em nosso país de casos violência motivadas por homofobia, conforme indica o relatório 2012 e 2013 (Calaf et al., 2012; GGB, 2014).

Nesse sentido, Abramovay et al. (2004) indicam que são muitos os preconceitos em nome da sexualidade que ferem a dignidade da pessoa, pois, em nome da virilidade, da masculinidade e das regras, é imposta uma única forma de vivenciar a sexualidade, e a violência homofóbica é legitimada por padrões culturais que alimentam, de forma simbólica e explícita, as hierarquias e os moralismos. Sendo assim, preconceitos e discriminações são expressos de forma tão naturalizada que não são vistos como violência, uma vez que, para eles, a condenação à prática homossexual está legitimada através dos discursos religiosos, culturais e pseudocientíficos. Essa homofobia é cotidiana e pode ser classificada como violência simbólica, pois se expressa de forma dissimulada, com a internalização da cultura dominante, sendo que o dominado não se opõe ao seu opressor, uma vez que ele não se percebe como vítima desse processo, ou seja, o oprimido considera a situação natural e inevitável (Bourdieu & Passeron, 1975). Em muitos casos, as vítimas da homofobia sequer a percebem como violência, tal é a sutileza com que se manifesta.

Os discursos de verdade na voz desses líderes só reforçam a situação de exclusão do grupo LGBT. Nesse sentido, Foucault (1976/2011) aponta que existem mecanismos de poder/saber que produzem, reproduzem e disseminam as verdades que promovem a exclusão de determinados grupos sociais. O que se percebe, nas práticas discursivas desses líderes, é a existência de uma estratégia de poder que, de acordo com Foucault (1976/2011), tem o objetivo de conseguir integrar os discursos que sustentam a repressão. Um poder, que segundo esse autor, adquire várias formas e não se esgota nos mecanismos negativos da proibição, repressão e limitação como conceberia a história tradicional, mas opera de uma forma estratégica com mecanismos de controle e de normatização e o corpo está sempre sob controle, pois está mergulhado em um espaço que é político, de modo que as relações de poder se voltam para ele. As consequências desse poder, de acordo com o autor, são de garantir a vida e, para tanto, foi instaurada a norma, para que se pudesse produzir mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. É o que Foucault (1976/2011) denomina como biopolítica e biopoder, que se constituiriam como poder sobre a vida (políticas de sexualidade), mas também como poder sobre a morte (racismo moderno) e, em última instância, trata-se da estatização da vida, considerada em termos biológicos. O tema da sexualidade encontra-se precisamente no entrecruzamento entre os dois eixos da tecnologia política da vida, a do indivíduo e a da espécie, a do adestramento dos corpos e a regulação das populações e, segundo Foucault (1976/2011), a partir do século XVII, a forma de poder se transforma com o objetivo de governar não só o indivíduo, mas o coletivo, a população, a sociedade. Esse controle, segundo o autor, se daria não apenas através da disciplinarização dos corpos, mas também das mentes. Trata-se da biopolítica, que visa à disciplinarização através da gestão da vida, dos hábitos, etc.

O que se vê nesses discursos é uma estreita relação entre a religião e a política, ambas fazendo parte de um mecanismo de saber e poder que produzem discursos de verdade e têm

por objetivo dominar mentes e corpos. Os religiosos chegam ao poder por meio do voto de seus fiéis e assumem seus mandatos com o compromisso de defender os interesses relacionados aos temas religiosos que, em muitos casos, servem de justificativas para excluir minorias. Os avanços do movimento LGBT e suas conquistas são vistos como uma ameaça aos pilares das instituições religiosas.

Em relação ao pressuposto de que as práticas discursivas fomentam os discursos que negam ao grupo LGBT a sua inclusão nas políticas públicas de direitos humanos, pode-se perceber que é o que ocorre, pois as práticas discursivas de todos os participantes desta pesquisa se materializam de forma que não reconhecem nenhum direito de cidadania em pé de igualdade aos heterossexuais.

4.3. As bases em que se fundamentam as práticas discursivas homofóbicas de líderes políticos e religiosos

Identifica-se, nas **práticas discursivas** dos participantes, um discurso da Lei natural que coloca a relação heterossexual como a única forma aceitável de sexualidade. A partir de uma relação **interdiscursiva** com textos religiosos, os participantes constroem discursos sobre a sexualidade somente para fins reprodutivos: *“vejam qual é a realidade, o mundo real é que quando você une um pênis e uma vagina nasce uma criança, este é o mundo real”* (Padre Marcus Constantino); *“Deus criou macho e fêmea”* (Senador Tito Flávio); *“Deus criou o homem e mulher para perpetuar a espécie”* (Lívia Teodora). Percebe-se, nos enunciados acima, uma forma idealizada de sexualidade que vem ao encontro do que aponta Ceccarelli (1999) ao afirmar que em todas as sociedades é natural a criação de um ideal. Segundo o autor, a tradição judaico-cristã influenciou a nossa cultura ocidental na criação de ideais e fixou a normalidade em termos de sexualidade de forma que se considera normal a sexualidade que tem como referência o comportamento dos animais e com função de preservar a espécie.

Sobre o discurso religioso acerca da criação do homem e da mulher para perpetuar a espécie, do pecado que só leva à morte e destruição e da salvação da alma, identificado nas práticas discursivas dos participantes, podemos encontrar uma correlação com o que Furtado e Caldeira (2010) postulam sobre o fato de que existe uma história de conflitos secular entre o cristianismo e a diversidade sexual. Para esses autores, a Bíblia vem sendo utilizada como um meio para promover a exclusão e gerar a violência, pois os argumentos religiosos têm nela sua sustentação e é utilizada, segundo os autores, como uma ferramenta que resulta na exclusão dos homossexuais. Os autores afirmam ainda que, pelo fato de a Bíblia possuir uma linguagem metafórica que mescla relatos míticos e realidade, a sua interpretação pode ser conduzida por diversos caminhos, ou seja, uma leitura feita de forma literal leva ao ódio, à rejeição, ao preconceito e, conseqüentemente, à discriminação. Para Furtado e Caldeira (2010), o fundamentalismo religioso tem suas justificativas calcadas nos textos bíblicos. Embora, afirmam os autores, na mesma Bíblia haja mensagens de amor ao próximo, salvação e inclusão, elas não são levadas em conta no caso da diversidade sexual. O que se identifica nos discursos analisados é que a ideia de inclusão dos homossexuais com o sentido religioso está presente nos discursos analisados, mas ela só é possível se eles renunciarem à prática homossexual.

Foram identificados nos pronunciamentos dos líderes políticos e religiosos discursos fundamentados nas bases da homossexualidade concebida como pecado contra a natureza, obscena e amoral. Esses discursos que definem a sexualidade a partir da Lei natural da criação e da reprodução da espécie humana são feitos por líderes políticos e religiosos que internalizam e reproduzem o poder de guiar espiritual e politicamente a sociedade brasileira. Essas são as práticas institucionais que definem o permitido e o proibido em relação ao sexo, segundo Foucault (1976/2011). O discurso homofóbico, como vimos, é utilizado para controlar o desejo, porque seria a forma de governo de si, de autonomia contra o poder e a

normatização que põe em risco o controle dos corpos e das mentes. Nesse contexto, é possível compreender a importância que a sexualidade chega a adquirir no jogo político. Matriz das disciplinas e jogo das regulações, segundo Foucault (1976/2011), a sexualidade se torna, no século XIX, um assunto de manobra política, de campanhas de moralização e de responsabilização. Ela é apresentada, de acordo com esse autor, como significado de força e vigor biológico de uma sociedade.

Um aspecto identificado nas práticas discursivas do padre Marcus Constantino e que está relacionada às bases em que se fundamentam as práticas discursivas homofóbicas é a valorização da castidade como uma forma de salvar a alma e chegar ao céu.

Isso é um dever de todo pastor, isso é um dever de todos os padres, é um dever de cada católico, não discriminar esses nossos irmãos, essas nossas irmãs, mas querer o bem deles e o bem verdadeiro significa querer vê-los no céu. Querer ver a salvação da alma deles. Por isso, meu irmão, minha irmã você que tem tendência homossexual receba esta declaração de amor da igreja católica. A igreja católica ama, ama verdadeiramente você, por isso quer a sua salvação eterna. (...) Precisamos dar abrigo e acolhida para os homossexuais dentro da igreja convidando-os a viver a castidade que é o único caminho de santificação. Caiu, levanta, tenha coragem, não desanime, não é impossível, Deus não pede de você o impossível. Deus te dá a graça, mas é necessário para viver a castidade.

Esse discurso da castidade para salvar a alma vem ao encontro das observações de Foucault (1984/2010) sobre a moral cristã e a moral pagã. Esse autor faz uma descrição mais individual, moral e prescritiva em relação à sexualidade e, a partir de uma leitura dos textos prescritivos, médicos e filósofos da Antiguidade, o autor lança uma problematização que se reconhece, se estabelece e se valoriza em relação à sexualidade buscando as articulações em torno do sexo e estabelecendo uma comparação entre a “moral no paganismo” e a “moral no

cristianismo”. O autor observa que, na Antiguidade clássica, a problematização em relação à atividade e aos prazeres do sexo giravam em torno das práticas de si onde o que estava em jogo eram os critérios de uma “estética da existência”. A moral cristã, ao contrário, prossegue o autor, assinala um valor moral à sexualidade de forma pejorativa e a relaciona ao pecado, ao mal, à morte, como se fosse um estigma natural. No paganismo, a sexualidade tem significações positivas e inclui o prazer como algo associado ao sexo e o reconhece como necessário ao desenvolvimento de uma existência saudável. Já no cristianismo, a função do sexo é reprodutiva, o prazer seria uma consequência e não a causa das relações sexuais. É essa moral cristã que se vê nos discursos de padre Marcus Constantino, do Senador Tito Lívio, da Deputada Livia Teodora quando eles falam da “santificação”, da “castidade”, “Deus criou o homem e mulher para perpetuar a espécie”.

Em um país como o Brasil, onde a maioria pertence a religiões cristãs, a utilização dos discursos calcados nos textos bíblicos lhes dá legitimidade, pois estão sedimentados em crenças da palavra verdadeira sem possibilidade de contestação. Esses dados encontram respaldo em Borillo (2010), ao apontar as bases na qual se fundamenta a homofobia, pois, segundo esse autor, foi com o surgimento do cristianismo que se buscou na lei judaica a hostilidade aos atos homossexuais e quem os praticava era colocado à margem da natureza, excluído da salvação, sendo esse o elemento precursor e capital da ideologia homofóbica.

Pode-se perceber, também, que os discursos construídos pelos participantes desta pesquisa coloca o grupo em uma posição de inferioridade, como se não fossem dignos de ter direitos e, por isso, devem permanecer no anonimato, pois a sua visibilidade e o exercício de cidadania em pé de igualdade em relação aos heterossexuais é uma afronta às pessoas “normais”. Para eles, o fato de o grupo LGBT reivindicar direitos de igualdade e de ter sua sexualidade visível é um escândalo, pois provoca um deslocamento dos valores morais estabelecidos e legitimados pelas instituições religiosas e familiares. Essa constatação

encontra consonância na afirmação de Rocha (2011), o qual explica que a nossa sociedade é sedimentada pela heteronormatividade e pelo machismo, naturalizadas a partir das práticas e identidades hegemônicas, sendo esta, de acordo com o autor, a nossa conjuntura político-social. Seguindo esse raciocínio, Borillo (2010) afirma que é preciso levar em consideração que a homofobia só é concebida porque há uma ordem sexual que organiza as relações sociais entre sexo e sexualidade, ou seja, os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher são naturalizados pela diferença entre os dois sexos. Essa ordem, segundo o autor, determina que o feminino deve ser complementar ao masculino promovendo sua subordinação psicológica e cultural, sendo assim, o sexismo tem suas raízes em uma ideologia que promove a superioridade de um sexo em relação ao outro, já que há uma organização da relação entre os sexos de forma que o feminino fica restrito às atividades domésticas enquanto o masculino ocupa-se das atividades externas e políticas.

Outra base que fundamenta as práticas discursivas homofóbicas de líderes políticos e religiosos está relacionada a um discurso respaldado em uma concepção que patologiza a homossexualidade. Além de considerar a prática homossexual imoral, ela também é anormal. O discurso científico é abordado pelo pastor e psicólogo Augustus Lívio. Ele se arvora desse discurso para legitimar a sua verdade sobre a homossexualidade: *“Homossexualismo é um homem ou uma mulher por determinação genética e homossexual por preferência aprendida ou imposta, é isso aqui, não tem ordem cromossômica homossexual”*.

Na esteira do discurso científico comportamental, outros discursos de caráter científico, baseado na genética e na fisiologia, são utilizados pelo sujeito do enunciado. Ao definir o homossexualismo e compará-lo com a raça e com a velhice, que são condições imanentes ao ser humano, as práticas discursivas do pastor Augustus Lívio revelam que há a internalização de um discurso de que a heterossexualidade é compulsória e a homossexualidade seria uma conduta desviante que o indivíduo escolhe a partir de um

comportamento que se aprende ou lhe é imposto, em outras palavras, é uma forma de vivenciar a sexualidade que não é natural. Esses dados encontram respaldo em Borillo (2010) e Cecarelli (1999) quando afirmam que, no século XIX, as sexualidades foram hierarquizadas, sendo que a heterossexualidade foi considerada a possibilidade única e verdadeira, caracterizando, assim, as relações entre pessoas do mesmo sexo como uma doença degenerativa da sociedade. Pode-se dizer que o modelo de sexualidade impresso pela história, a religião e a ciência vem ao encontro do que Ceccarelli (1999) relata sobre o fato de que o modelo de identidade sexual idealizado em nossa cultura é o heterossexual, não sendo visto pela ótica da construção cultural, mas tratado como uma verdade.

Encontramos, ainda, nas cenas enunciativas que seguem, **regularidades e repetições**, já que os participantes se inscrevem em uma mesma formação discursiva. Vejamos:

“(...) esse kit homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais”. (Senador Tito Flávio)

“(...) mas na verdade esse kit é um estímulo ao homossexualismo, é um incentivo a promiscuidade”. (Deputado Julius César)

(...) isso aqui é uma afronta aos negros querer comparar comportamento, o negro não nasceu branco ou pediu pra ser negro ou branco, ele é. A criança, ela não pede pra ser criança, ela é. O idoso ele não pede pra ser idoso, ele é. Homossexualismo é comportamental (...). (Pastor Augustus Lívio)

“Deus criou macho e fêmea e essa casa não fará um terceiro sexo com uma lei porque há de esbarrar nos homens e mulheres que acreditam em princípios”. (Senador Tito Flávio)

“Deus criou o homem e mulher para perpetuar a espécie. É uma orientação que eu concordo, que eu vivo, eu formo os meus filhos assim (...).” (Deputada Livia Teodora)

“Um Gay é uma pessoa que está engajada politicamente e essa pessoa engajada politicamente ela tem uma agenda, uma agenda política e uma ideologia que pretende com sua ideologia acabar com o patrimônio cultural e moral do cristianismo”. (Padre Marcus Constantino)

“Porque o ativismo gay, eu não estou falando dos homossexuais porque eles precisam do nosso apoio, da nossa oração”. (Deputado e Pastor Justiniano)

A concepção presente na ideia de que a homossexualidade é ensinada, é comportamental, que homossexual não é um gay e que Deus criou macho e fêmea para perpetuar a espécie **constituiu-se em uma regularidade** porque, conforme explica Foucault (1969/2008), a formação discursiva é que define a regularidade dos enunciados. O fato de esses enunciados pertencerem à **formação discursiva** constitui uma única e mesma coisa e, ainda, a formação discursiva se caracteriza por uma **dispersão** de fato e não por princípios de construção, uma vez que ela é para os enunciados uma lei de coexistência e não uma condição de possibilidade (Foucault, 1969/2008).

O modo **como os discursos** constituem a homossexualidade revelam um dispositivo de poder/saber que exclui os indivíduos homossexuais de qualquer possibilidade de viver em condições de igualdade em relação aos heterossexuais e os condena a viver à margem, pois representam risco à sociedade:

Satanás levantou o seu ativismo neste país! Senhoras e senhores, existe uma ação de Satanás contra a santidade da família brasileira. (...) É porque é o anticristo está operando não tem o que fazer... (...) por que a AIDS é uma doença gay. A AIDS é uma doença que veio desse povo. (Deputado e Pastor Justiniano)

“Deus criou macho e fêmea...”. (Senador Tito Flávio)

“(...) está em Gênesis, Deus criou o homem e mulher para perpetuar a espécie”.
(Deputada Lívia Teodora)

(...) a igreja diz a respeito do cuidado dos homossexuais que devem ser acolhidos com compaixão dentro da igreja. O pecado só leva à morte e destruição, pare de se machucar... (...)... é evidente que a cultura gay é uma cultura de morte, é uma cultura autodestrutiva. (...) Essas pessoas que se engajam nesse tipo de luta terminam se contaminando de AIDS, drogadas, terminam depressivas, terminam tomando remédios. (Padre Marcus Constantino)

Os elementos identificados em relação **aos discursos religiosos** tais como: o engendramento de satanás, o anticristo operando, a criação do macho e fêmea para perpetuar a espécie, a disseminação da AIDS, o pecado que leva à morte e à destruição estão circunscritos em regimes de verdade que nos permitem correlacionar com o que aponta Foucault (1979/1986) sobre o fato de que não existe verdade fora do poder e há um “mito da verdade verdadeira”, da “verdade das verdades”. Segundo esse autor, a verdade pertence a este mundo, sendo produzida nele graças a uma multiplicidade de coerções e nele os efeitos regulamentados de poder são produzidos. Esse autor explica que em toda sociedade existe um regime de verdade, pois tem sua “política geral” de verdade. Ela acolhe um tipo de discurso e o faz funcionar como verdadeiro, e seus mecanismos e instâncias permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos e a forma como legalizam uns e outros determina as técnicas e os procedimentos que se valorizam para aquisição da verdade e, ainda, o regulamento daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro.

Os discursos que emergem nas práticas discursivas dos sujeitos analisados apontam para a reprodução de verdades sobre a homossexualidade que resultam em uma forma de exclusão do grupo LGBT no sentido de isolá-los e ocultá-los, negando-lhes direitos de igualdade em relação aos heterossexuais. Sobre esse fato, encontramos em Foucault (1976/2011) uma explicação, pois, de acordo com ele, a norma heterossexista silencia uma realidade e a isola ao âmbito privado, tratando-se de uma política de enunciação que

determina quem e em que circunstâncias tem autorização para tomar a palavra, portanto não se refere somente à voz, mas também à visibilidade.

Nessa perspectiva, os dados indicam que **as práticas discursivas homofóbicas** dos líderes religiosos e políticos participantes desta pesquisa fundamentam-se em discursos respaldados em verdades historicamente construídas através de discursos religiosos, científicos e morais que concebem heterossexualidade como uma norma.

Quanto ao pressuposto de que as práticas discursivas fundamentam-se discursivamente em princípios religiosos, morais e pseudocientíficos, pode-se dizer que houve uma relação efetiva, uma vez que os dados indicam a presença desses discursos na voz de todos os líderes analisados como uma forma de legitimar as suas verdades sobre a homossexualidade. Diante dessa constatação, pode-se dizer que a religião é uma das fontes de exercício de poder, pois ela conforma pensamentos, define comportamentos e modos de agir. Tudo isso com base em verdades construídas a partir de crenças seculares que, como vimos, apontam para forças sobrenaturais que travam uma luta entre o bem e o mal. Deus e Satanás são figuras recorrentes nesses discursos. Considerando que a **interdiscursividade** e as redes de memória produzem os sentidos em um momento histórico, a discursividade produzida por esses líderes produz esses sentidos porque as conquistas do grupo LGBT é um acontecimento histórico.

4.4. Os efeitos de sentido produzidos pelos discursos de líderes religiosos e políticos contrários às políticas públicas de direitos humanos voltadas para o grupo LGBT

Considerando que a linguagem não é transparente e nem os sentidos estão dados a priori, pode-se apreender uma **multiplicidade de sentidos e efeitos de sentidos** nas várias cenas enunciativas, a partir das diferentes posições ocupadas pelo sujeito do enunciado. Ao analista, diante de um enunciado, compete-lhe a tarefa de investigar **o discurso que emerge** considerando a relação dialética entre sujeito/língua/história como um complexo jogo de

significações e sentidos possíveis (Gregolin, 2004). Os enunciados analisados nesta tese produzem efeitos de sentido pela sua correlação com um conjunto de formulações que coexistem com ele em um espaço delimitado historicamente e os efeitos de sentido desses enunciados são vistos dentro de uma historicidade.

A repetição das expressões, pelo pastor Augustus Lívio: *“tem que baixar o pau nesses caras (...) a igreja católica tem que baixar o pau nesses caras”*, possibilita-nos apreender que, embora ele justifique que não as tenha utilizado com sentido de violência física, **o efeito de sentidos desses enunciados** é o de uma chamada para uma ação violenta, já que entendemos com Borillo (2010) que a violência homofóbica dá-se de formas variadas e inclui a rejeição, o ódio e a discriminação em relação a gays e lésbicas ou manifestação arbitrária que consiste em considerar o outro anormal e inferior, além da violência física como agressão e morte.

O uso das expressões descritas acima constituiu uma **contradição**, pois as expressões utilizadas pelo pastor não condizem com a posição que ele ocupa, ou seja, não condizem **com o lugar de onde ele fala**, nem como pastor cristão, nem como psicólogo, já que são expressões com um conteúdo agressivo que não coadunam para a cultura da paz e do respeito à diversidade, ou seja, contradiz com o que ele disse anteriormente: *“se eu odiasse homossexual eu não podia ser pastor não, pastor é um cargo. Eu não podia ser cristão”*. Essa contradição **gerou um efeito de sentido na pesquisadora** que a fez questionar o papel do pastor, pregador de uma religião cristã que tem como princípio basilar o discurso pacífico fundamentado no amor ao próximo e que prega a paz. Em relação **aos sentidos**, Gregolin (2007) afirma que eles estão permanentemente inseridos em redes enunciativas, e a descrição de um enunciado coloca automaticamente em jogo o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência, marcando-o na materialidade discursiva, “a

insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico” (p. 16).

O **sentido** que os líderes atribuem às políticas públicas de direitos humanos voltadas para o grupo LGBT é o de que é uma falta de respeito por parte do governo para com as famílias.

O Ministro foi levado a se reunir lá na câmara pra falar desse tal kit que tá passando dos limite, o que nos queremos discutir com ele a frente da família é esse kit. (...) Precisamos é devido respeito. O devido respeito sim. Vossa excelência é um constitucionalista [dirige-se a outro senador] e pertence a essa frente e sabe que o que nós precisamos enquanto constituição é respeito a todos os cidadãos. (Senador Tito Flávio)

Identifica-se, no enunciado que segue, **um sentido** de que a tentativa de criminalizar a violência motivada por homofobia se traduz em um sentimento de indignação:

Agora eles são parasitas do estado. Comem milhões de governo federal, governo estadual, governo municipal, estatais pra ficar dizendo que homofóbico ou não e pra fazer patrulhamento! Isso é uma vergonha! Comem milhões! Eles tão querendo uma coisa que eles não têm direito. Então nós vamos ter que fazer lei pra tudo o que é comportamento, tudo que é comportamento do ser humano vamo apadrinhar de alguma forma, isso é a minha primeira questão, isso é uma vergonha, isso aqui é a primeira questão, é vergonhoso, é ver-go-nho-so esse negócio. Eles querem uma lei pra ficarem livres, pra falar o que quiserem pra chamar os outros de homofóbico a hora que querem, quer dizer se você chama um homossexual de doente eles querem te denunciar no Ministério Público. (Pastor Augustus Lívio)

Em relação à Lei que criminaliza a homofobia e garante direitos de igualdade aos homossexuais, **os sentidos atribuídos são variados**: é uma ameaça às crianças e aos jovens

inocentes por abrir uma porta para a pedofilia; traz privilégios a um grupo de costumes imorais; afeta a liberdade de expressão e, ainda, afronta a moral e os bons costumes dos “normais”.

Essas políticas vistas pela lente dos religiosos **gera um sentido** de ameaça à ordem, ao modelo tradicional de família, à hegemonia de comportamentos sexuais idealizados pela moral cristã e, ainda, há o medo de ver desaparecer a fronteira que separa homossexual e heterossexual. Essa fronteira é descrita por Louro (2010) como uma homofobia que, além da sensação de medo direcionado contra os homossexuais, pode expressar-se em uma espécie de terror em relação à perda do gênero e de terror também por não serem mais considerados como homens e mulheres “reais” ou “autênticos”.

Nesses discursos, **emerge um sentido** de que a homossexualidade é vista como uma espécie de peste que necessita de combate para que não se prolifere:

Você nunca parou pra perguntar, ou nunca ouviu alguém dizendo: gente, nunca vi em toda historia tantos gays assim, de onde é que saiu tantos gays assim? Eu te explico de onde sai. Nos últimos vinte anos o ativismo gay conseguiu travar a boca da igreja, não a igreja evangélica apenas, a igreja católica tem que ser chamada pra essa responsabilidade também, os nossos professores têm que ser chamados pra responsabilidade também, tiraram o ensino religioso das escolas. Hoje em diaouve alguém falar da AIDS? Alguém ouve alguém falar da AIDS? A AIDS acabou por acaso? Não! Só no ano passado trinta por cento de pessoas a mais do que no ano anterior foram acometidas de AIDS. E por que ninguém fala? Por que não toca no assunto? Por que a AIDS é uma doença gay. A AIDS é uma doença que veio desse povo (...). (Deputado, pastor, profeta e pregador Justiniano)

Outro sentido que se pode apreender é a desumanização do grupo LGBT, ao colocá-los em uma posição de inferioridade como se não fossem dignos de ter direitos. Sobre essas

questões, encontramos respaldo em Barretto (2012), o qual afirma que existe uma ideologia androcêntrica que é sustentada por uma organização patriarcal de gênero. O termo androcentrismo define o conceito que coloca o sexo masculino em uma posição central e espelha o modelo ideal do humano generalizando toda a sociedade e ocultando a sua diversidade. Essa ideologia (androcentrismo), segundo a autora, oculta a diversidade e reproduz valores de inferioridade às situações que fogem ao modelo idealizado do humano, como é o caso das mulheres, das pessoas de cor negra, homoafetivas, etc.

Em relação aos efeitos de sentidos, a afirmação do Senador Tito Flávio de que a política de combate à homofobia na escola, elaborada pelo MEC, através do Projeto Escola sem Homofobia, é uma falta de respeito por parte do governo e que precisamos de respeito a todos os cidadãos, nos faz questionar se ele considera os membros do grupo LGBT como cidadãos.

A outra afirmação de Tito Flávio sobre o *kit gay* (Projeto Escola sem Homofobia) refere-se à família: “(...) *o que nós queremos discutir com ele à frente da família é esse kit. (...) o que nós precisamos é resgatar valores de família, Presidente Dilma*”. Essa afirmação nos faz questionar sobre o conceito de família atribuído pelo Senador, pois o sentido que emerge é o de que o grupo LGBT está despossuído de uma família.

Outro efeito de sentido presente nas práticas discursivas dos religiosos refere-se à ideia de que o fato de o desejo homossexual ser reprovado e condenado, o indivíduo deve ocultá-lo, dissimulá-lo e reprimi-lo em nome do argumento religioso de que o pecado da prática homossexual o exclui do reino dos céus.

A ideia do comportamento hegemônico em relação à sexualidade e a relação heterossexual como única forma aceitável de exercer a sexualidade encontra também correspondência na afirmação de Welzer-Lang (2001) quando descreve o heterossexismo como a discriminação e a opressão que têm como base a diferença feita a partir da orientação

sexual, sendo que a heterossexualidade é promovida como superior em relação à homossexualidade, a partir de uma lógica que toma como um dado que todos são ou deveriam ser heterossexuais.

É importante destacar que a internalização do discurso da homossexualidade como uma prática desviante se materializa nas práticas discursivas desses líderes e produz um efeito de sentido que incorpora uma concepção de menor valia do homossexual em relação ao heterossexual.

Em relação às estratégias discursivas, o padre Marcus Constantino lança mão de antagonismos para criar **efeitos de sentido** na relação de oposição entre o bem e o mal, o céu e o inferno, a vítima e o vilão, o pecado e a salvação, a vitória e a derrota, a condenação e a compaixão, o amor e a rejeição. Através de um jogo de palavras, ele constrói a figura do homossexual real e concreto como sofredor que carrega sua cruz e precisa ser salvo enquanto o homossexual ativista que luta por seus direitos é satanizado. **Os efeitos de sentidos** produzidos a partir desses enunciados remetem à desqualificação dos homossexuais ativistas (gays) que estão engajados na luta pelos seus direitos. O fato de reivindicarem o direito à união civil é visto como uma ameaça aos valores da instituição religiosa e seus dogmas. Quanto aos homossexuais “reais e concretos”, estes são amados e acolhidos com compaixão dentro da igreja, desde que optem pelo celibato. Aqui emerge o sentido de que o “pecado” não está em ser homossexual, mas na sua prática, sendo assim, a solução apresentada é a castração do indivíduo, no sentido da repressão dos seus desejos, da abstinência, da negação do exercício da sexualidade. Essa visão maniqueísta possibilita a sustentação do argumento de que o homossexual deve ser aceito, mas não sua prática. Logo, há tolerância, mas não há razão para o protecionismo de Leis, uma vez que o direito de ser estará restrito ao indivíduo, não ao cidadão.

No enunciado que segue, o padre Marcus Constantino alerta para os perigos da prática homossexual. Constata-se que o religioso utiliza uma estratégia discursiva que produz um **efeito de sentido** que tem o objetivo de provocar sentimentos de pavor, medo, angústia e desespero no indivíduo homossexual:

Você viu tantos e tantos de seus colegas e amigos sucumbirem e caírem debaixo desse espectro de morte. Saia desta morte. (...) Essas pessoas que se engajam nesse tipo de luta terminam se contaminando de AIDS, drogadas, terminam depressivas, terminam tomando remédios. Isso daí, gente é uma realidade que está estatisticamente comprovada.

Destacamos alguns pontos observados na oralidade do Marcus Constantino. Constata-se que o discurso de acolhimento do homossexual “real e concreto” evidencia um sentido de que ele é visto como um ser que não tem direito de viver a sua sexualidade/afetividade como um indivíduo heterossexual. Isso faz com que ele seja um ser diferenciado. Essa diferença o coloca em uma posição inferior, já que são seres que carregam um pesado fardo e levar a sua cruz é uma provação que devem suportar para que possam ir para o céu: “(...) *mas querer o bem deles e o bem verdadeiro significa querer vê-los no céu. Querer ver a salvação da alma deles.*” Por outro lado, há uma rejeição explícita direcionada aos ativistas homossexuais que lutam por direitos de cidadania e o respeito da sociedade pela liberdade de expressar a sua sexualidade.

No conjunto de enunciados abaixo, percebe-se uma **regularidade**, pois tanto os políticos quanto os religiosos, à exceção do padre Marcus Constantino, concebem a homossexualidade como uma opção, uma escolha do indivíduo. Sendo assim, pode-se apreender o sentido de que a vítima é culpada por sofrer a violência. A prática homossexual é abordada nesses discursos como um desvio de comportamento, o que a difere da condição racial ou qualquer situação em que o indivíduo não tem escolha. O efeito de sentido que

emerge desses discursos é o de quem escolhe vivenciar outra forma de sexualidade que não seja a heteronormativa escolhe também ser excluído e sofrer a violência tanto verbal quanto física e, por isso, como escolha, não deve ser contemplado com políticas públicas.

Em relação à ideia da homossexualidade ser uma opção, o padre Marcus Constantino apresenta um discurso que se diferencia dos demais religiosos. A instituição religiosa que ele representa e em nome da qual fala não culpa o indivíduo pela sua homossexualidade, pois, do ponto de vista da igreja católica, esta é vista como uma tendência natural e não uma escolha, porém a sua prática é condenável, de acordo com os dogmas da igreja, porque não tem finalidade reprodutiva:

A igreja não condena as pessoas com tendência homossexual e a prova disso são tantos documentos da igreja católica. (...) Dentro da igreja não há lugar para a intolerância e nem para a discriminação do homossexual, da pessoa que tem tendência homossexual. (...) A igreja aqui não está propondo curar os homossexuais, cura aqui, a palavra cura quer dizer cuidado pastoral, como é que nós devemos cuidar pastoralmente das pessoas que têm tendência homossexual. Isso é um dever de todo pastor, isso é um dever de todos os padres, é um dever de cada católico, não discriminar esses nossos irmãos, essas nossas irmãs, mas querer o bem deles e o bem verdadeiro significa querer vê-los no céu. (...) Precisamos dar abrigo e acolhida para os homossexuais dentro da igreja convidando-os a viver a castidade que é o único caminho de santificação.

Percebe-se, no conjunto de enunciados acima, uma **contradição** no discurso desse religioso, pois, ao mesmo tempo em que livra o indivíduo da culpa por sua homossexualidade nega-lhe o direito no que se refere ao exercício da sexualidade e o condena a reprimir e ocultar seus desejos. Além disso, o homossexual é visto como alguém que precisa ser “cuidado”, “acolhido” numa alusão de que são seres diferenciados e, por natureza, frágeis e

com tendência ao “pecado”. Esse discurso de aceitação dos homossexuais e de não culpabilização por sua homossexualidade, apresentado pelo padre Marcus Constantino, possui uma relação com classificação da homofobia feita por Borillo (2009). Para ele, essa é uma manifestação da homofobia cognitiva ou social que, de forma mais sutil, está camuflada em um discurso de tolerância e aceitação do diferente como uma forma “civilizada” de convivência social, o que é um eufemismo e nem por isso é menos violenta. Esse autor explica que a homofobia social apresenta-se no cotidiano através de atitudes de desdém, de desprezo, de categorização do outro. Estabelece a fronteira entre homo/hétero. Nesse caso, não há uma rejeição explícita em relação aos homossexuais, no entanto não aceitam que homossexuais usufruam os mesmos direitos que os heterossexuais. É por isso que Borillo (2010) aponta a existência de uma ideologia homofóbica que faz parte de um conjunto das ideias que se articulam em uma unidade relativamente sistemática (doutrina) e com o objetivo normativo de promover o ideal heterossexual. Além disso, pode-se apreender um sentido de que os homossexuais têm uma tendência natural à criminalidade ao relacioná-los com a pedofilia. Ao atribuírem esses sentidos ao indivíduo homossexual, identificamos uma correlação com as teorizações de Foucault (1976/2011) sobre o homossexual do século XIX, pois este se transformou em uma personagem com um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida, além de ser também uma morfologia, possuindo uma anatomia indiscreta e, possivelmente, uma fisiologia obscura. Em seu corpo, prossegue o autor, está a marca de tudo daquilo que ele é, todo o seu comportamento está envolto na sua sexualidade impressa na sua singularidade.

Sobre as políticas educacionais de combate à homofobia, a afirmação de que as escolas vão se tornar verdadeiras academias de homossexuais e que o *kit* é um estímulo ao homossexualismo e um incentivo à promiscuidade mostra que a discussão da diversidade sexual na escola se traduz em sentidos de desconforto e indignação por parte dos líderes. Os

efeitos de sentidos que emergem desses discursos em relação às ações educativas que abordam o tema da diversidade sexual na escola constituem, na visão deles, um péssimo exemplo para as famílias e uma ameaça de destruição dos pilares da sociedade atual regida por uma moral conservadora. Sobre esse tema, as reflexões de Britzman (1996), Fontes (2009), Furlani (2009), Junqueira (2009a) e Louro (2001) revelam que esse é o pensamento que está refletido na instituição escolar, ou seja, as verdades únicas, os modelos hegemônicos da sexualidade normal, mostrando o jogo de poder e interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção.

As ações educativas voltadas para a inclusão do grupo LGBT são vistas pelos líderes religiosos e políticos como uma falta de respeito. Nesse sentido, aponta Selfner (2009), a escola pública brasileira foi, e segue sendo, amplamente utilizada como instrumento de exclusão da cidadania. Persiste uma ideia de que a sexualidade é um tabu que não deve ser discutido na escola, pois pode derrubar certos mitos, principalmente o mito da normalidade e da anormalidade que, como bem coloca Britzman (1996) ao fazer uma crítica à cultura escolar, a partir do mito de que a heterossexualidade é “normal” e “natural” e que falar de homossexualidade na escola poderia incentivar a sua prática e, ainda, poderia fazer com que os jovens se unam a comunidades gays e lésbicas. Segundo a autora, há uma ideia de que as pessoas que falam sobre o tema agem com o objetivo de “recrutar jovens inocentes”. Além disso, prossegue ela, também faz parte desse mito a angústia de que qualquer pessoa que simpatize com a causa e ofereça apoio ao grupo poderá ser taxada como gay ou de promover uma sexualidade fora da norma. Nos dois casos, conforme a autora, as pessoas são avaliadas como perigosas, predatórias e contagiosas. Para Louro (2001), essa negação e a ausência do assunto na sala de aula deixam transparecer a garantia da norma.

O que se identifica nos discursos desses líderes são lições de homofobia refletidas e reproduzidas no contexto da escola e encontram respaldo na afirmação de Junqueira (2009a),

de que a homofobia é consentida e ensinada na escola, resultando em efeitos devastadores na formação das pessoas, pois compromete a inclusão educacional e a qualidade de ensino, já a que escola configura-se como um lugar de opressão, discriminação e preconceitos contra milhões de jovens e adultos, o que resulta em um quadro de violência que aumenta cada dia mais. A questão é: como pensar em um modelo educacional que deixe de reproduzir a lógica de exclusão? Esse autor compreende que a homofobia no contexto da escola pode ser combatida se for pensada a partir um modelo educacional que se preste ao desenvolvimento social, já que um indivíduo com elevada escolaridade nem sempre é aprimorado eticamente. Os discursos que colocam o grupo LGBT como pessoas de menor valia são considerados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e UNESCO um desrespeito aos direitos humanos e um grave problema social e, por isso, está na pauta de discussões desses órgãos, uma vez que o problema se repete pelo mundo afora. A reação negativa dos religiosos e políticos diante da possibilidade de discussão do tema da diversidade sexual na escola mostra que a nossa sociedade é regida pela heteronormatividade, pelo machismo e pela naturalização das práticas e identidades tidas como hegemônicas (Rocha, 2011).

Ao rejeitar e condenar os projetos que propõem a discussão do tema relacionado à diversidade sexual no âmbito da escola, os discursos desses líderes só reforçam o contexto de exclusão reproduzido pelo sistema educacional vigente que resulta no fracasso escolar e evasão. Sobre esse assunto, Lionço e Diniz (2009) compreendem que a evasão escolar é resultado da solidão e do desprezo a que o estudante pertencente ao grupo LGBT é submetido, pois esse é um dos efeitos mais marcantes da homofobia, já que a exclusão de travestis e transexuais do espaço escolar e da família compromete a sua formação profissional. Sem acesso ao mercado de trabalho, a alternativa que buscam para sobreviver é a prostituição, reforçando, assim, o estereótipo que os estigmatiza. Entendemos que não é essa a função da escola, pois, como enfatiza Furlani (2009) e Rios (2009), o papel da

educação é, antes de tudo, desconstruir as “verdades únicas”. Segundo esses autores, é preciso apresentar as várias possibilidades sexuais que se fazem presentes na sociedade e na cultura. Sendo assim, o autor evidencia cada vez mais a necessidade de políticas que incluam a diversidade sexual como tema a ser discutido em todos os âmbitos da vida social, pois é no ambiente escolar, depois do ambiente familiar, que ocorre o processo mais importante de socialização, sendo também um lugar de embates e enfrentamentos em relação à aceitação das diferenças. Para romper com o silenciamento a respeito da diversidade sexual no contexto da escola, Rios e Santos (2009) enfatizam a necessidade de apresentar o tema da diversidade sexual nos livros didáticos e argumentam que nesses materiais a heterossexualidade é apresentada como alternativa única e legítima no que se refere às interações e práticas sociais relativas ao exercício da sexualidade.

A rejeição dos líderes políticos e religiosos em relação às políticas educacionais de combate à homofobia representa um desafio que precisa ser enfrentado, uma vez que eles influenciam negativamente, através de discursos contrários, boa parte da sociedade. Essa constatação está relacionada com o que dizem Mercado e Neves (2012) sobre o fato de que um dos desafios da Política Nacional de Direitos Humanos é o de transformar a escola em um espaço de igualdade de oportunidades, respeito às diferenças, cooperação, solidariedade e forte disposição no enfrentamento a todo o tipo de violência, preconceito e discriminação.

Os discursos construídos pelos participantes desta pesquisa sobre as políticas de direitos humanos pelo reconhecimento dos direitos de cidadania do grupo LGBT estão marcados pela rejeição e pelo preconceito que resultam em discriminação. Essa constatação só reforça a situação de exclusão que vivenciamos no dia-a-dia, a de que, segundo Henriques et al. (2007), uma parcela relevante da sociedade brasileira sofre com o preconceito e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Isso mostra que estamos distantes de alcançar o que Rios (2009) descreve como o conceito desenvolvido no direito

internacional dos direitos humanos, cujos termos podem ser encontrados na Convenção Internacional de Discriminação Racial e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, como tratamento distinto que exclui, restringe ou dá preferência, que tenha o objetivo ou resulta em anulação ou prejuízo do reconhecimento ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais no âmbito econômico, social, cultural ou em qualquer espaço da vida pública.

Finalmente, em relação aos pressupostos de que as práticas discursivas produzem efeitos de sentidos que desqualificam o grupo LGBT e reforçam os discursos que promovem a violência contra esse grupo, os dados comprovam que é o que acontece, pois os discursos, na voz desses participantes, se tornam legítimos dado o poder que eles imprimem no corpo social regido pelo lugar de liderança religiosa e política que ocupam. O que vimos, a partir desta pesquisa, é que há uma discursivização construída socialmente que define a normalidade e a anormalidade baseada em crenças infundadas que servem para estigmatizar o outro, suscitar o ódio e fomentar a violência homofóbica que coloca o Brasil como campeão nesse tipo de crime (Chequer, 2013). O que se percebe, conforme destaca Foucault (1976/2011), é que estamos diante da perspectiva sustentada pela “hipótese repressiva” que considera que o poder é um instrumento repressivo e sua função seria o de bloquear ou distorcer a verdade.

A forma como os líderes se posicionam em relação às políticas públicas de direitos humanos em favor do grupo LGBT nos mostra, também, que valores e verdades aparecem em um certo tempo e lugar a partir das relações sociais que produziram discursos enunciáveis e visíveis e são situadas em determinadas relações de poder (Foucault, 1978/2008).

Esses resultados vêm ao encontro da tese levantada nesta pesquisa, a de que a homofobia é naturalizada discursivamente e se ancora em discursos de verdades sobre a homossexualidade atravessadas pelas relações de poder/saber, representadas pelas

instituições religiosas e políticas que legitimam a violência e reforçam as atitudes de intolerância e, ainda, criam obstáculos para que se efetivem as políticas de direitos humanos dos grupos marginalizados.

A homofobia é um problema social não só porque marginaliza milhões de pessoas, mas também porque põe em risco suas vidas e sua integridade física. Essa é uma situação que não pode mais ser tolerada em um país que se diz democrático e laico.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a discursividade produzida por parte de líderes políticos e religiosos em função das reivindicações do movimento LGBT e das políticas públicas de enfrentamento da violência homofóbica. Como tese, tínhamos que a homofobia é naturalizada discursivamente e se ancora em discursos de verdades sobre a homossexualidade atravessados pelas relações de poder/saber, representadas pelas instituições religiosas e políticas que legitimam a violência e reforçam as atitudes de intolerância e, ainda, criam obstáculos para que se efetivem as políticas de direitos humanos dos grupos marginalizados.

Os sentidos atribuídos pelos líderes políticos e religiosos às políticas de direitos humanos voltadas para o grupo LGBT também foram abordados pela literatura. Vimos que a iniciativa de políticas públicas voltadas para garantir a cidadania desse grupo historicamente marginalizado entra em tensão com valores morais e religiosos suscitando os mais variados discursos.

Os dados indicam que as práticas discursivas homofóbicas materializam-se em discursos de aversão, rejeição, exclusão e são legitimadas nos discursos de representantes de instituições religiosas e políticas. Considerando que o discurso é uma forma de atuar sobre o outro e que o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder e é constitutivo do seu discurso, é possível concluir que, de forma geral, os lugares de onde os participantes desta pesquisa falam são lugares institucionalizados onde as relações de saber/poder que se estabelecem entre quem fala e de onde fala possibilitam-lhes criar e impor verdades sobre a sexualidade que excluem e inferiorizam o grupo LGBT, negando-lhes o direito à cidadania.

Observou-se, também, no discurso desses líderes, que eles não consideram violência desqualificar o grupo LGBT quando classificam seus integrantes como pervertidos, doentes,

pedófilos, parasitas, ameaçadores e imorais. Para eles, a violência homofóbica está restrita à agressão física, pois entendem que é natural discriminar os homossexuais, como no caso da demissão de um trabalhador pelo fato de ser homossexual.

As práticas discursivas de todos os participantes desta pesquisa se materializam em discursos que negam ao grupo LGBT a sua inclusão nas políticas públicas de direitos humanos, pois não reconhecem nenhum direito de cidadania em pé de igualdade aos heterossexuais.

Foram identificados, nos discursos dos líderes políticos e religiosos, discursos fundamentados nas bases da homossexualidade concebida como pecado contra a natureza, obscena e amoral. Esses discursos que definem a sexualidade a partir da Lei natural da criação e da reprodução da espécie humana são construídos por esses líderes que se apropriam do poder de guiar espiritual e politicamente a sociedade brasileira.

Pôde-se perceber, ainda, que os discursos construídos pelos participantes desta pesquisa colocam os homossexuais em uma posição de inferioridade, como se não fossem dignos de direitos e, por isso, devem permanecer no anonimato, pois a sua visibilidade e o exercício de cidadania em pé de igualdade em relação aos heterossexuais são uma afronta às pessoas “normais”. Para eles, o fato de o grupo LGBT reivindicar direitos de igualdade e de ter sua sexualidade visível é um escândalo, pois provoca um deslocamento dos valores morais estabelecidos legitimados pelas instituições religiosas e familiares.

Na visão desses líderes, o fato de o desejo homossexual ser reprovado e condenado, o indivíduo deve ocultá-lo, dissimulá-lo, reprimi-lo em nome do argumento religioso de que o pecado da prática homossexual o exclui do reino dos céus.

Em relação à Lei que criminaliza a homofobia e garante direitos de igualdade aos homossexuais, os sentidos atribuídos são variados: é uma ameaça às crianças e aos jovens inocentes por abrir uma porta para a pedofilia; traz privilégios a um grupo com costumes

imorais; afeta a liberdade de expressão e, ainda, afronta a moral e os bons costumes dos “normais”. As práticas discursivas dos líderes religiosos e políticos nos apontaram que há uma luta pelo poder através dos discursos, na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades, sendo também o espaço no qual poder e saber se articulam.

Vimos, também, que a homofobia é uma prática que está arraigada em nossa sociedade e configura-se como uma forma de exclusão legitimada por instituições no campo religioso, educacional, jurídico e social, constituída dentro de uma lógica perversa sustentada por discursos historicamente construídos.

Sobre as políticas educacionais de combate à homofobia na escola, vimos que a discussão sobre a diversidade sexual no espaço escolar se traduz em sentimentos de desconforto e indignação por parte desses líderes, pois esta constitui um péssimo exemplo para as famílias e uma ameaça de destruição dos pilares da sociedade atual regida por uma moral conservadora.

Nesse sentido, acreditamos que é preciso pensar em um modelo educacional que deixe de reproduzir a lógica de exclusão, pois a homofobia no contexto da escola compromete a inclusão educacional e a qualidade de ensino, já que os conflitos referentes à sexualidade, principalmente aqueles relativos à orientação sexual e à identidade de gênero, ganham contornos mais expressivos no espaço da escola. É no ambiente escolar, depois do ambiente familiar, que ocorre o processo mais importante de socialização, sendo também um lugar de embates e enfrentamentos em relação à aceitação das diferenças. O ambiente escolar deve buscar alternativas para que deixe de ser reprodutor de injustiças para ser um espaço de transformação.

Pensamos que as questões relacionadas à diversidade sexual precisam ser estudadas pelos professores, já que são os protagonistas no processo educativo, assim como o material pedagógico deve ser revisto e adaptado de forma planejada, no sentido de trazer o tema da

diversidade sexual sem a carga negativa que normalmente está subentendida, uma vez que a naturalização da heterossexualidade é o que prevalece nos livros didáticos.

O conhecimento acadêmico sobre a homofobia na sociedade brasileira nos possibilita refletir sobre as formas que possam (des) legitimar a exclusão desses sujeitos na nossa sociedade. A partir dessas reflexões, espera-se que este estudo possa contribuir para que a elaboração de políticas de direitos humanos voltadas para o grupo LGBT seja mais efetiva e possa promover a justiça como um bem comum e ao alcance de todos os cidadãos. Enfatizamos que o papel da escola na luta contra a intolerância é fundamental e o reconhecimento da igualdade em relação ao grupo LGBT é tema que diz respeito a todos os cidadãos.

Referências

- Abramovay, M., Castro, M. G., & Silva, L. B. (2004). *Juventude e sexualidade*. Brasília, DF: UNESCO.
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (2006). *Estatuto social*. Recuperado de <http://www.abglt.org.br/port/estatuto.php>
- Ata da V Reunião de Altas Autoridades Competentes em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados. (2006). Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/VReuAutDirHumChancMercSulAssoc.pdf>
- Barretto, E. S. (2012). A violência e suas manifestações: Uma reflexão em torno da ordem patriarcal de gênero e androcêntrica. In M. G. Ribeiro & G. R. Ribeiro (Orgs.), *Educação em direitos humanos e diversidade: Diálogos interdisciplinares* (pp. 283-296). Maceió, AL: Edufal.
- Borillo, D. (2009). A homofobia. In T. Lionço & D. Diniz (Orgs.), *Homofobia & educação: Um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília, DF: Editora UNB.
- Borillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1975). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Britzman, D. P. (1996) O que é esta coisa chamada amor: Identidade homossexual, educação e currículo. *Revista Educação e Realidade*, 21(1), 71-96.
- Bullying homofóbico colabora com evasão escolar, diz Unesco. (2011, 7 de Dezembro). *Terra*. Recuperado de <http://noticias.terra.com.br/educacao/bullying-homofobico->

colabora-com-evasao-escolar-

diz%20unesco,17b942ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html

Calaf, P. P., Bernardes, G. C., & Rocha, G. S. (Orgs.). (2012). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2011*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos.

Ceccarelli, P. R. (1999). Sexualidade e preconceito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 3(3), 18-37. Recuperado de <http://ceccarelli.psc.br/pt/wp-content/uploads/artigos/portugues/doc/sexualidade.pdf>

Chequer, P. (2013, 20 de março). Pedro Chequer: Brasil é campeão mundial de crimes homofóbicos. *Viomundo*. Recuperado de <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/pedro-chequer-brasil-e-campeao-mundial-de-crimes-homofobicos.html>

Cieglinski, A. (2011, 10 de dezembro). Unesco vai lançar documento com orientações para países combaterem homofobia nas escolas. *Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação*. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-12-10/unesco-vai-lancar-documento-com-orientacoes-para-paises-combaterem-homofobia-nas-escolas>

Conheça a história do site de vídeos youTube. (2006, 10 de outubro). *G1*. Recuperado de <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1306288-6174,00.html>

Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (2004). *Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 de outubro). Senado Federal. *Diário Oficial da União*, seção 1.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948, 10 de dezembro). Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas. Recuperado de http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

- Dias, C. (2011, 24 de junho). A votação da PEC N° 23/07 na ALERJ [Postagem de Blog]. Recuperado de <http://carlosdiascd.blogspot.com.br/2011/06/votacao-da-pec-2307-na-alerj.html>
- Dinis, N. F. (2008). Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educ. Soc.*, 29(103), 477-492. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>
- Duarte, T. S. (2012). A participação da frente parlamentar evangélica no legislativo brasileiro: Ação política e (in) vocação religiosa. *Ciências Sociais e Religião*, 14(17), 53-76. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaiseReligiao/article/view/31531/24620>
- Fontes, M. (2009). Ilustrações do silêncio e da negação. In T. Lionço & D. Diniz (Orgs.), *Homofobia & educação: Um desafio ao silêncio* (pp. 99-114). Brasília, DF: Editora UNB.
- Foucault, M. (1986). *Microfísica do poder*. São Paulo, SP: Graal. (Original publicado em 1979).
- Foucault, M. (2008). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Original publicado em 1969).
- Foucault, M. (2008). *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Edições Loyola. (Original publicado em 1970).
- Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1978).
- Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1982).
- Foucault, M. (2010). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. São Paulo, SP: Graal. (Original publicado em 1984).

- Foucault, M. (2011). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo, SP: Graal.
(Original publicado em 1976).
- Furlani, J. (2009). Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia queer: O que essas abordagens têm a dizer à educação sexual? In R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 293-324). [Edição Eletrônica]. Recuperado de http://www.ded.ufla.br/generoesexualidade-ei/imagens/homofobia_na_escola.pdf
- Furtado, M. C. S., & Caldeira, A. C. G. P. (2010, Agosto). *Cristianismo e diversidade sexual: Conflitos e mudanças*. Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Santa Catarina. Texto completo recuperado de http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278015256_ARQUIVO_tenvCRISTIANISMOEDIVERSIDADESEXUALConflitosemudancas.pdf
- Gregolin, M. R. V. (2004). Michel Foucault: O discurso nas tramas da história. In C. A. Fernandes & J. B. C. Santos (Orgs.), *Análise do discurso: Unidade e dispersão* (pp.19-42). Uberlândia, MG: Entremeios.
- Gregolin, M. R. (2005). *Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: Mídia e produção de identidades*. Texto apresentado no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Gregolin, M. R. (2006). AD: descrever-interpretar acontecimentos que fundem linguagem e história. In P. Navarro (Org.), *Estudos do texto e do discurso: Mapeando conceitos e métodos* (1ª ed., pp. 19-34). São Carlos, SP: Claraluz.
- Gregolin, M. R. (2007). Análise do discurso e mídia: A (re) produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, 4(11), 11-25. Recuperado de <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/105/106>

- Grupo Gay da Bahia. (2014). *Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2013/2014*. Recuperado de <http://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homocidios-2013.pdf>
- Henriques, R., Brandt, M. E. A., Junqueira, R. D., & Chamusca, A. (Orgs.). (2007). *Cadernos SECAD: 4. Gênero e diversidade sexual na escola: Reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf
- Junqueira, R. D. (Org.). (2009a). *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* [Edição Eletrônica]. Recuperado de http://www.ded.ufla.br/generoesexualidade-ei/imagens/homofobia_na_escola.pdf
- Junqueira, R. D. (2009b). Homofobia nas escolas: Um problema de todos. In R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-52). [Edição Eletrônica]. Recuperado de http://www.ded.ufla.br/generoesexualidade-ei/imagens/homofobia_na_escola.pdf
- Lei nº 7.716. (1989, 5 de janeiro). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm
- Lionço, T., & Diniz, D. (2009). Homofobia, silêncio e naturalização: Por uma narrativa da diversidade sexual. In T. Lionço & D. Diniz (Orgs.), *Homofobia & educação: Um desafio ao silêncio* (pp. 47-72). Brasília, DF: Editora UNB.
- Llosa, M. V. (2012, 8 de abril). La casa del gay. *El País*. Recuperado de http://elpais.com/elpais/2012/04/04/opinion/1333540547_113226.html
- Louro, G. L. (2001). O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In M. V. Costa (Org.), *O currículo nos limiares do contemporâneo* (pp. 85-92). Rio de Janeiro, RJ: DP & A.
- Louro, G. L. (2010). *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Martins, F., Romão, L., Lindner, L., & Reis, T. (Orgs.). (2009). *Manual de comunicação LGBT: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Recuperado de <http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>
- Mello, L., Maroja, D., & Brito, W. (2010, Agosto). *Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: Um mapeamento crítico preliminar*. Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Santa Catarina. Texto completo recuperado de http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277347233_ARQUIVO_PPLGBT-FG2010.pdf
- Mercado, L. P. L., & Neves, Y. P. C. S. (2012). A escola como espaço dos direitos humanos. In M. R. Ribeiro & G. C. Ribeiro (Orgs.), *Educação em direitos humanos e diversidade: Diálogos interdisciplinares* (pp. 199-220). Maceió, AL: EDUFAL.
- Minayo, M. C. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (12º ed.). São Paulo, SP: Hicitec.
- Moon, A. (2012, 28 de fevereiro). O governo que vetou a cidadania LGBT. *Eleições hoje*. Recuperado de <http://www.eleicoeshoje.com.br/governo-vetou-cidadania-lgbt/#axzz2igBIIaCW>
- Mott, L. (2006). Homoafetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 509-521. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>
- Nardi, H. C., & Quartiero, E. (2012). Educando para a diversidade: Desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, (11), 59-87. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/sess/n11/a04n11.pdf>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2011). *A UNESCO lidera nova iniciativa anti-bullying*. Recuperado de

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abouthis-office/single-view/news/unesco_leads_new_anti_bullying_initiative-1/#.Up6RmtJDtR_

PEC 23/2007 foi rejeitada na Alerj. (2011, 26 de junho). *JBWIKI*. Recuperado de http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=43480

Pellegrini, D. P., Reis, D. D., Monção, P. C., & Oliveira, R. (2010). *Youtube: Uma nova fonte de discursos*. Recuperado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-pelegrini-cibercultura.pdf>

Prado, M. A. M. (2010). Homofobia: Muitos fenômenos sob o mesmo nome (G. J. F. Teixeira, Trad.). In D. Borillo (Org.), *Homofobia: História e crítica de um preconceito* (pp. 7-11). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Profeta. (2009). In *Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa* [Versão online]. Recuperado de http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/profeta%20_1027823.html

Projeto de Lei da Câmara nº 122. (2006). Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.542, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Recuperado de <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=45607&tp=1>

Resolução nº 001. (1999, 22 de março). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf

Resolução nº 196. (1996). Estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Recuperado de http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf

- Rios, R. R. (2009). Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 53-84). [Edição Eletrônica]. Recuperado de http://www.ded.ufla.br/generoesexualidade-ei/imagens/homofobia_na_escola.pdf
- Rios, R. R., & Santos, W. R. (2009). Diversidade sexual, educação e sociedade: Reflexões a partir do programa nacional do livro didático. In T. Lionço & D. Diniz (Orgs.), *Homofobia & educação: Um desafio ao silêncio* (pp. 133-159). Brasília, DF: Editora UNB.
- Rocha, K. A. (2011). *Diversidade sexual e combate à homofobia no cenário das políticas públicas para a educação*. Trabalho apresentado no X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR. Recuperado de http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5958_2939.pdf
- Selffner, F. (2009). Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 125-139). [Edição Eletrônica]. Recuperado de http://www.ded.ufla.br/generoesexualidade-ei/imagens/homofobia_na_escola.pdf
- Sousa, A., Filho. (2009). Teorias sobre a gênese da homossexualidade: Ideologia, preconceito e fraude. In In R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 94-123). [Edição Eletrônica]. Recuperado de http://www.ded.ufla.br/generoesexualidade-ei/imagens/homofobia_na_escola.pdf

Supremo reconhece união homoafetiva. (2011, 05 de maio). *Supremo Tribunal Federal*.

Recuperado de

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>

Trevisan, J. S. (2000). *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

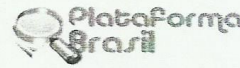
Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: Dominação das mulheres e homofobia.

Estudos feministas, 9, 460-482. Recuperado de

<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>

Anexo -

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY/UFPB



Objetivos específicos:

- 1- Identificar os líderes religiosos e políticos que se posicionam contrários às políticas educacionais de enfrentamento da homofobia.
- 2- Verificar em que bases se ancoram as práticas discursivas homofóbicas de líderes políticos e religiosos.
- 3- Identificar as categorias homofóbicas nas quais os discursos se organizam.
- 4- Identificar, a partir das práticas discursivas, os repertórios linguísticos homofóbicos e estabelecer a sua inter-relação.
- 5- Verificar a multiplicidade de vozes que participam e interagem nas práticas discursivas homofóbicas.
- 6- Analisar de que modo a circulação de sentidos promove o confronto entre as diferentes formações discursivas.
- 7- Analisar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos de líderes religiosos e políticos contrários às políticas educacionais de combate à homofobia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos previsíveis para os participantes do estudo uma vez que se trata de análise de discursos postados em vídeos no YouTube.

Benefícios: Contribuir, através do conhecimento acadêmico, sobre os mecanismos que sustentam a prática da homofobia na sociedade brasileira.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para a Academia e à sociedade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

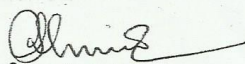
Foram apresentados.

Recomendações:

Que a pesquisa se pautar na análise discursiva, evitando identificar os participantes considerando os aspectos éticos de pesquisa acadêmica preconizados pela resolução 196/96, CNS/MS, mesmo sendo o discurso dos participantes de acesso público.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Favorável ao desenvolvimento da pesquisa.


Iaponirac Cortez Costa do Oliveira
Coordenador do Comitê de Ética
Pesquisa - CEFHULW

Endereço: HULW-4º andar - Campus I - UFPB

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.059-900

UF: PB

Município:

Telefone: (833)216-7302

Fax: (833)216-7522

E-mail: iaponiracortez@yahoo.com.br; cephulw@hotmail.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS DISCURSIVAS HOMOFÓBICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO: DISCURSOS EM CENA

Pesquisador: Cleide Ester de Oliveira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 09749413.3.0000.5183

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Comitê de Ética em Pesquisa
Hospital Universitário Lauro Wanderley
Universidade Federal da Paraíba

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 230.574

Data da Relatoria: 19/03/2013

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa em nível de doutorado - Psicologia/DINTER/UFPB/IFMT que se propõe a analisar o sentido das práticas discursivas dos líderes políticos e religiosos ante as políticas de enfrentamento da homofobia, a partir de vídeos publicados no Site www.youtube.com.br.

Pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho descritivo/interpretativo, tendo como pressuposto teórico-metodológico a análise do discurso.

Serão selecionados os vídeos veiculados na internet no ano 2011 contendo o pronunciamento dos líderes políticos e religiosos que se posicionaram contrários ao lançamento do

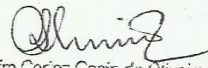
Projeto Escola sem Homofobia. Primeiramente serão identificados os

líderes religiosos e políticos que se posicionam contrários às políticas educacionais de enfrentamento da homofobia, as categorias homofóbicas nas quais os discursos se organizam, os repertórios linguísticos homofóbicos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

- Analisar o sentido das práticas discursivas de líderes políticos e religiosos contrários às políticas educacionais de combate da homofobia.


Iaponira Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - CEPHUW

Endereço: HULW-4º andar - Campus I - UFPB

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.059-900

UF: PB

Município:

Telefone: (833)216-7302

Fax: (833)216-7522

E-mail: iaponiracortez@yahoo.com.br; cephuw@hotmail.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
LAURO WANDERLEY/UFPB



Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo de pesquisa APROVADO pelo Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos do Hospital Universitário Lauro Wanderley-CEP-HULW, em Reunião Ordinária realizada no dia 19 de março de 2013. A pesquisa somente deverá ser iniciada mediante o recebimento deste parecer consubstanciado assinado. Para fins de comprovação e efeitos legais, solicitamos ao pesquisador comparecer ao CEP-HULW, 4º andar com este parecer de aprovação para aposição da assinatura da coordenadora e que, uma cópia deve ser anexada à tese.

Informamos que qualquer alteração no projeto, dificuldades, assim como os eventos adversos deverão ser comunicados a este Comitê de Ética em Pesquisa através da Pesquisadora responsável uma vez que, após aprovação da pesquisa o CEP-HULW torna-se corresponsável pelo desenvolvimento da mesma.

A pesquisadora fica, desde já, notificada da obrigatoriedade de no término da pesquisa enviar o Relatório Final ao Comitê de Ética-CEP/HULW através da Plataforma Brasil (online).

Comitê de Ética em Pesquisa
Hospital Universitário Lauro Wanderley
Universidade Federal da Paraíba

27 de Março de 2013

Assinador por:

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
(Coordenador)

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

Endereço: HULW-4º andar - Campus I - UFPB

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.059-900

UF: PB

Município:

Telefone: (833)216-7302

Fax: (833)216-7522

E-mail: iaponiracortez@yahoo.com.br; cephulw@hotmail.